

Fernanda Pinheiro Brod
Flávio Roberto Meurer
Margarita Rosa Gaviria Mejía
Rodrigo de Azambuja Brod
Rosane Maria Cardoso
Tania Micheline Miorando
(Orgs.)

Anais do III Simpósio Internacional
**DIÁLOGOS NA
CONTEMPORANEIDADE**

**DIÁ
LO
GOS** na
**CON
TEMPO
RANEI
DADE**

ISBN – 978-85-8167-065-2

EDITORA
UNIVATES

Apoio:



Organizadores:

Fernanda Pinheiro Brod
Flávio Roberto Meurer
Margarita Rosa Gaviria Mejía
Rodrigo de Azambuja Brod
Rosane Maria Cardoso
Tania Micheline Miorando

Anais do III Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade: o real, o atual e o virtual

1ª edição

 EDITORA
UNIVATES

Lajeado, 2013



Centro Universitário UNIVATES

Reitor: Prof. Ms. Ney José Lazzari

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação: Prof. Ms. Carlos Cândido da Silva Cyrne

Pró-Reitora de Ensino: Profa. Ms. Luciana Carvalho Fernandes

Pró-Reitora de Ensino Adjunta: Profa. Ms. Daiani Clesnei da Rosa

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Prof. Ms. João Carlos Britto

Pró-Reitor Administrativo: Prof. Ms. Oto Roberto Moerschbaeher



Coordenação e Revisão Final: Ivete Maria Hammes

Editoração: Bruno Henrique Braun e Marlon Alceu Cristófoli

Capa: Núcleo de Design Univates

Conselho Editorial da Editora Univates

Titulares

Augusto Alves

Beatris Francisca Chemin

Samuel Martim de Conto

Simone Morelo Dal Bosco

Suplentes

Ieda Maria Giongo

Rogério Schuck

Ari Künzel

Adriane Pozzobon

Avelino Tallini, 171 – Bairro Universitário – Lajeado – RS, Brasil

Fone: (51) 3714-7024 / Fone/Fax: (51) 3714-7000

editora@univates.br / <http://www.univates.br/editora>

S612 Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade (3.: 2013 : Lajeado, RS)

Anais do III Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade : o real, o atual e o virtual, 13 a 13 de setembro de 2013, Lajeado, RS / Fernanda Pinheiro Brod, et al. (Org.) - Lajeado: Editora da Univates, 2013.

97 p.:

ISBN – 978-85-8167-065-2

1. Cibercultura 2. Internet 3. Anais I. Meurer , Flávio Roberto II. Gaviria Mejía, Margarita Rosa III. Brod, Rodrigo de Azambuja IV. Cardoso, Rosane Maria V. Miorando, Tania Micheline

CDU: 316.77

Catálogo na publicação – Biblioteca da Univates

AS OPINIÕES E OS CONCEITOS EMITIDOS, BEM COMO A EXATIDÃO, ADEQUAÇÃO E PROCEDÊNCIA DAS CITAÇÕES E REFERÊNCIAS, SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES.

**III SIMPÓSIO
INTERNACIONAL
DIÁLOGOS NA
CONTEMPORANEIDADE**

Comissão Organizadora:

Fernanda Pinheiro Brod
Flávio Roberto Meurer
Margarita Rosa Gaviria Mejía
Rodrigo de Azambuja Brod
Rosane Maria Cardoso
Tania Micheline Miorando

Comissão Científica:

Cristiano Bedin da Costa
Jane Márcia Mazzarino
Luciana Turatti
Maria Elisabete Bersch

Assessoria de Organização:

Ana Lúcia Pretto
Bruna Heinen Hochscheidt
Daniela Estevão do Amaral
Lucas Wendt
Taline Rex

APRESENTAÇÃO

O Centro de Ciências Humanas e Jurídicas da Univates, ao promover, de 11 a 13 de setembro de 2013, o III Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade: o real o atual e o virtual, aceitou o desafio de discutir questões presentes na contemporaneidade e suas intersecções com as diversas áreas do conhecimento. Mais do que mera divisão organizacional a qual estão vinculados os cursos de Direito, Letras, Comunicação Social, História, Pedagogia, Design, Design de Moda, Educação Física – licenciatura e a área das Humanidades do Centro Universitário UNIVATES, o Centro de Ciências Humanas e Jurídicas se propõe a ser um locus de compartilhamento, de discussão e, para usar expressão de Fernando Pessoa, de desassossego diante de um contemporâneo cada vez mais plural, mais imediato, mais virtual, mais complexo.

Sob esta perspectiva, esta terceira edição do evento veio com a proposta de diálogo entre o real, o atual e o virtual, buscando discutir as inter-relações entre os diferentes espaços e saberes da sociedade contemporânea. O evento, que reuniu mais de 1500 participantes, contou com mais de 91 trabalhos submetidos à aprovação para posterior apresentação, dos quais 81 são agora publicados.

O encontro foi marcado pela discussão em torno das inquietações promovidas pelos novos espaços, pelas inter-relações entre o virtual e o atual, a partir das quais são necessárias desacomodações na educação, na literatura, no direito, na comunicação, na filosofia, nas ciências sociais, nas artes, na linguística, enfim, na sociedade e pelas incertezas decorrentes desses novos espaços. Dentre os diversos assuntos discutidos nestes três dias de evento, temas como literatura marginal, propriedade intelectual e cibercultura, movimentos sociais na Internet e direitos humanos, arquitetura de marcas na contemporaneidade, estiveram presentes nos diversos diálogos propostos, os quais tiveram justamente esta proposta: fazer um recorte no tempo e no espaço para debater diversas possibilidades das virtualidades. Além do espaço para diálogo, o evento contou também com oficinas, na forma de minicursos que versaram sobre temas como leitura e literatura na era digital, experiências do olhar, cinema, redes sociais na Internet, criação literária na sala de aula e diversidade cultural.

O evento contou com espaço para apresentação de trabalhos, em grupos temáticos propostos a partir do tema principal do simpósio. Assim, contou-se com a troca e a socialização de pesquisas que versavam sobre: sustentabilidades contemporâneas (com trabalhos que abordaram sustentabilidade às diversas áreas de saber e também processos culturais contemporâneos); tecnologia, educação e comunicação (grupo que acolheu trabalhos que versaram sobre educação a distância, educação para as mídias, uso das tecnologias de comunicação no ambiente escolar, impacto das novas tecnologias de comunicação nas práticas educativas, representação midiática das práticas educativas e letramento digital); arte, corpo e escritura (discutindo temas como corpo e escrita; corpo e movimento; saber, poder e práticas corporais; corpo, arte e clínica; corpos contemporâneos; corpo e educação e arquiteturas do corpo) e direitos humanos (com pesquisas relacionadas a inclusão e diversidade; direitos humanos e os deveres fundamentais; direitos humanos e cidadania; direitos humanos e ações afirmativas e direitos humanos e ambiente). Os trabalhos aprovados pela comissão científica encontram-se publicados a seguir e demonstram que é possível pensar o contemporâneo e suas interfaces com as diversas áreas do saber, mediante pesquisa de qualidade.

Na conferência de encerramento do Simpósio, o filósofo Pierre Lévy apontou para a necessidade de uma inteligência coletiva reflexiva. “Precisamos uma maneira de entender nossos processos de inteligência coletiva para melhorar o desenvolvimento humano em todos seus aspectos”. E destacou

a interdependência entre as novas formas de comunicação e o desenvolvimento da pessoa humana: “No meu entendimento, inteligência coletiva é algo que está muito relacionado ao desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano é a base da inteligência coletiva, e a inteligência coletiva é o piloto do desenvolvimento humano, são interdependentes”. A contemporaneidade está, portanto, além da mera tecnologia, da técnica em si. E a sociedade só poderá desenvolver todas as suas potencialidades à medida em que considerar, nessa constelação de inter-relações, a pessoa humana. Eis a razão pela qual debates e trocas de experiências que ocorreram no decorrer do simpósio são fundamentais para a pesquisa acadêmica, para o desenvolvimento social e constituem um debate inicial, diante de um cenário que está em constante mutação e que certamente apresentará diferentes possibilidades nas diversas áreas antes mencionadas. Afinal, como referiu o próprio Pierre Lévy, “estamos na pré-história de uma nova era.”

A todos os participantes, o nosso sincero agradecimento.

Fernanda Pinheiro Brod

Diretora do Centro de Ciências Humanas e Jurídicas

Centro Universitário UNIVATES

SUMÁRIO

ARTE	11
VIOLÊNCIA, MEMÓRIA E MELANCOLIA:	
A DOR COMO DISCURSO	12
O CORPO ENTRE OS MOVIMENTOS ESCOLARIZADOS E NÃO ESCOLARIZADOS.....	13
“DOCUMENTANDO AS CRIANÇAS” NA ESCOLA INFANTIL: PROCLAMADA UMA NECESSIDADE DE REGISTRO PERMANENTE?	14
IMAGINÁRIOS EM (DES)CONSTRUÇÃO: UM ROMANCE NO RIO GRANDE.....	15
O CORPO COMO METÁFORA NA CONTEMPORANEIDADE.....	16
DOS SOPROS À CLÍNICA:	
COMPONDO COM CLARICE LISPECTOR.....	17
IMAGINÁRIO E IDENTIDADE NO AUTORRETRATO	18
FORMAÇÃO CULTURAL DE ESTUDANTES DE CURSOS DE LICENCIATURA: A DANÇA COMO EXPERIÊNCIA CORPORAL DE INTERCÂMBIO CULTURAL ENTRE UNIVATES/BRASIL E UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA NACIONAL/ COLÔMBIA.....	19
A ORDEM DO DISCURSO E O SINTOMA SOCIAL: UM APRENDIZADO POSSÍVEL ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA	20
CORPOS SOLITÁRIOS: A BUSCA POR COMPLETUDE EM SOLIDÃO CONTINENTAL , DE NOLL ...	21
PEQUENA DANÇA COMO EXERCÍCIO DE UMA EDUCAÇÃO MENOR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	22
TORNAR-SE MESTRE DE CAPOEIRA EM LONDRES	
MESTRE FANTASMA E A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA CAPOEIRA NA EUROPA	23
O USO DO WORD NA APROPRIAÇÃO DA ESCRITA	24
DIREITOS	25
AVALIAÇÃO SOBRE O TRABALHO DE ALGUNS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR QUE TIVERAM CEGOS ENTRE OS ESTUDANTES	26
OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS	27
<i>DUMPING SOCIAL</i> E A TUTELA COLETIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR	28
O DIREITO À INFORMAÇÃO E A CIDADANIA AMBIENTAL FRENTE À MUDANÇA LEGISLATIVA DO CÓDIGO FLORESTAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A RESERVA LEGAL	29
INCLUSÃO ESCOLAR COMO PARADOXO EM TEMPOS DE PERFORMATIVIDADE NA EDUCAÇÃO	30
O FUTURO DA HUMANIDADE: A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE A PARTIR DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	31

PENSANDO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA: OBSERVAÇÕES A PARTIR DO COTIDIANO ESCOLAR	32
DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE: A RELAÇÃO INTRÍNSECA ENTRE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E QUALIDADE AMBIENTAL EM UM CONTEXTO DE SUSTENTABILIDADE ...	33
UM OLHAR FILOSÓFICO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS	34
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: O CASO DAS SOCIEDADES DE ÁGUA EM ÁREAS RURAIS. ...	35
OS REFLEXOS DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE DIREITO AUTORAIS COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA FIGURA DO AUTOR-CRIADOR	36
O ACESSO À JUSTIÇA COMO PROPULSOR DA CIDADANIA: UM ESTUDO À LUZ DOS TRATADOS INTERNACIONAIS.	37
O GIGANTE PRECISA ACORDAR: A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL E OS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS: DIÁLOGOS URGENTES.	38
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DECISÕES POLÍTICAS CONCRETIZADORAS DE DIREITOS	39
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO CATALIZADORA DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E FOMENTADORA DE UM UNIVERSO SUSTENTÁVEL	40
A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	41
ATELIÊ DE CIRANDA: O BRINCAR EM COMPANHIA	42
DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: FUNDAMENTAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	43
AS NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS DE PRESERVAÇÃO DA VERDADE E MEMÓRIA HISTÓRICAS: UMA GARANTIA AOS DIREITOS HUMANOS	44
GÊNERO E SEXUALIDADE: DISCUSSÕES NO ESPAÇO ESCOLAR	45
DIREITOS HUMANOS, DEVERES FUNDAMENTAIS E RELAÇÕES PRIVADAS: UM ESTUDO SOBRE AS POSSÍVEIS INTERSECÇÕES JURÍDICAS	46
AS NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS DE PRESERVAÇÃO DA VERDADE E MEMÓRIA HISTÓRICAS: UMA GARANTIA AOS DIREITOS HUMANOS	47
UNIAPREN: PROMOVEDOR DA INCLUSÃO POR MEIO DA ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS.	48
A FUNÇÃO SOCIAL DA LINGUAGEM PRESENTE NA JUSTIÇA RESTAURATIVA	49
LINGUAGEM JURÍDICA E ACESSO À JUSTIÇA	50
A JUDICIALIZAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE E O DEVER DE PRESTAÇÃO DO ESTADO	51
SUSTENTABILIDADE	52
COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA: PROBLEMATIZANDO AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS DA SOCIEDADE CIVIL	53
FORMAÇÃO DOCENTE E PENSAMENTO NÔMADE: POSSIBILIDADES, CRIAÇÃO E EXPERIÊNCIAS NUM PROJETO DE EXTENSÃO	54
EDUCAÇÃO AMBIENTAL JUNTO AOS PESCADORES DE JAGUARÃO, RS	55

TERRA E TERRITÓRIO KAINGANG NA CONSTRUÇÃO DO SEU MODO DE SER.....	56
A RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA NA CONTEMPORANEIDADE: A NECESSIDADE DE UM NOVO SUJEITO!	57
POR QUE OS PRODUTOS ORGÂNICOS NÃO SÃO OS MAIS CONSUMIDOS? UM OLHAR INTEGRADO NO MERCADO DE ALIMENTOS	58
GOVERNAMENTALIDADE E A FORMAÇÃO DOS DOCENTES DO PRIMEIRO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL	59
ENSINO NA EDUCAÇÃO TÉCNICA: ATIVIDADES PRÁTICAS, CONSUMO DE INSUMOS E PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	60
CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: UM OLHAR CONSCIENTE SOBRE O RIO PARNAÍBA EM SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	61
OCUPAÇÕES E HISTORICIDADES KAINGANG NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO TAQUARI-ANTAS E DO CAÍ	62
DA PRODUÇÃO AO CONSUMO: UM OLHAR INTEGRADO SOBRE O MERCADO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS - SUCOS DE UVA	63
MANIFESTAÇÕES DOS PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO EMERGENTE NA PRÁTICA DE PROFESSORES DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	64
A INTERDISCIPLINARIDADE COMO PROPOSTA METODOLÓGICA TOTALIZADORA: ALGUMAS REFLEXÕES	65
ÉTICA, MORAL E NARRATIVAS INFANTIS: OS LABIRINTOS DE UM ATELIÊR DE CONTAR HISTÓRIAS.....	66
INTERPRETAÇÃO DAS TENDÊNCIAS DE MODA E COMPORTAMENTO	67
<i>DESIGN</i> , LUGAR E IDENTIDADE: O AMBIENTE URBANO SIGNIFICADO PELOS CIRCULANTES ..	68
CRIATIVIDADE E ATIVISMO: AS INFLUÊNCIAS DA PROPAGANDA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS - UM ESTUDO DE CASO DA ORGANIZAÇÃO SHOOT THE SHIT	69
CULTURA E IDENTIDADE NAS FESTAS TÍPICAS DO VALE DO TAQUARI.....	70
POR QUE OS PRODUTOS ORGÂNICOS NÃO SÃO OS MAIS CONSUMIDOS? UM OLHAR INTEGRADO NO MERCADO DE ALIMENTOS	71
TECNOLOGIAS.....	72
MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM A WEB 2.0 NA EDUCAÇÃO BÁSICA	73
JOGOS ON-LINE NA ALFABETIZAÇÃO	74
NOVAS TECNOLOGIAS E ACESSO À EDUCAÇÃO: O “FAIR USE” COMO ALTERNATIVA POSSÍVEL PARA OS CONFLITOS ENTRE O DIREITO À EDUCAÇÃO E OS DIREITOS AUTORAIS ...	75
UM ESTUDO SOBRE O <i>DESIGN</i> DE INTERAÇÃO E A CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA EM WEBJORNAL LABORATÓRIO.....	76
A COLISÃO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL DE AUTOR E O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO NA “SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO”: UMA ANÁLISE DAS INOVAÇÕES PROPOSTAS PELO PROJETO DE REFORMA DA LEI DE DIREITOS AUTORAIS.....	77

UTILIZAÇÃO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM PARA A QUALIFICAÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA	79
PROCESSO DE INICIAÇÃO À PESQUISA E ENSINO E O USO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	80
REPENSANDO O ENSINO E SUA METODOLOGIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	81
REFLEXOS DO GIF NA ESTÉTICA DO COTIDIANO ORGÂNICO E VIRTUAL	82
VIDEOAULA: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO NO ESPAÇO VIRTUAL	83
REPRESENTAÇÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E LETRAMENTO	84
RECURSOS DIGITAIS COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	85
A EXPERIÊNCIA VIRTUAL DO JOGO <i>FLOWER</i>	86
O DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA EM OBRAS DE WEB ARTE	87
PIERRE LÉVY E A ECOLOGIA COGNITIVA: POSSIBILIDADES E LIMITES DA EDUCAÇÃO NA ERA DA CIBERCULTURA	88
RELAÇÕES ENTRE CONSUMO, TECNOLOGIAS E SABER NA INFÂNCIA	89
CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA E A PONTENCIALIDADE PARA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	90
A NOVA SOCIEDADE TECNOLÓGICA E O <i>CYBERBULLYING</i> NO CONTEXTO ESCOLAR	91
MAPEAR SABERES: DESAFIOS DE UM ENSINO PARA ALÉM DA LINEARIDADE NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO	92
APRENDIZAGEM E VIDEOGAMES NA ESCOLA	93
A CONSTRUÇÃO DE JOGOS DIGITAIS EM <i>ETOYS</i> NA MODALIDADE 1:1	94
A CONTRIBUIÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA REALIZAÇÃO DE PRODUTOS MIDIÁTICOS EDUCATIVOS	95
O USO DE <i>SOFTWARES</i> DE AUTORIA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA	96
CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA E A PONTENCIALIDADE PARA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	97

ARTE

VIOÊNCIA, MEMÓRIA E MELANCOLIA: A DOR COMO DISCURSO

Rosane Cardoso¹

Eixo Temático: Arte, corpo e escritura

RESUMO: A violência, na América Latina, está frequentemente relacionada a ditaduras implacáveis, delinquência urbana, terrorismo ou, mais recentemente, a políticas do narcotráfico. A narrativa de meados do século XX se valeu de uma série de metáforas para simbolizar os conflitos e, inadvertidamente, o realismo mágico se tornou um “modo de ser” da literatura hispano-americana. Contemporaneamente, algumas obras vêm rompendo com essa identidade estereotipada de arte, pautada pelo regional – ou concebida desde esta perspectiva no que tange à recepção. Aumenta a circulação de textos calcados em um “narrar sobre si” a partir da violência vivida, questionando, inclusive, as fronteiras entre o ficcional o biográfico. A violência não é algo que necessite ser inferido nas entrelinhas. Ela aparece como manifestação do sujeito contemporâneo que recorre ao passado para constituir-se no presente. Esta comunicação apresenta reflexões sobre a obra *El olvido que seremos*, de Héctor Abad Faciolince, e se volta para a discussão da memória como um processo de construção nostálgica, dado sofrimento que envolve as lembranças. Na medida em que o narrador delinea, em linguagem quase lírica, o retrato do pai, também desvela, aos poucos, parte da história da Colômbia, considerado o país mais violento da América Latina. Ao perder o pai, o narrador parece perder também seu país e a esperança, levando a um narrar melancólico. Através da reelaboração de um processo doloroso, o autor/narrador/escritor se sobrepõe ao ato de simplesmente recordar, permitindo pensar o silêncio e o esquecimento, desdobramentos da memória que estão longe de significar apagamento do fenômeno. Para refletir sobre a violência na obra, estão considerados estudos sobre memória e melancolia. Sobre a melancolia, vista como a forma de discurso do sujeito enunciador, considera-se seu vínculo com a criação estética. Na relação entre memória, autoficção e narrativa, a análise se vale de Paul Ricoeur e de Steve Stern. Memória e melancolia se aproximam em *El olvido que seremos* na medida em que os recursos propostos pela memória e mesmo para a constituição de uma memória emblemática permitem que o narrador conte sua história. Por aí passa o processo hermenêutico que permite elaborar sentidos para além do que está posto. O significado deverá se apresentar no ato de interpretar e reinterpretar, fazendo com que o conhecimento se articule internamente. Identifica-se, ainda que sub-repticiamente, na narração proposta por *El olvido*, um processo investigativo sobre os acontecimentos. Não se trata de desvendar um enigma, mas de conhecer, pela linguagem, o sentimento que move o texto.

Palavras-Chave: Narrativa. Violência. Memória. Melancolia.

¹ Profª Drª na Univates e na Unisc. E-mail: rosanemc@univates.br

O CORPO ENTRE OS MOVIMENTOS ESCOLARIZADOS E NÃO ESCOLARIZADOS

Afonso Wenneker Roveda¹
Cristiano Bedin da Costa
Elisete Maria de Freitas
Ieda Maria Giongo
Inauã Weirich Ribeiro
Maria Isabel Lopes
Mariane Inês Olhweiler
Morgana Domênica Hattge
Suzana Feldens Schwertner
Angélica Vier Munhoz²

Apresentadores: Afonso Wenneker Roveda
Angélica Vier Munhoz
Inauã Weirich Ribeiro

Eixo Temático: Corpo e educação

Resumo: A pesquisa *“O currículo em espaços escolarizados e não escolarizados no Brasil e na Colômbia: diferentes relações com o aprender e o ensinar”*, vinculada ao Mestrado em Ensino do Centro Universitário UNIVATES, pretende investigar as especificidades curriculares em espaços escolares e não escolares, bem como, os movimentos escolarizados e não escolarizados e suas relações com o aprender e o ensinar. A metodologia da pesquisa envolve aproximações com a genealogia, baseada nos estudos de Michel Foucault e Gilles Deleuze, utilizando-se de diferentes estratégias para entender as condições de possibilidade que permitem a emergência de determinados currículos e relações com os espaços escolares e não escolares. Para tanto, o material empírico da pesquisa é composto por diários e observações de campo, entrevistas, análise documental e outros a serem produzidos em dois espaços escolares e dois não escolares, no Brasil e na Colômbia. No presente trabalho, problematiza-se a linearidade, a disciplinaridade e a escolarização em vias de pensar a produção do corpo e seus movimentos escolarizados e não escolarizados. Compreendendo que os modos de relações são construções históricas e, dessa forma, o currículo, a escola, a educação e o corpo são configurações temporárias, a pesquisa pretende contribuir para a problematização das condições de emergência das relações que hoje se estabelecem entre currículo, corpo e educação, dando visibilidade aos discursos e práticas que as mantêm e as possíveis linhas de fuga. Busca, além disso, apontar uma imagem de rizoma e o conceito de transversalidade como forma estratégica para a constituição de outros territórios curriculares, em que o corpo possa movimentar-se de diferentes modos em espaços escolares e não escolares.

Palavras-chave: Currículo. Corpo. Movimentos escolarizados. Movimentos não escolarizados.

¹ Univates, Psicologia, afonsoroveda@hotmail.com.

² Doutora, Univates, angelicavmunhoz@gmail.com.

“DOCUMENTANDO AS CRIANÇAS” NA ESCOLA INFANTIL: PROCLAMADA UMA NECESSIDADE DE REGISTRO PERMANENTE?

Cláudia Inês Horn¹

Eixo Temático: Arte, corpo, escritura (I - Corpo e escrita)

Resumo: O presente trabalho constitui-se em investimentos preliminares de uma pesquisa de Doutorado que terá como foco a documentação pedagógica utilizada no ensino da infância (assunto que vem ocupando grande parte do debate pedagógico, principalmente entre professores de Educação Infantil). Ao discutir sobre a escola e as novas configurações contemporâneas, problematizo os conceitos de infância e documentação pedagógica, buscando compreender como as instituições escolares situam-se frente aos novos espaços e tempos. A documentação pedagógica, expressão gerada a partir de referenciais italianos para infância, é considerada uma possibilidade de tornar visível a construção da memória do grupo de crianças em seu contexto escolar, trazendo os conceitos de observação, registro e reflexão como ações estruturantes, inter-relacionadas e inerentes ao processo documental. Porém, há que se compreender os modos como as infâncias e as crianças são visibilizadas nestes documentos, podendo-se questionar: Que crianças povoam estes documentos? Que infâncias são visibilizadas nestes documentos? E mais, ao falar sobre as crianças, produzimos modos de pensar e agir nos espaços e tempos escolares, construindo, mesmo que muito sutilmente, um campo de forças que produz subjetividades (na perspectiva foucaultiana). Tendo como referenciais ideias apoiadas em teóricos pós-estruturalistas, a intenção é problematizar a documentação pedagógica, analisando-a e compreendendo-a como uma técnica de governo dos outros e também uma técnica de governo de si (através da escuta e escrita do professor a partir da aprendizagem das crianças, suas formas de brincar, interagir, se movimentar com os outros), as quais acabam por instituir formas de pensar e de compreender a criança e a infância. É preciso refletir sobre o conceito de infância, não indicando uma relação com o tempo linear, não seguindo uma ordem cronológica, ou seja, o conceito de infância suspende o tempo linear (AGAMBEM, 2005; KOHAN, 2007). A infância, em sua potência revolucionária, é a suspensão do tempo como repetição mecânica, em favor de um tempo artístico, um tempo inusitado, um tempo de surpresas, de magias e criação, ou seja, a infância é compreendida em outra temporalidade (BENJAMIM, 1993; 2002). As práticas desenvolvidas pelos professores nas escolas infantis – especialmente os modos de fazer, registrar, interpretar, comunicar a documentação pedagógica a partir do trabalho de educação com as crianças – inventam, fabricam, acionam e ativam modos de ver e pensar as crianças e a infância; ao mesmo tempo também constituem modos de ser professor na escola infantil (pela posição que ocupa na escola, o professor é aquele que tem sempre algo a dizer – e por isso exercita um convencimento a si mesmo e aos outros – tem sempre algo a corrigir em alguém, algo a observar e escrever sobre o outro, que é menor, infantil, um “vir a ser” cidadão melhor no futuro). Acredito que essas contribuições possam nos ajudar a pensar de outro modo as ações pedagógicas nas escolas, problematizando as estratégias de avaliação, especialmente a documentação pedagógica.

Palavras-chave: Infância. Escola. Documentação Pedagógica.

¹ Docente no Curso de Pedagogia – Univates, Lajeado/RS. Doutoranda em Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS/RS. E-mail: clauhorn@yahoo.com.br

IMAGINÁRIOS EM (DES)CONSTRUÇÃO: UM ROMANCE NO RIO GRANDE

Mairim Linck Piva¹

Eixo Temático: Arte, corpo e escritura: corpo e escrita

Resumo: A literatura sul-rio-grandense, em seu período de formação, estabeleceu determinados elementos para a constituição de um imaginário literário e cultural que se tornou fecundo, formativo, e, muitas vezes, prescritivo para épocas vindouras. A obra *Romance no Rio Grande*, de autoria do escritor Reynaldo Moura, foi publicada em 1958. Nesse período, a literatura do estado sulino já trazia consolidada sua linha regionalista, tendo adquirido feições variadas desde o seu início no século XIX, e apresentava também novas linhas temáticas e técnicas, como o aprimoramento da literatura de viés intimista. A obra de Moura estabelece um inquietante diálogo entre a tradição e a renovação, entre o campo e a cidade, entre o fazer literário e a construção de identidades em trânsito. Com o apoio das teorias do Imaginário, nas linhas propostas por Gilbert Durand e Gaston Bachelard, procede-se a uma análise do romance, procurando desvelar um tenso diálogo entre construção e desconstrução de elementos identitários.

Palavras-chave: Imaginário. Ficção contemporânea. Literatura sul-rio-grandense.

¹ Professora Adjunta do Instituto de Letras e Artes (ILA), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).
E-mail: mairimpiva@furg.br.

O CORPO COMO METÁFORA NA CONTEMPORANEIDADE

Vanessa Zucchi¹

Eixo Temático: Arte, corpo e escritura

Resumo: A obra de escritor Roland Barthes não se esgota em sua superfície. Barthes explorou diferentes áreas e transitou por inúmeras escolas teóricas. Essa pluralidade de experiências só poderia resultar em um *corpus* plural, um texto multifacetado e vertiginoso, capaz de tirar todo leitor mais atento de sua zona de conforto. Mas nessa tessitura impura, contaminada por tantos olhares, alguns elementos são recorrentes – e o corpo é definitivamente um deles. Embora não haja em seus escritos um conceito de corpo, encontramos vestígios, estilhaços, que nos auxiliam no entendimento desse objeto e permitem o desenvolvimento de uma hermenêutica do corpo em Roland Barthes. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo pensar o corpo como metáfora na contemporaneidade, a partir das obras de Roland Barthes, tentando elucidar as significações que esse objeto veicula.

Palavras-chave: Corpo. Roland Barthes.

¹ PUCRS. Mestranda em Letras. E-mail: vanessazucchi@gmail.com

DOS SOPROS À CLÍNICA: COMPONDO COM CLARICE LISPECTOR

Érica Franceschini¹
Cristiano Bedin da Costa²

Apresentadora: Érica Franceschini

Eixo temático: Arte, corpo e escritura

Resumo: É com Clarice Lispector que componho e é com ela que vivo este texto. Não se trata de contar sua história de vida, tampouco analisar suas obras, mas antes, dar consistência aos elementos heterogêneos que entram em relação, constituindo outro corpo: corpo-alguma-coisa., nessa composição, apelar para a potência do “isso” que é o impessoal da escrita, ou seja, sem definições ou verdades absolutas nos permitimos experimentar outros reservatórios de possíveis, outros exercícios de escrituras, que não se esgotam, mas se multiplicam; quer-se, dessa maneira, um texto descentralizado, sem fechamento, que pratica um plural irreduzível de sentidos percorrendo outros espaços e produzindo outros encontros dados pela capacidade de afetar e ser afetado. Diante disso, percebo que estamos lidando com um corpo impuro, corpo que vaza e se presta ao movimento que não poderia ser outro senão o da travessia: de Clarice-sujeito para Clarice-corpo. Por conseguinte, o texto é despreendido de um autor ou de um biógrafo e passa a operar com as fronteiras embaralhadas e sem limites demarcados, lançando-nos em outros territórios. Nesse sentido, para se atingir essa zona compreendida como indiscernível, este texto tem como operação central o método proposto por Roland Barthes, denominado biografema, com o qual me ocupo para dar visibilidade às lacunas e aos mistérios, que insistem em atravessarem a vida e/ou a morte de determinado autor. O biografema, tal qual Barthes sugere, supõe um plano de composição de um corpo múltiplo que encontra nos traços os vazios de sentido onde há possibilidade de incutir o procedimento da criação; dessa forma, não se busca revelar um “segredo”, mas de cavoucar os detalhes aparentemente insignificantes que constituem os espaços silenciosos de uma vida para testemunhar por aqueles que amamos. Trata-se de um escoamento de intensidades por onde traçamos uma realidade impensada de um corpo em carne viva. Uma nova escrita de vida: são como proposições; neste texto particularmente, como sopros, aquilo que escapa de “Um sopro de vida” (1978), obra póstuma de Clarice Lispector e que me afeta, que vai suspender o texto e desinvestir dos objetos, são vidas sem “nós”, sopros sem voz: é no silêncio que me inclino; minha ambição, neste caso, é de dialogar com um corpo em dispersão que escapa de qualquer entendimento prévio e que é feito de instantes, de pluralidades, devolvendo à escrita o seu dever. Construção que vai ao encontro de corpos futuros, de outras experimentações “clínicas”, sendo uma das possíveis e não a única. Aqui, Barthes assume seu caráter de fuga, e juntamente com a Filosofia da Diferença, nos inclina para a criação: dos sopros à clínica, uma clínica que por sua humildade e irreverência, por seus paradoxos desprendidos passa a se denominar “clínica clariciniana”. Entre a dança e a literatura, entre a clínica e os sopros, entre Clarice e eu: fluxos de criação.

Palavras-chave: Clarice Lispector. Sopros. Biografema.

¹ Univates, curso de Psicologia, email: ericafranceschini@hotmail.com

² Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da UFRGS, Prof. na Univates. E-mail: cristiano.costa@univates.br

IMAGINÁRIO E IDENTIDADE NO AUTORRETRATO

Nádia da Cruz Senna ¹

Eixo Temático: Arte, corpo e escritura

Resumo: O relato contempla reflexões e práticas decorrentes de projetos integrados que envolvem ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos junto ao Ateliê de Desenho de Figura Humana, com a participação de alunos dos cursos de Artes Visuais, Design e Cinema de Animação, do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas. Os projetos realizados nos últimos anos foram concebidos em torno do autorretrato, conteúdo da disciplina de Desenho de figura Humana (que integra a grade curricular da etapa básica de diferentes cursos do CA). O trabalho é transdisciplinar, articulando professores de outros ateliês e laboratórios (pintura, têxtil, fotografia, informática, história da arte etc.), invocando saberes e repertórios para construir representações/apresentações, discursos e visualidades dos indivíduos que constituem a comunidade acadêmica. Em função da natureza híbrida das ações, elencamos metodologias diferenciadas, que melhor atendam aos objetivos propostos nas várias etapas do projeto; comparecem a pesquisa imagética e documental, pesquisa de materiais e técnicas, processos criativos e produção artística, exibição e montagem, produção gráfica, mediação, registro visual e documental, avaliação e desdobramentos pedagógicos. O autorretrato desempenha papel crucial na produção artística fornecendo dados e corroborando para a construção da história da arte. Das experimentações como “espelho do artista”, que alude ao autoconhecimento, verdade e iluminação do Renascimento, até as encenações contemporâneas que ultrapassam a mera contemplação, para ensejar posições engajadas e projeções sociais, o tema fornece parâmetros para desvendar a imagem que os artistas forjaram de si, atualizando e/ou reformulando arquétipos, e, sobretudo, como promovem a legitimação de si como profissionais e como indivíduos. O elo que se estabelece entre identidade e imaginário permeia a produção, os artistas investem em autorrepresentações assumindo diferentes papéis, exatamente para questionar as imagens que a cultura midiática põe em circulação. A linha de ação, que norteia o projeto desenvolvido, baseia-se numa construção artificiosa, teatralizada de si mesmo. Ficam explícitas as referências na história da arte, em artistas plásticos, personagens reais e ficcionais, para introduzir novos modos de ver e de dar-se a ver, procurando compreender e interpretar a complexidade de processos que envolvem os sujeitos na contemporaneidade. Entendemos a arte como a linguagem própria do humano por excelência: “aquela que lhe permite mergulhar dentro de si mesmo, trazendo para fora saberes e emoções capazes de falar ao coração dos outros seres humanos. Quando isso acontece sente e age o artista” (Martins et all, 2010).

Palavras-chave: Autorretrato. Imaginário. Identidade.

¹ Prof^a Adjunta/ Centro de Artes. Universidade Federal de Pelotas, alecrins@hotmail.com

FORMAÇÃO CULTURAL DE ESTUDANTES DE CURSOS DE LICENCIATURA: A DANÇA COMO EXPERIÊNCIA CORPORAL DE INTERCÂMBIO CULTURAL ENTRE UNIVATES/BRASIL E UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA NACIONAL/ COLÔMBIA

Silvane Fensterseifer Isse¹
Oscar David Bolívar Silva²

Apresentadora: Silvane Fensterseifer Isse

Eixo Temático: Arte, Corpo, Escritura

Resumo: A educação cultural é uma importante dimensão da formação pessoal e profissional de professores, à medida que os convida à reflexão acerca das múltiplas realidades sociais e culturais contemporâneas, num tempo em que formar professores não se limita a desenvolver conhecimentos técnicos, mas deve contribuir para que os mesmos possam compreender-se como sujeitos de relações sociais. Conhecer e legitimar a diversidade humana a partir do conhecimento e reconhecimento das produções artísticas e culturais das diferentes comunidades permite que professores em formação revisitem os diferentes campos do conhecimento que têm produzido saberes, crenças, normas e valores culturais ao longo da história da humanidade. A formação/educação cultural é uma possibilidade de vivência e debate acerca da diversidade cultural, da multiplicidade de formas de constituir as relações humanas, de produzir arte, ciência, política e educação. Pode ser um caminho interessante para a análise, reflexão e crítica, para o reconhecimento da alteridade, para a ruptura de perspectivas etnocêntricas de pensar o mundo e as relações sociais e para a desnaturalização das relações humanas. A formação cultural, pois, possibilita a transformação da realidade, a partir da criação de novos tecidos sociais e de novos valores culturais e éticos. Nesse sentido, o intercâmbio cultural tem se mostrado uma experiência muito potente para conhecimento e para valorização das diferentes culturas. Desde o ano de 2005/, a Univates/Lajeado-Brasil e a Universidade Pedagógica Nacional/Bogotá-Colômbia, mantêm um acordo de cooperação internacional e têm realizado algumas experiências de intercâmbio cultural através da apreciação, criação e experimentação da Dança, em suas diferentes formas de manifestação, através do Curso de Educação Física e Núcleo de Cultura da Univates e da Extensão Cultural da UPN. Esses encontros interculturais têm contribuído para que se estabeleçam relações entre as diferenças e as distintas estruturas sociais, contribuindo para um maior respeito ao pensar e sentir do outro. Este trabalho apresentará essas experiências de intercâmbio através da Dança.

Palavras-chave: Formação Cultural. Formação de professores. Intercâmbio Cultural.

¹ Doutoranda em Ciências do Movimento Humano – UFRGS; docente dos cursos de Educação Física e Pedagogia da Univates, Lajeado/RS; silvane@univates.br.

² Licenciado em Educação Física – UPN; funcionário e docente de Extensão Cultural da Universidade Pedagógica Nacional – UPN; miloacrobat@hotmail.com.

A ORDEM DO DISCURSO E O SINTOMA SOCIAL: UM APRENDIZADO POSSÍVEL ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

Tatiane Medianeira Baccin Ambrós¹
Luis Henrique Ramalho Pereira²

Apresentadora: Tatiane Medianeira Baccin Ambrós

Eixo Temático: Arte, corpo e escritura: Corpo e Educação.

Resumo: Este trabalho busca fazer uma indagação sobre as transformações na estrutura familiar bem como suas possíveis causas no ambiente escolar, com o propósito de fazermos uma relação entre os objetivos da educação, a repercussão do discurso social na escola e no núcleo familiar. Sendo assim podemos inferir a incidência da ordem de um discurso familiar na escola como o discurso da escola incidindo na família. Pensando o fracasso escolar como reflexo de contingências, transformações históricas é que podemos compreender o sintoma social como o reflexo da produção do discurso dominante de uma época. É visível que as configurações familiares passaram por várias modificações até se estruturarem como se apresentam hoje. Várias mudanças estão presentes no contexto, sendo elas base para as estruturas visíveis no campo social e principalmente no que toca o campo do infantil.

No decorrer da história, a criança tem ocupado diferentes posições nas expectativas dos pais na sociedade. O sintoma da aprendizagem traz consigo, habitualmente, perturbações instrumentais expressas no corporal. A imagem corporal da infância juntamente com sua estrutura cognitiva viabilizará a ascensão de um sujeito de saber interrogado pelo social e pela família, sendo assim, o sintoma na aprendizagem tem um caráter diferente e uma especificidade particular em relação aos outros sintomas, pois, ele é um atributo e um revelador, sendo o atributo da escola tal sintoma e revelador na medida em que a relação entre professor aluno pode vir a desvelar uma trama ainda mais complexa no núcleo familiar. Estes dois elementos de um sintoma social na intersecção entre família e escola, só poderia ter no seu desfecho repercussões inequívocas no comportamento social da criança tanto no caráter de aprendizado como no seu caráter relacional.

No atual contexto da família estão presentes várias mudanças, as quais modificaram o seu papel de contribuir para o desenvolvimento da criança através do vínculo, do afeto, bem como a educação de limites e valores. A sociedade do discurso tem uma função aparentemente clara, mas que se torna obscura em sua própria clareza, que é, a saber, conservar e ou produzir discursos, tendo como objetivo circular em um espaço fechado, distribuindo tão somente em regras estritas, sem que seus detentores sejam em algum momento destronados ou despossuídos por tal distribuição. O discurso parece ser de alguma maneira um aporte vinculado nas entre linhas do pensar e do falar, como se fosse um pensamento revestido pela mortalha da invisibilidade e desnudado pelo manto de palavras visíveis.

Faz-se necessário ressaltar a dificuldade de aprendizagem como uma possível resposta ao desejo do Outro, não significando desconsiderar a complexidade do fenômeno fracasso escolar. É impossível pensar neste fenômeno tão complexo sem um conjunto de sobredeterminações de natureza social, cultural, política e ideológica sem as quais este não poderá ser compreendido. Frente a este estudo pode se constatar a sustentação de um discurso que ressoa, interfere na família moderna, discurso esse que a própria família sustenta e promove: o discurso da produtividade da eficiência e do ideal para uma educação no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação. Psicologia. Sintoma social. Família.

¹ ULBRA, Psicologia, tatianeambros@yahoo.com.br.

² Luis Henrique Ramalho Pereira. Psicólogo, Mestre em Educação, Professor – ULBRA, Santa Maria – RS, luishp7@yahoo.com.br.

CORPOS SOLITÁRIOS: A BUSCA POR COMPLETUDE EM *SOLIDÃO CONTINENTAL*, DE NOLL

Vanessa Zucchi¹

Eixo Temático: Arte, corpo e escritura

Resumo: George Bataille foi quem melhor explorou a complexidade da prática erótica, considerando-a a chave para compreender as relações humanas. Em sua obra *O Erotismo* (2004), o filósofo francês resgata o âmago da experiência erótica, desenvolvendo o argumento de que, comandado pela nostalgia de uma continuidade perdida, a atividade erótica é uma busca por continuidade. Em uma das formas de erotismo, essa busca concretiza-se na tentativa de fundir fisicamente os corpos através do ato sexual. Esse movimento pode ser percebido em inúmeras obras literárias, tornando-se ainda mais nítido na literatura contemporânea, como no romance *Solidão continental* (2012), de João Gilberto Noll. A obra narra o trajeto aparentemente desconexo de um homem perdido (no mundo e em si mesmo), em uma constante busca pelo outro. Essa busca representa uma elipse, uma falta que metaforiza a incompletude de um sujeito que tenta, sem êxito, fundir-se a outro. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo pensar a prática erótica como reflexo de corpos incompletos, a partir da análise da obra *Solidão continental*, relacionando-a com as considerações de Bataille sobre o assunto.

Palavras-chave: Erotismo. Corpo. *Solidão Continental*.

¹ PUCRS, mestranda em Letras, vanessazucchi@gmail.com

PEQUENA DANÇA COMO EXERCÍCIO DE UMA EDUCAÇÃO MENOR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Alexandra Domingues¹
Cynthia Farina²

Apresentadora: Alexandra Domingues

Eixo Temático: III – Arte, corpo e escritura.

Subeixo: I - Corpo e escrita

Resumo: O presente trabalho problematiza a noção de corpo, através de um exercício concreto com a *Pequena Dança*, no âmbito da dança *Contato Improvisação*. Seu campo de investigação é o da formação de professores em composição com as filosofias da diferença. Aproxima o conceito de *educação menor* das práticas atuais de formação de professores e se vale do corpo em movimento para tais aproximações. Partimos do campo teórico das filosofias da diferença, mais especificamente ancorados nas escritas dos filósofos Gilles Deleuze, Félix Guatarri (1972) e José Gil (1997), assim como de Sílvio Gallo (2008). A partir da ideia de *literatura menor* empreendida por Deleuze e Guatarri em Kafka por uma literatura menor, Gallo vem desenvolver o conceito de uma educação menor. Enquanto, o filósofo José Gil vem se debruçar sobre as possibilidades de um corpo que se cria a partir das noções que criamos dele. Gilles Deleuze e Félix Guatarri, no livro *Anti – Édipo* (1972), trazem para o campo da investigação filosófica a questão da moral imposta por Freud, através da imposição de um Édipo superior a todo um inconsciente coletivo. Propomos este trabalho como um convite para pensar no corpo. Não o corpo midiático ao qual somos chamados a pensar e visualizar cotidianamente. Convidamos para o corpo que se abre como porta para a deshierarquização perceptiva e sensorial. Como modo de poder enxergar-se como passo desarmônico, inconstruído sem órgãos. Partimos de uma experiência concreta que se deu no seminário corpo, experiência estética e processos de formação, proposta pela prof^a Cynthia Farina, no curso de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia, do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. A Pequena Dança é uma prática corporal no âmbito da dança contato improvisação (Farina e Albernaz, 2009), que pretende desnaturalizar nosso estar em pé, trazendo à percepção o complexo e sutil esforço para tal. Não se trata de uma dança coreografada. Mas, de uma prática de improvisação, onde nosso corpo físico e nossa consciência podem se encontrar com o que os supera, através de um *espaço de limiar* (Gil, 1997). O que experimentamos foi o favorecimento deste espaço com o corpo, para que ele invocasse e desse sustentação às escritas individuais e aos estudos filosóficos em nosso processo de formação, que daí resultaram. Uma *educação menor*, conforme Gallo (2008), não é menor em tamanho, mas em práticas que resistem à forma instituída de educar e por isso, *maior* de fazer educação. A dimensão da educação maior que trazemos nesse recorte, é aquela regrada pelos parâmetros curriculares e pelos formatos defendidos pelas instituições que a compõem. A educação menor se desenvolve como forma de criação de uma experiência que deseja a diferença. Nesse sentido, experimentamos a Pequena Dança e o Contato Improvisação como práticas de uma educação menor para o campo de formação de professores.

Palavras-chave: Corpo. Dança. Educação menor. Formação de professores.

¹ Licenciada em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Especialista em Educação pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Campus Pelotas. Aluna regular do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da UFPel – Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia. Membro do Grupo de Pesquisa Educação e contemporaneidade: experimentações com arte e filosofia- EXPERIMENTA.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação do IFSUL. Líder do GP Educação e contemporaneidade: experimentações com arte e filosofia – EXPERIMENTA.

TORNAR-SE MESTRE DE CAPOEIRA EM LONDRES MESTRE FANTASMA E A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA CAPOEIRA NA EUROPA

Daniel Granada¹

Apresentador: Daniel Granada

Eixo Temático: Arte, corpo e escritura
Subeixo: Saber, poder e práticas corporais

Resumo: A partir da trajetória do capoeirista britânico Simon Atkinson, o artigo explora a apropriação da prática da capoeira, uma arte marcial de origem afro-brasileira, da perspectiva de um praticante “nativo”. Fruto de uma pesquisa de doutorado em fase de conclusão, o artigo busca mostrar as especificidades e os obstáculos encontrados por um não-brasileiro para se impor neste mercado. Esta perspectiva se insere numa busca de privilegiar os atores na formação de um “campo social transnacional”, neste caso, associado à prática da capoeira. O líder do grupo East London Capoeira é, provavelmente, o primeiro britânico praticante de capoeira angola a ser reconhecido mestre desta modalidade que se reivindica como “mais tradicional”, em Londres, em 2010. Possivelmente é o primeiro europeu a tornar-se mestre nesta modalidade. Este processo é atravessado por problemas associados à legitimidade e autenticidade de praticantes não-brasileiros. A narrativa de Mestre Fantasma evidencia as tensões e as relações de poder dentro da prática da capoeira na Europa, num mercado dominado pelos brasileiros para os quais a capoeira constitui muitas vezes a única fonte de recursos. A realocização da capoeira é, assim, analisada sob a perspectiva do praticante local que se apropria dela e a traduz para seu contexto.

Palavras-chave: Transnacionalização. Capoeira. Identidade.

¹ Doutorando em Etnologia e História Social em cotutela de tese em University of Essex e Université de Paris Ouest Nanterre La Défense, Professor da Área de Humanidades CCHJ da Univates. Esta pesquisa foi possibilitada graças à bolsa de cotutela de tese da Université de Paris Ouest, do dispositivo SETCI (Soutien à l'encadrement des thèses em cotutelle internationale) da Région Ile de France, e do Broagan Fund do Departamento de História da Universidade de Essex. dgdsferreira@univates.br.

O USO DO WORD NA APROPRIAÇÃO DA ESCRITA

Aline Dias de Oliveira¹
Maria Fabiana da Rosa Aguirre
Ms. Anilda Machado de Souza²
Dra. Lígia Beatriz Goulart

Eixo Temático: Letramento digital

Resumo: Este projeto tem por escopo analisar com o uso do editor de texto Word pode contribuir para o processo de aquisição da leitura e da escrita dos alunos, numa turma de segundo ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública municipal. A forma mais convencional de registro na escola, ainda é o caderno, nele são formalizados os conhecimentos produzidos pelos alunos, por isso a intenção desta pesquisa é utilizar o editor de texto Word para ampliar as formas de registro das atividades realizadas pelos alunos. Através de atividades com o netbook usando o editor de texto Word, serão propostas práticas de leitura e escrita para os alunos que estão em processo de alfabetização. Incluem-se nesse processo atividades de escrita como letra inicial do nome de cada um, formação de sílabas, associação de imagens a palavras e reconhecimento das letras e os seus sons, enfim uma oficina de produção escrita. As atividades serão desenvolvidas com intuito de promover alfabetização e letramento dos alunos. As práticas propostas serão registradas e divulgadas em um blog/portfólio. Essa pesquisa pretende criar condições para promover mudanças cognitivas e sociais. A partir do momento em que os sujeitos se apropriam da escrita na tela, configura-se letramento digital, ou seja, apropriação da tecnologia digital, diferente das práticas de leitura e escrita no papel (SOARES, 2002). Kenski (2007) afirma que a linguagem digital influencia no processo de construção de conhecimentos, valores e atitudes, aprimorada no acesso as possibilidades de uso dos computadores. Enquanto professora busca-se estimular e valorizar as produções gráficas dos alunos de acordo com sua etapa de desenvolvimento. Nesta pesquisa, pretende-se que os alunos demonstrem maior envolvimento com o uso de editor de texto Word, familiarizando-se com o processo de construção de escrita, ampliando suas aprendizagens.

Palavras-chave: Word. Leitura. Escrita. Aprendizagem.

¹ Faculdade Cenecista de Osório/RS, Pedagogia, Bolsista- PIBID linydias@hotmail.com

² Coordenadora PIBID-Pedagogia - Faculdade Cenecista de Osório Osório/RS souzah@hotmail.com
Co-orientadora PIBID-Pedagogia - Faculdade Cenecista de Osório Osório/RS ligiabg@terra.com.br

DIREITOS

AVALIAÇÃO SOBRE O TRABALHO DE ALGUNS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR QUE TIVERAM CEGOS ENTRE OS ESTUDANTES

Bento Selau¹
Lúcio Jorge Hammes²

Apresentador: Lúcio Jorge Hammes

Eixo Temático: Direitos Humanos (IV - Direitos Humanos e Ações afirmativas)

Resumo: Este trabalho teve como objetivo identificar como um grupo de cegos, egressos da educação superior, avalia a atuação de seus professores, neste nível de ensino, quanto ao relacionamento interpessoal com estes alunos. Metodologicamente, o trabalho constituiu-se em um estudo de natureza qualitativa, assumindo a forma de estudos de casos. A pesquisa contou com a participação de nove sujeitos, selecionados com base nos seguintes critérios: serem cegos e egressos da educação superior. O instrumento para a coleta de dados foi entrevista. Os dados coletados foram trabalhados por meio da análise textual discursiva. O referencial teórico trouxe informações atinentes aos obstáculos sentidos pelos cegos na educação superior e aos direitos humanos. Os achados da pesquisa foram organizados em três categorias emergentes: “as ações preconceituosas por parte dos professores”, “professores que pareciam sentir-se impactados e inseguros com a presença do deficiente” e “o sentimento de comiseração por parte de alguns docentes”. Os resultados apontaram para o fato de que houve, em certos casos narrados, violação nos direitos humanos dos sujeitos. Os sujeitos destacaram que as dificuldades na relação com os docentes foram muito desgastantes e estiveram entre as situações que tornaram mais trabalhosa a realização (e inclusão) na educação superior. Todos os participantes salientaram, entretanto, que essas posturas foram características da prática de apenas alguns professores, não podendo ser generalizadas; isso significa dizer que outros docentes foram agradáveis e apoiaram o deficiente em diferentes momentos de seu curso superior.

Palavras-chave: Cegos. Direitos humanos. Educação inclusiva.

¹ Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal do Pampa. E-mail: bentoselau@unipampa.edu.br

² Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal do Pampa. E-mail: luciojh@gmail.com.

OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS

Bianca Corbellini Bertani¹
Luciana Turatti²

Apresentadora: Luciana Turatti

Eixo Temático: Direitos Humanos (Direitos Humanos e Cidadania)

Resumo: Este projeto visa a refletir e interagir com os mais diversos atores da comunidade acadêmica e comunidade local, acerca dos direitos humanos, por meio da criação de um Observatório de Direitos Humanos, que contribua para construção de uma cidadania solidária que permita ao ser humano um efetivo agir humano. O público-alvo são alunos, professores, funcionários da instituição, comunidade, escolas, grupos sociais organizados ou não, e todos aqueles que estiverem abertos a refletir sobre o tema e considerar agir a partir destas reflexões. Os objetivos do projeto buscam envolver a comunidade acadêmica e local em torno do tema direitos humanos, para que se possa conciliar informação, formação e atuação comunitária, além de possibilitar a realização de um diagnóstico qualitativo (por meio do registro das percepções individuais) sobre a situação dos Direitos Humanos na comunidade, o que, por sua vez, contribuirá para o apontamento sobre as principais violações destes direitos no cotidiano, para avaliação do impacto local de políticas públicas e para identificação de possíveis “boas práticas” locais. Para concretização dos objetivos serão realizadas diversas atividades, como: programas TV e Rádio, rodas de conversa, olimpíada jurídica durante o Simpósio Jusvale, visitas (com o propósito de informar e formar) e viagens de estudo. Estas atividades possibilitarão a criação de um registro das percepções individuais acerca do tema. A implantação do Observatório contribuirá para ampliação da informação e formação sobre direitos humanos, assim como possibilitará um enfrentamento mais efetivo do tema, conduzindo os envolvidos a refletirem sobre a temática e a superarem a presente crise de percepção.

Palavras-chaves: Direitos humanos. Ações. Cidadania.

¹ Mestre em Direito, Professora do Curso de Direito da Univates

² Mestre em Direito, Professora do Curso de Direito e Engenharia Ambiental da Univates

DUMPING SOCIAL E A TUTELA COLETIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR

Fernanda Pinheiro Brod¹

Eixo Temático: Direitos Humanos

Resumo: O presente trabalho analisa situações passíveis de caracterizar *dumping social*, assim entendida a concorrência desleal usufruída por empregadores em detrimento do cumprimento de direitos sociais, no caso, direitos fundamentais dos trabalhadores, tais como: o não pagamento de horas extras, a utilização de trabalho em condições análogas às de escravo, a inobservância de condições salubres e seguras de trabalho e, por outro lado, a tutela dos direitos fundamentais dos trabalhadores no combate a estas formas de exploração, entre outros. Trata-se de situação recorrente perante os tribunais trabalhistas, fruto da globalização da economia, do sistema capitalista vigente e da interdependência entre consumo e produção na contemporaneidade. Para tanto, o trabalho analisa a possibilidade jurídica de aplicação de indenização suplementar e em quais situações a mesma vem sendo aplicada pela Justiça do Trabalho de forma a tutelar coletivamente os direitos fundamentais trabalhistas, seja em ações individuais, seja em processos de natureza essencialmente coletiva, tais como a ação civil pública. O estudo permeia a natureza dos direitos tutelados e seu alcance, bem como as bases jurídicas que fundamentam esta forma de proteção considerando, dentre outros aspectos, a legitimidade para postular a indenização de combate ao *dumping*, os procedimentos e os efeitos jurídicos e sociológicos da proteção coletiva. A análise é realizada a partir de base teórica de matriz sociológica, especialmente através da teoria da complexidade, tendo como ponto de partida o desapego do direito em relação ao imperialismo do Estado, a aceitação do caráter essencialmente plural e fragmentado do jurídico, assim como a pesquisa em novos paradigmas conceituais. Além do mais, pressupõe que o processo, dado seu caráter instrumental, não pode ser estudado desvinculado de seu objeto, a saber, os direitos que pretende resguardar. Ainda que sejam subsistemas específicos e com funções específicas, não podemos desprezar as recorrências existentes entre eles. Os conflitos de natureza trabalhista, ainda que oriundos das relações de trabalho e não apenas das relações de emprego, ainda refletem, mais do que interesses patrimoniais, interesses sociais e é sob essa ótica que a tutela coletiva de direitos trabalhistas surge em situações de combate ao *dumping social*. Trata-se de pesquisa de caráter qualitativo, utilizando-se de método dedutivo e que tem como instrumentais técnicos a análise bibliográfica, documental e jurisprudencial atinentes ao seu objeto de estudo.

Palavras-chave: Direitos humanos. Direito do trabalho. *Dumping social*. Tutela coletiva de direitos.

¹ Univates. Curso de Direito. E-mail: fernandabrod@univates.br

O DIREITO À INFORMAÇÃO E A CIDADANIA AMBIENTAL FRENTE À MUDANÇA LEGISLATIVA DO CÓDIGO FLORESTAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A RESERVA LEGAL

Josiane Paula da Luz¹
Jane Márcia Mazzarino²

Apresentadora: Josiane Paula da Luz

Eixo Temático: Direitos Humanos e Ambiente

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo verificar a mudança legislativa que envolveu o Código Florestal, mais especificamente o instrumento da reserva legal, buscando constatar se o direito à informação, constitucionalmente assegurado, foi efetivado a fim de proporcionar o exercício da cidadania ambiental. Esta observação se deu por meio de análise das notícias nas mídias legislativas federais – Câmara Federal e Senado Federal, através de seus sites, verificando em suas agências de notícias no ano de 2011 reportagens sobre a reserva legal. O trabalho realizou um estudo sobre a tutela jurídica do meio ambiente, envolvendo a proteção do meio ambiente na Constituição Federal e o estudo dos princípios do direito ambiental pertinentes à pesquisa: princípio da informação, princípio da participação e suas relações com a cidadania ambiental. Realizou-se uma abordagem referente à proteção das florestas e reserva legal no Código Florestal de 1965, no projeto de Lei 1876/99 e no Código recentemente aprovado: lei nº 12.651/2012, alterada pela lei nº 12.727/2012, buscando-se verificar as principais mudanças ocorridas. O método utilizado baseou-se na interdisciplinaridade e pesquisa bibliográfica e documental, realizando-se, além da pesquisa em referências teóricas, uma análise nas publicações dos sites da Câmara Federal e Senado, verificando suas notícias referentes à reserva legal no ano de 2011. Constatou-se que o tema referente à reserva legal foi tratado de modo superficial e unilateral pelos meios oficiais, que possuem o dever legal de transmitir as informações aos cidadãos, prejudicando o exercício da cidadania ambiental. Do ponto de vista legal, a lei representa um novo marco legal, que recontextualiza o tema, mas fere o princípio da proibição do retrocesso, pois passa a realizar uma proteção menor ao meio ambiente, que é um direito fundamental.

Palavras-chave: Cidadania. Código Florestal. Reserva Legal.

¹ Univates. Doutoranda em Ambiente e Desenvolvimento. Bolsista Prosup/Capes. E-mail: luz.josiane@gmail.com.

² Orientadora. Doutora em Ciência da Comunicação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (mestrado e doutorado) da Univates. Professora nos cursos de graduação em Comunicação Social da Univates.

INCLUSÃO ESCOLAR COMO PARADOXO EM TEMPOS DE PERFORMATIVIDADE NA EDUCAÇÃO

Morgana Domênica Hattge¹
Maura Corcini Lopes²

Apresentadora: Morgana Domênica Hattge

Eixo Temático: Direitos humanos, inclusão e diversidade

Resumo: Este texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento, que busca analisar um movimento chamado Todos Pela Educação, instituído a partir de uma aliança entre a sociedade civil, a iniciativa privada, organizações sociais e os governos federal, estaduais e municipais. Esse movimento objetiva melhorar a qualidade da Educação no Brasil estabelecendo cinco metas a serem atingidas até o ano de 2022. Nesta análise opto por buscar compreender mais detidamente os efeitos produzidos pelas práticas que se instituem com o objetivo de atingir a meta 1, que diz respeito à inclusão escolar e as metas 2 e 3, que se referem à questão da aprendizagem. Os materiais de pesquisa que constituem o *corpus* de análise são as publicações disponibilizadas no *site* da internet sobre o movimento. A partir de uma análise discursiva alicerçada nos estudos de Michel Foucault, é possível perceber um grande investimento na elevação dos índices de desempenho dos estudantes brasileiros nos rankings educacionais. Para isso instituem-se uma série de práticas de avaliação externas à escola que possibilitam demonstrar estatisticamente o avanço da aprendizagem dos estudantes. Assim, fica evidente a emergência de uma nova forma de se compreender a aprendizagem, pautada pela performatividade, ou seja, pela busca de desempenhos ótimos que garantam uma colocação invejável nos rankings educacionais e pela instauração de uma cultura de metas e comparação desses índices de desempenho como forma de garantir a qualidade na educação. Assim, entendo que a aprendizagem passa a ser entendida como desempenho, tornando-se passível de aferição, de medição, de quantificação. Com relação à meta 1, a concepção de Inclusão Escolar apresentada nos materiais analisados distancia-se de uma concepção relacionada ao campo da Educação Especial, aproximando-se de uma concepção relacionada ao campo da Inclusão Social, que busca elevar os índices de inclusão de crianças e jovens na Educação Básica, analisando-se as categorias de gênero, cor, região de moradia e rendimento familiar per capita. Essa concepção apresenta a Inclusão como um imperativo do nosso tempo, fundado em uma governamentalidade neoliberal. Porém, argumento que a inclusão escolar, nesse caso, constitui-se, em muitos casos, em um paradoxo em tempos em que a performatividade ganha cada vez mais espaço no cenário educacional. Ao mesmo tempo em que, num sistema escolar pautado pelas exigências da performatividade, a inclusão de todos é uma condição inegociável, absolutamente necessária, esses ditos “incluídos”, ou seja, esses recém-chegados ao espaço da escola ou então aqueles classificados como alunos com dificuldades de aprendizagem, são entendidos como sujeitos que ameaçam a performatividade escolar, uma vez que seus desempenhos nas avaliações de larga escala, muitas vezes, não são considerados satisfatórios para atender às metas estabelecidas por essa escola performativa. Assim, o processo de inclusão escolar desses sujeitos segue instituindo cada vez mais práticas excludentes no interior da escola.

Palavras-chave: Todos Pela Educação. Inclusão. Aprendizagem. Desempenho. Performatividade.

¹ Professora da Univates, doutoranda no PPG em Educação/Unisinos, bolsista Capes, morganahdomenica@yahoo.com.br.

² Doutora em Educação, Professora no PPG em Educação/Unisinos, maurac@terra.com.br.

O FUTURO DA HUMANIDADE: A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE A PARTIR DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Analice de Schaefer de Moura¹
Cleidiane Sanmartim
Rodrigo Cristiano Diehl²

Apresentador: Rodrigo Cristiano Diehl

Eixo Temático: Direitos Humanos e Ambiente

Resumo: Considerada como uma das maiores evoluções da sociedade, a proliferação e concretização dos direitos humanos são frutos de longas batalhas e reclamações da população por aqueles direitos que são inerentes a sua própria condição humana. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo central analisar a implementação de políticas públicas que concretizem o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito humano, e para isso, se inicia o estudo com a conceituação dos direitos humanos desde a sua efetiva implementação no âmbito internacional - no segundo pós-guerra mundial -, como uma resposta às atrocidades cometidas contra a população durante aquele período. Tendo isso como base, passar-se-á ao questionamento da possibilidade de integrar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadio ao rol dos direitos humanos fundamentais, uma vez que o meio ambiente equilibrado está estritamente interligado com uma melhor qualidade de vida do ser humano e, por consequência, com princípio superior da dignidade da pessoa humana. Não obstante, para uma efetiva aplicação deste direito, analisar-se-á, na sequência a educação ambiental como um direito comum da população, ou seja, um direito que a partir da criação de políticas públicas educacionais resultará na fundamental finalidade de concretizar o meio ambiente como um direito humano. Assim, entende-se ser de extrema importância que haja espaços de diálogos e cooperação entre os mais diversos atores sociais, seja na elaboração e execução de políticas públicas ou em ações ambientais. Inclusive, além dos espaços institucionais de participação, outras estratégias também se mostram eficientes, como a educação ambiental, onde, além de promover a conscientização do indivíduo sobre os reflexos dos seus atos no meio ambiente, pode-se incluir esse indivíduo no processo de elaboração dos projetos e, a partir desta participação política ativa, torna-lo efetivamente um cidadão.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Educação Ambiental. Futuro da Humanidade. Proteção.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc. Pesquisadora/bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. email: analice_sm@hotmail.com

² Acadêmico do Curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc. Pesquisador/bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Email: rodrigocristianodiehl@live.com

PENSANDO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA: OBSERVAÇÕES A PARTIR DO COTIDIANO ESCOLAR

Itamar Luís Hammes¹
Cassiano Ferreira Colares
Fabrício Hass
Leila Viviane Scherer Hammes
Miguel Bruch Deitos
Itamar Luís Hammes (orientador)²

Apresentador(es): Itamar Luís Hammes e Leila Viviane Scherer Hammes

Eixo Temático: Direitos Humanos e Cidadania

Resumo: Desde o segundo semestre de 2012, coordenamos um projeto de extensão intitulado “Ressignificando os Direitos Humanos” no campus Venâncio Aires, do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL). O objetivo geral do projeto é fazer com que a comunidade escolar reflita sobre os Direitos Humanos, buscando renovar o seu significado, a fim de conscientizar os alunos de sua importância para a formação pessoal. Foram desenvolvidas uma série de atividades com os alunos como oficinas, palestras, painéis sobre os direitos humanos e uma pesquisa-questionário para identificar os sentimentos e crenças dos alunos em relação aos direitos humanos. A presente comunicação pretende apresentar alguns resultados ou ideias sobre o desenvolvimento deste projeto, chamando atenção para alguns aspectos específicos ou pontuais, em que se percebe uma violação a estes direitos na escola e, ao mesmo tempo, apresentar algumas formas de intervenção. Embora as ideias de direitos humanos remontem ao conceito filosófico de direitos naturais e à Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinada em Paris, em 1948, no Brasil a Educação em Direitos Humanos é uma prática recente, até porque os percursos de construção da sociedade brasileira foram permeados por longos períodos de escravidão e de regimes políticos alternados por ditaduras, com destaque para as décadas de 1960, 1970 e início dos anos 1980. Contudo, a discussão, as ações e as políticas relacionadas a esse tema têm mobilizado a população nos últimos anos e elevado a consciência da sociedade brasileira sobre assuntos que são extremamente importantes para a promoção da cidadania e para o respeito aos direitos humanos. As diferenças estão sendo reconhecidas. Fala-se da questão dos negros, dos índios, da mulher, dos idosos, das pessoas com deficiência, dos homossexuais, entre outros. Em outras palavras, falamos de uma cultura de violências relacionadas, principalmente, a questões de gênero, raça, etnia, nível socioeconômico, opção religiosa e política, diversidade sexual e pessoas com deficiência. A Constituição Federal traz diversos Direitos Humanos – explícitos ou implícitos – e leis têm sido promulgadas com o intuito de garantir esses direitos, como o Estatuto do Idoso e a Lei Maria da Penha. Devido à importância do tema, recentemente, o Ministério da Educação lançou diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos, prevendo que a questão seja abordada nos diferentes níveis de educação. Cabe à escola promover uma educação com respeito integral aos direitos de todas as pessoas. A presente proposta pretende, portanto, lançar luz sobre algumas questões ou relações que se estabelecem no cotidiano escolar onde os direitos humanos não são respeitados. Questões, porém, que somente são observadas quando se lança um olhar sobre a perspectiva da educação dos direitos humanos, uma educação voltada para a construção de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da justiça, da solidariedade, da liberdade, da igualdade, da tolerância, da cooperação e da paz.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Cidadania. Educação.

¹ Doutor. IFSUL. itamarh57@gmail.com

² Doutor. IFSUL. itamarh57@gmail.com

DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE: A RELAÇÃO INTRÍNSECA ENTRE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E QUALIDADE AMBIENTAL EM UM CONTEXTO DE SUSTENTABILIDADE

Jaiane Braga da Silva¹

Eixo Temático: Direitos Humanos

Resumo: A partir do princípio do mínimo existencial ecológico, tem-se que a dignidade da pessoa humana está estreitamente ligada à qualidade do meio ambiente. Isto porque não é possível o mínimo de bem-estar sem respeito ao direito fundamental do meio ambiente sadio, que protege a vida humana no que tange à saúde e à dignidade. Desse modo, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito fundamental estabelecido e defendido pela Constituição Cidadã, é condição indispensável para a manutenção da vida do ser humano.

Neste contexto, nota-se que a dignidade da pessoa humana, como uma qualidade substancial do ser humano, que implica um complexo de direitos e deveres fundamentais os quais garantem condições essenciais mínimas para uma vida saudável, é integrada pelo direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo protegida e desenvolvida por este. Por conseguinte, a dignidade engloba um meio ambiente saudável, que é um direito humano fundamental o qual deve ser protegido, haja vista o seu caráter imprescindível para a vida e bem-estar da coletividade.

E para atingir tal fim, a preservação ambiental é vital e, no atual cenário mundial, também um desafio, uma vez que deve ser compatibilizada com o desenvolvimento social, político e econômico das nações, na tentativa de concretizar os ideais sustentáveis.

A importância do tema se dá em razão dos contínuos impactos ambientais que interferem diretamente na qualidade de vida da humanidade, comprometendo os direitos humanos no que tange à dignidade do homem, tendo o estudo por objetivo analisar estas questões à luz do projeto de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Dignidade humana. Ambiente. Direitos humanos.

¹ Graduanda em Direito pela Univates, participou do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para Sustentabilidade na Universidade Federal do Rio Grande – FURG e do Grupo de Pesquisas “Políticas Públicas no Tratamento de Conflitos” na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC”, participa atualmente do Grupo de Estudos “Políticas Sociais e Comunitárias na América Latina”, jaianebraga@hotmail.com.

UM OLHAR FILOSÓFICO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

João Miguel Back¹

Eixo Temático: Direitos Humanos e deveres fundamentais

Resumo: São múltiplas as facetas pelas quais se podem abordar os direitos humanos, dada a sua complexidade, relevância e universalidade. Mas uma abordagem crítica e rigorosa, que leve em conta os fundamentos do ser humano, deve partir do elemento central que é a natureza humana como uma natureza cultural. Uma reflexão radical, que pretenda ir à raiz da questão, passa necessariamente por uma reflexão que relacione os conceitos fundamentais desse problema, dos direitos humanos fundamentais. Há já uma longa tradição de pensadores filosóficos que se dedicaram a pensar a natureza humana e a postulação das condições fundamentais e constituir um conjunto de direitos a garantir a própria condição de humanidade. Assim, a reflexão pode partir da pergunta pela própria definição do “que é o Homem e o que é a Humanidade”, para compreender os direitos e deveres fundamentais decorrentes. Aqui se encontra já o primeiro problema central, o da racionalidade valorativa, a única capaz de garantir o caráter normativo livre e afirmativo de direitos básicos. Essa base valorativa não tem sua origem no acaso, tampouco em concepções materialistas, subjetivistas ou relativistas, mas origina-se de uma racionalidade histórica, amadurecida ao longo do tempo histórico. Uma dialética entre razão e história contribui nessa reflexão. Os valores sinalizam o ser humano como um ser que pensa o sentido de sua existência aberta, considerando sua longa caminhada histórica, numa visão de abertura ao futuro incerto e improvável, a ser conquistado pelo próprio homem, a partir do sentido que ele dá a sua existência. O ser humano se identifica na conquista da transcendência da liberdade originária, em busca de sua efetivação. A sociedade é o espaço imprescindível para o desenvolvimento dos direitos fundamentais, a começar pela liberdade universal. A fundamentação ético-jurídica, tradicional na filosofia clássica antiga, e retomada por pensadores contemporâneos, revela sua força e importância, na medida em que contrapõe as racionalidades abstratas, formais e positivistas, marcadas pela fragmentação racional. A problematização dos direitos humanos pressupõe uma racionalidade dialética, capaz de articular e compreender os direitos humanos integrados com a base normativa, tanto cultural quanto natural, capaz de transcender a natureza e os entraves provocados pelos individualismos e subjetivismos. O ser humano é um ser que se constrói pela cultura, no espírito objetivo, marcado pela sociabilidade e historicidade. Necessita, portanto, de uma racionalidade valorativa e ideonômica, que supera as perspectivas racionalistas, mecanicistas e cognitivistas. Nesse sentido, os direitos e deveres humanos implicam a mesma realidade, pois representam duas faces da mesma moeda. Traduzem a normatividade moral, ética e jurídica. A reflexão sobre os direitos humanos não se origina nem se restringe ao campo jurídico. Sua natureza tem um fundamento ético. O objeto é universal, por isso pressupõe uma fundamentação universal. E não pode ser dada pelas ciências particulares. A reflexão séria e consequente sobre direitos humanos pressupõe um diálogo transversal e inter-áreas de saber, sendo que envolve elementos e saberes das diversas ciências

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Direitos humanos. Cultura. Juízos de valor. Normatividade.

¹ Professor da Univates e Unisc. Mestre em Ética e Política e doutor em Conhecimento e Linguagem. E-mail <back.rs@terra.com.br.

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: O CASO DAS SOCIEDADES DE ÁGUA EM ÁREAS RURAIS.

Laura Barbieri de Oliveira¹

Jane Márcia Mazzarino²

Eduardo Périco

Apresentadora: Laura Barbieri de Oliveira

Eixo Temático: Direitos Humanos e Meio Ambiente

Resumo: Os recursos hídricos são essenciais à sobrevivência de todas as espécies, mas os danos ambientais causados pelas atividades antrópicas podem reduzir a disponibilidade e qualidade destes recursos. Em propriedades rurais estes danos muitas vezes estão relacionados às atividades agrícolas. Marques de Souza, assim como outros municípios do Vale do Taquari, caracteriza-se pela presença de pequenas propriedades rurais, que desenvolvem atividade agrícola focada na produção de grãos e criação de suínos, bovinos e frangos. Nestas localidades, a água utilizada para o consumo humano, dessedentação animal e para as lavouras, provém de vertentes, poços artesianos e cisternas, que são gerenciados pela própria comunidade, através da formação de sociedades de água. Assim, este trabalho tem como objetivo descrever as práticas dos gestores das sociedades de água do município de Marques de Souza, a fim de caracterizar os processos de gestão comunitária e compreender se apontam para a construção de capital comunicacional socioambiental. A metodologia deste estudo qualitativo envolveu duas entrevistas semiabertas, realizadas individualmente, e duas rodas de conversa com os presidentes de sociedades de água, além de revisão bibliográfica e da participação da pesquisadora em uma oficina, reuniões e duas consultas públicas promovidas pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. A pesquisa revelou os seguintes resultados: existem 12 sociedades de água no município de Marques de Souza, que realizam a gestão comunitária das águas consumidas nas propriedades; todas as sociedades possuem e cumprem seus regimentos; a maioria das decisões é tomada pelos presidentes e pela diretoria; a participação dos demais associados se restringe às reuniões e auxílio com mão de obra em serviços de manutenção, quando solicitados; possuem assessoramento técnico de empresas particulares contratadas; a fiscalização e o controle da qualidade da água são realizados pelo governo municipal; estão satisfeitos com a qualidade e quantidade da água que consomem e com o modo de gestão dos recursos hídricos. A conclusão do estudo é que o capital comunicacional socioambiental está em processo de construção entre os associados, principalmente por meio de conversas informais face a face. Mesmo tendo ciência dos problemas ambientais que ocorrem em esfera global, não investem em tecnologias e em trabalhos de conscientização para o racionamento dos recursos hídricos e para a prevenção de possíveis contaminações, por falta de incentivo de órgãos externos e pela percepção de que estes problemas ainda não estão atingindo estas comunidades.

Palavras-chave: Recursos Hídricos. Gestão Comunitária. Sociedades de Água.

¹ Doutoranda em Ambiente e Desenvolvimento da Univates. Bolsista CAPES. E-mail: laurabo.biologa@gmail.com

² Orientadora. Dr^a em Ciências da Comunicação da Univates. E-mail: janemazzarino@gmail.com

OS REFLEXOS DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE DIREITO AUTORAL COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA FIGURA DO AUTOR-CRIADOR

Michele Braun¹

Luiz Gonzaga Silva Adolfo²

Apresentadora: Michele Braun

Eixo Temático: Direitos Humanos – Direitos Humanos e os Deveres Fundamentais

Resumo: Pretende-se, com o presente trabalho, demonstrar, de forma breve, mas convincente, a ligação do Direito Autoral com o princípio da dignidade da pessoa humana, bandeira de principal destaque dos Direitos Humanos, considerando-se, ainda, o referido princípio como imprescindível para a consecução do Direito Autoral e a sua efetivação na figura do autor-criador. Em seu primeiro momento, o trabalho analisa os Direitos Humanos como precursores dos direitos fundamentais positivados nas Cartas Constitucionais. No segundo momento, o trabalho trata do contexto de redemocratização, podendo-se assim também chamar o processo de constitucionalização do Direito Privado, afinando a relação entre o direito internacional dos direitos humanos, que vem se desenvolvendo desde 1948, com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e o direito nacional, este com novos moldes. Em seguida, no terceiro momento, o trabalho buscará extrair do princípio da dignidade da pessoa humana modelos e valores supremos, considerados como base dos Direitos Humanos, com o intuito de aprofundar a relação entre as concepções de direitos humanos individuais e sociais, demonstrando que o princípio da dignidade da pessoa humana serve para justificar o reconhecimento da autoria de obras intelectuais, assim como, para justificar a luta contra tentativas de manipulação da subjetividade humana. No quarto momento, o trabalho propõe esclarecer que o princípio da dignidade da pessoa humana identifica-se, de forma íntima com o direito extrapatrimonial ou moral do autor, ambos sendo detentores de irrenunciabilidade e inalienabilidade, qualidades que não podem constituir pretensão de seu titular por serem personalíssimas, ao contrário do direito patrimonial do autor, que pode ser renunciado e alienado. Ademais, no quinto momento, o trabalho trata da proteção dos Direitos Autorais do autor-criador, na existência de conflito entre o princípio da dignidade da pessoa humana e outros direitos fundamentais dispostos na Constituição Federal de 1988, como a divergência entre os interesses individuais do autor e os interesses coletivos da comunidade, analisando a solução desses conflitos no caso concreto, pela aplicação do direito mediante a ponderação, valendo-se dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Por fim, conclui-se, que a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana na figura do autor-criador é imprescindível para a realização dos direitos inerentes à pessoa humana imbuídos de poder de criação, garantindo às relações de Direitos Autorais a concretização de direitos individuais e de direitos coletivos e oportunizando a função social do Direito Autoral.

Palavras-chave: Direitos humanos. Dignidade da pessoa humana. Direitos autorais.

¹ Assessora Jurídica da APESC/UNISC. Graduada em Direito pela UNISC (2003). Pós-graduada em Processo e suas Transformações pela UNISUL (2008) e em Direito Civil e seus Instrumentos de Tutela pela UNIDERP (2010). Aluna do Mestrado em Direito da UNISC. Participante do grupo de Estudos de Direito de Autor, coordenado pelo Prof. Jorge Renato dos Reis. Endereço eletrônico: michelebraun@bol.com.br.

² Advogado. Doutor em Direito pela UNISINOS. Professor do PPG em Direito da UNISC. Professor do Curso de Direito da Ulbra (Gravataí/RS). Membro da Comissão Especial de Propriedade Intelectual da OAB/RS. Membro da Associação Portuguesa de Direito Intelectual – APDI. Participante do grupo de Estudos de Direito de Autor, coordenado pelo Prof. Jorge Renato dos Reis. Endereço eletrônico: gonzagaadolfo@yahoo.com.br.

O ACESSO À JUSTIÇA COMO PROPULSOR DA CIDADANIA: UM ESTUDO À LUZ DOS TRATADOS INTERNACIONAIS

Fabiano Rodrigo Dupont¹
Rodrigo Cristiano Diehl
Rosane Teresinha Carvalho Porto²

Apresentador: Rodrigo Cristiano Diehl

Eixo Temático III: Direitos Humanos e Cidadania

Resumo: A conquista da proteção e da concretização dos direitos humanos está estritamente atrelada às inúmeras lutas perpetradas pela sociedade comum contra a dominação e a exploração de grupos sociais, que desejavam sustentar os seus privilégios às custas das classes menos favorecidas. Nesse contexto, com a passagem para o novo século, há o nascimento de novos direitos/valores que necessitam de proteção e que, por conta disso, suscitam inúmeras discussões sobre os desafios que viabilizem a perpetuação dos direitos humanos. Assim, o acesso à justiça se classifica como um direito inerente a todo ser humano, e por isso reconhecido pelos mais diversos dispositivos nacionais e internacionais - como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (no âmbito da Organização das Nações Unidas - global) e a Convenção Americana de Direitos Humanos (conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, na esfera da Organização dos Estados Americanos - regional). Nesse sentido, o presente estudo tem como base analisar o acesso à justiça, classificando-o a partir da concepção de um direito humano básico da sociedade; não sendo o simples acesso ao Poder Judiciário, se não, uma jurisdição ativa, célere e que responda, com efetividade, aos anseios da comunidade que está inserida. Por isso, acredita-se que o direito humano ao acesso à justiça, trata-se de um dos instrumentos essenciais das sociedades democráticas, e por conta disso, deve ser encarado como um direito vital para o pleno exercício das garantias fundamentais e humanas dos cidadãos. E sendo assim, diante de uma injustificada morosidade na prestação jurisdicional por parte do Estado, tem-se criado um clima de descontentamento por parte de toda comunidade, e de ensejar no descrédito das instituições judiciais. Desta forma, caso esses requisitos básicos de acesso à justiça de qualidade sejam desrespeitados, seja por negligência ou imprudência por parte do Estado, esse poderá e deverá ser responsável por todos os prejuízos causados pela sua conduta; afinal, estar-se-á diante de uma grave violação, pelo ente estatal, dos direitos humanos.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Direitos Humanos. Tratados Internacionais. Violação.

¹ Graduado em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Assessor Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Email: rodrigocristianodiehl@live.com

² Orientadora. Doutoranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Professora do Curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Email: rosaneporto@unisc.br

O GIGANTE PRECISA ACORDAR: A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL E OS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS: DIÁLOGOS URGENTES

Rodrigo Cristiano Diehl¹
Marli Marlene Moraes da Costa²

Apresentador: Rodrigo Cristiano Diehl

Eixo Temático II: Direitos Humanos e os Deveres Fundamentais

Resumo: Inúmeras alterações estão ocorrendo no arcabouço jurídico brasileiro referente ao trabalho de crianças e adolescentes, reconhecendo que, gradativamente, foram estabelecidos sistema de normas destinadas à proteção contra a exploração do trabalho infantil. Entretanto, as normas jurídicas por si só podem não surtir efeitos diretos ou indiretos. É nesse sentido que este estudo pretende compreender o direito de proteção da criança e do adolescente e as estratégias de enfrentamento à exploração do trabalho infantil através da gestão das políticas públicas no Brasil, enquanto mecanismos eficazes na promoção dos direitos e das garantias fundamentais dos infantes. Deste modo, no atual cenário brasileiro, visualiza-se uma série de obstáculos para a materialização da eliminação do trabalho infantil. Daí a necessidade de promover uma cultura de educação para efetivação da cidadania, incentivando a construção do pensamento crítico, autônomo e emancipatório, capaz de superar os mitos que legitimam a exploração de milhões de crianças e adolescentes. Assim, a sociedade em geral e, em especial, os governos federal, estadual, distrital e municipal e as organizações de empregadores e de trabalhadores devem unir esforços em prol da educação, adotando medidas imediatas e em caráter de urgência, para resgatar e proteger crianças e adolescentes de toda forma de exploração, como estabelece a Convenção da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil, ratificada pelo Brasil em 2002. A efetivação de políticas públicas apresenta-se como mecanismos apropriados para a erradicação do trabalho, possibilitando transformações profundas em diversos campos (saúde, educação, assistência social) e, principalmente, em sua dimensão jurídica. O Direito da Criança e do Adolescente apresenta-se como potencial alternativo que congrega uma nova visão, multidisciplinar e democrática. Além disso, atribui responsabilidades à tríplice - Estado, família e sociedade - quanto à efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. Do mesmo modo, no processo de construção do sistema de garantias desses direitos, as políticas educacionais estão em um espaço privilegiado pelo enraizamento, pela capacidade de descentralização e pela possibilidade de sensibilização das comunidades para a discussão sobre o tema, buscando alternativas concretas para a solução desta exploração. Portanto, a gestão das políticas públicas no âmbito jurídico ainda é bastante tímida e restritiva, podendo ser ampliada e intensificada, a fim de se transformar, mais do que mera previsão legal, em efetivo instrumento de exercício da cidadania e de consolidação da democracia, além de contribuir para uma maior legitimação das decisões tomadas no âmbito dos direitos humanos e garantias fundamentais, cujo relevo das matérias envolvidas se afiguram como sendo essenciais para a consecução e consolidação da própria democracia.

Palavras-chave: Direitos Humanos Fundamentais. Educação. Políticas Públicas. Trabalho Infantil.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Pesquisador da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Email: rodrigocristianodiehl@live.com

² Orientadora. Pós-doutora em Direito pela Universidade de Burgos – Espanha. Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Email: Marlicosta15@yahoo.com

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DECISÕES POLÍTICAS CONCRETIZADORAS DE DIREITOS

Evinis da Silveira Talon¹

Apresentador: Evinis da Silveira Talon

Eixo Temático: Direitos Humanos

Resumo: Atualmente, a democracia é considerada essencial e quase inquestionável nos Estados pós-modernos, sendo difícil imaginar um país garantista dos direitos humanos que não siga parâmetros minimamente democráticos. Apesar de historicamente reivindicada, a ausência de questionamentos atuais acerca da efetividade da democracia pode ter enfraquecido seu núcleo essencial e desmotivado o pensamento crítico, seja no plano dogmático – a própria teoria da democracia – ou no aspecto empírico – os efeitos práticos da democracia. Consequentemente, resta prejudicada a efetiva implementação de dois princípios democráticos de demasiada relevância, quais sejam, o controle popular sobre a tomada de decisões políticas e a igualdade de direitos no exercício do referido controle.

Desde a Antiguidade a sociedade enfrenta uma crise de representação, corroborada por diversos fatores, dentre os quais a busca pela dominação política e a imposição ideológica. Nesse esteio, constata-se verdadeira afronta aos ditames democráticos, podendo ser reconhecida uma crise representativa em níveis alarmantes, não havendo, por mais preocupante que seja, qualquer diálogo racional de superação da referida conjuntura. Noutro diapasão, a cidadania vem sendo definida como importante direito de participação política, conquista esta alcançada no século XIX. Entrementes, no contexto atual, a ausência do efetivo exercício da cidadania torna relativizado o debate sobre os meios de participação popular na esfera pública, principalmente no que concerne às decisões relacionadas aos direitos humanos. Ora, sabe-se que os direitos humanos e a cidadania estão intrinsecamente ligados, sendo um o fundamento e a consequência do outro. Sem os direitos humanos, a concepção cidadã estaria enfraquecida. Da mesma forma, sem o pleno exercício da cidadania, os direitos humanos seriam implementados de forma deficitária, sem a participação popular e a manifestação dos anseios sociais.

O estudo tem o escopo de inquirir os pontos ainda deficitários da democracia, os quais, se superados, poderão tornar mais significativa a participação popular nas decisões políticas. Assim, busca-se abordar a questão da crise democrática como uma crise do próprio exercício da cidadania, sugerindo algumas alternativas que, se implementadas, poderão tornar o processo democrático mais racional e discursivo na busca incessante de efetivação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Democracia. Cidadania. Direitos humanos.

¹ Graduado em Direito pelo Centro Universitário Fluminense (RJ), pós-graduando em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica (MG), pós-graduando em Direito Penal/Processual Penal, Direito Constitucional, Filosofia e Sociologia pela Universidade Gama Filho (RJ), professor do curso de graduação em Direito da Faculdade Dom Alberto (RS), evinis.talon@domalberto.edu.br.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO CATALIZADORA DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E FOMENTADORA DE UM UNIVERSO SUSTENTÁVEL

Andreza de Souza Toledo¹

Apresentadora: Andreza de Souza Toledo

Eixo Temático: GT 5 – Direitos Humanos e Ambiente

Resumo: A preocupação global com o meio ambiente vem aumentando progressivamente nos últimos anos e muito se tem cobrado, especialmente do Estado, no sentido de serem adotadas medidas capazes de efetivamente contribuir para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento de políticas voltadas à sustentabilidade. Destarte, pretende-se realizar um breve estudo acerca da possibilidade de a educação ambiental ser seriamente adotada como uma política pública voltada ao desenvolvimento de uma sociedade sustentável, a fim de garantir-se uma verdadeira observância aos direitos humanos. Nessa senda, atendo-se ao delineamento da atual conjuntura nacional da educação, objetiva-se investigar a importância da educação ambiental, bem como identificar eventuais modificações e posturas, a fim de que seja propiciada a justiça social e a plena consumação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, culminando, outrossim, com a proteção efetiva à dignidade da pessoa humana, almejando a plena realização da sustentabilidade.

Palavras chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Direitos Humanos.

¹ Universidade de Caxias do Sul-RS (UCS); Curso de Especialização *Stricto Sensu* em Direito Ambiental e Sociedade; Bolsista PROSUP/CAPES. E-mail: andrezatz@ibest.com.br.

A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Evinis da Silveira Talon¹

Apresentador: Evinis da Silveira Talon

Eixo Temático: Direitos Humanos

Resumo: Dentre os mais básicos direitos insculpidos na Constituição Federal de 1988, destaca-se o acesso à justiça, posto que dele decorre a possibilidade de concretização de todos os outros direitos. Aliás, a plena possibilidade de acesso à justiça, independentemente da condição econômica ou social é, certamente, o principal instrumento de inclusão dos menos favorecidos na sociedade pós-moderna. Em um cenário no qual os direitos à saúde, à educação e a tantos outros são considerados mera questão burocrática e orçamentária, a efetivação coercitiva tornou-se a única forma de concretizar o princípio da igualdade, um dos pilares do regime democrático. Assim, qualquer tentativa de exclusão ou marginalização é um atentado contra o Estado Democrático de Direito.

Nesse esteio, a Defensoria Pública se manifesta como um dos mais relevantes instrumentos de transformação e inclusão social na busca infindável pela implementação dos direitos humanos. A Lei Complementar nº 80, de 1994, com as recentes alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 132, de 2009, apenas formaliza o que já era faticamente incontestável durante a vigência do seu texto originário. Ademais, dentre as principais modificações legislativas no que concerne ao tema, tornou-se expressa a incumbência da Defensoria Pública na promoção dos Direitos Humanos (art. 1º), a prevalência e efetividade dos direitos humanos como objetivo institucional (art. 3º-A, III), além da função de promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico (art. 4º, III).

Portanto, o papel da Defensoria Pública não é o de mero meio de acesso ao Judiciário, assim entendido o nosso sistema processual, mas sim de instrumento garantidor da justiça e da inclusão social em todas as esferas. Assim, procura-se demonstrar como a atuação da Defensoria Pública contribui no importante cenário de garantia dos direitos humanos e superação das suas violações.

Palavras-chave: Defensoria Pública. Inclusão social. Justiça.

¹ Graduado em Direito pelo Centro Universitário Fluminense (RJ), pós-graduando em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica (MG), pós-graduando em Direito Penal/Processual Penal, Direito Constitucional, Filosofia e Sociologia pela Universidade Gama Filho (RJ), professor do curso de graduação em Direito da Faculdade Dom Alberto (RS), evinis.talon@domalberto.edu.br

ATELIÊ DE CIRANDA: O BRINCAR EM COMPANHIA

Tatiane Medianeira Baccin Ambrós¹
Luis Henrique Ramalho Pereira²

Apresentadora: Tatiane Medianeira Baccin Ambrós

Eixo Temático: Direitos humanos: I - Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade.

Resumo: Um ateliê de brincadeira consiste em brincar em companhia, o trabalho com o brincar nos remete a indagar sobre os efeitos da brincadeira na vida das crianças. O nosso trabalho se propõe a fazer um questionamento sobre as diversas formas de brincar, bem como a importância da mesma para a formação destes sujeitos. O trabalho com o ateliê de ciranda propõe que este brincar seja uma forma onde a criança possa expressar este saber-fazer-sobre-si-mesmo em companhia. O ateliê de ciranda endereça fantasia às crianças, sendo uma forma suportável de falar sobre si mesmo em companhia. É no momento da brincadeira que as crianças têm a oportunidade de criar um espaço de elaboração para seus medos, angústias e sofrimentos. Espaço este singular, onde através do brincar a criança vai ressignificando sua história e inventando o presente. Um ateliê de ciranda é um espaço aberto à produção de um ofício de estilo, campo das histórias, das ficções, onde o passado e o futuro são esculpidos no ato da brincadeira.

É no brincar que entendemos o valor da inclusão é nele que as crianças não percebem suas diferenças, se tem uma diferença eles não notam, eles se divertem, brincam e jogam e vão interagindo sem perceber as outras competências e habilidades dos seus colegas. Através da observação do desempenho das crianças com seus brinquedos podemos avaliar o nível de seu desenvolvimento motor e cognitivo. No lúdico, manifestam-se suas potencialidades e, ao observá-las, poderemos enriquecer sua aprendizagem, fornecendo através dos brinquedos os nutrientes ao seu desenvolvimento. O brincar é uma forma de comportamento característico da infância, pertencem a um conjunto de atividades que compõem a noção do jogo. O brincar e os brinquedos, não constituem apenas uma necessidade biológica destinada a descarregar energia, as crianças brincam porque pensam sobre suas experiências emocionais e torna (re) conhecível suas potencialidades. O brinquedo é uma oportunidade de desenvolvimento. Brincando a criança experimenta, descobre, inventa, aprende e confere habilidades.

Além de estimular a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração e atenção. Brincar é indispensável à saúde física, emocional e intelectual da criança. Irá contribuir, no futuro, para a eficiência e para o equilíbrio do adulto. Brincar é um momento de autoexpressão e autorrealização. Quando a criança brinca em grupo está exercitando sua capacidade de socialização com as demais crianças, seja na troca de brinquedos ou aprendendo com as regras do jogo. Para que o brinquedo seja significativo para a criança, é preciso que tenha pontos de contato com a sua realidade. No lúdico, manifestam-se suas potencialidades e ao observá-las poderemos enriquecer sua aprendizagem, fornecendo através dos brinquedos os nutrientes ao seu desenvolvimento. Na brincadeira somos exatamente quem somos e, ao mesmo tempo, todas as possibilidades de ser estão nela contidas. Como brincar associa pensamento e ação, é comunicação e expressão, transforma e se transforma continuamente, é um meio de aprender a viver e de proclamar a vida.

Palavras-chave: Ateliê. Ciranda. Brincar. Companhia. Grupos.

¹ ULBRA. Psicologia. E-mail: tatianeambros@yahoo.com.br.

² Psicólogo. Mestre em Educação. Professor – ULBRA, Santa Maria – RS, luishp7@yahoo.com.br.

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: FUNDAMENTAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Francieli Freitas Meotti¹
Luiza Odorissi
Mônia Clarissa Hennig Leal²

Apresentadora: Francieli Freitas Meotti

Eixo Temático: Direitos Humanos

Resumo: O presente trabalho busca apresentar a relação entre direitos humanos e direitos fundamentais, mostrando diferentes justificativas para a sua fundamentação e analisar sua concretização no ordenamento jurídico brasileiro. Podemos afirmar que direitos humanos são consequências de valores que são intrínsecos a cada pessoa; e, em consequência disso, são reconhecidos por todos os Estados, sendo anteriores a estes, quanto aos direitos fundamentais são decorrentes da positivação desses direitos humanos, pois em alguma determinada época, por necessidade, o Estado viu-se obrigado a tornar os direitos humanos positivos. Diante disso, podemos tomar como fundamentação desses dois campos do direito o jusnaturalismo e o positivismo, como afirma Gorczewski os direitos humanos possuem um caráter natural, ou seja, são aqueles que os homens carregam consigo sendo deles inseparável, não justificando a sua existência pelo mundo jurídico, mas sim pela simples existência do indivíduo, explicando assim a sua característica ligada ao jusnaturalismo, já o positivismo, justifica o direito como uma ciência, na qual o direito deve ser compreendido fora do campo de sua origem natural, pois só é válida a norma a partir do momento em que estiver positivada, sendo o direito reflexo da convivência em sociedade, apresentando-se como direitos fundamentais. Os direitos humanos devem ser compreendidos dentro de períodos históricos para que se tenha melhor entendimento sobre como foi ocorrendo a sua concretização para que fossem entendidos como válidos, apresentam-se então diante de sua concretização como direitos fundamentais, devendo-se levar em conta que hoje se apresentam em várias gerações devido a sua evolução e aparecimento de novos direitos que devem ser resguardados, como assegura Gorczewski “uma sociedade aberta, livre e democrática será sempre sensível e estará atenta ao surgimento de novas necessidades que fundamentar-se-ão em novos direitos”. Assim, direitos humanos decorrem de uma universalidade, enquanto os direitos fundamentais resultam da positivação, dentro de um determinado território. Portanto, em razão do caráter democrático que orienta o Estado brasileiro, bem como, da constante evolução da sociedade, torna-se imprescindível à observância das novas demandas sociais e, conseqüentemente, da real e concreta proteção dos direitos.

Palavras-chave: Direitos humanos. Direitos fundamentais. Fundamentação. Concretização.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Direitos Sociais e Políticas Públicas da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Bolsista CAPES. Membro do grupo de pesquisa: “Jurisdição Constitucional aberta” coordenado pela Professora Pós-Dr^a Mônia Clarissa Hennig Leal. E-mail: francielimeotti@hotmail.com

² Pós-Doutorado na Ruprecht-Karls Universität Heidelberg (Alemanha) e Doutorado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (com pesquisas realizadas junto à Ruprecht-Karls Universität Heidelberg, na Alemanha). Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da UNISC, onde ministra as disciplinas de Jurisdição Constitucional e de Controle Jurisdicional de Políticas Públicas, respectivamente. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Jurisdição Constitucional aberta”, vinculado ao CNPq. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

AS NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS DE PRESERVAÇÃO DA VERDADE E MEMÓRIA HISTÓRICAS: UMA GARANTIA AOS DIREITOS HUMANOS

Jaqueline Machado Hammes¹
Simone Andrea Schwinn

Apresentadoras: Simone Andrea Schwinn e Jaqueline Machado Hammes

Eixo Temático: Direitos Humanos
Subeixo: Direitos Humanos e Cidadania

Resumo: Na era das novas tecnologias, o debate sobre os direitos humanos tem motivado diferentes enfoques, uma vez que, enquanto fruto da modernidade, não há como delas abstrair-se. Como reflexo destes tempos modernos, as novas tecnologias devem ser instrumentos de promoção desses direitos, haja vista as inúmeras consequências que seu uso, ou formas de acesso, ou ainda, o não acesso causam aos indivíduos. O presente artigo propõe uma discussão acerca do papel das novas tecnologias - internet, mídia, ferramentas digitais, e-books - como mecanismo de preservação da verdade e memória históricas, garantindo assim, a proteção aos direitos humanos, uma vez que, ao não deixar cair no esquecimento períodos onde imperou o “terror de Estado”, objetiva-se a não repetição de atos ofensivos e lesivos aos direitos humanos e fundamentais, no presente e no futuro. Adverte-se aqui que, não se trata de uma verdade do vencedor, nem de uma memória para causar maior dor e sofrimento, ou como forma revanchismo, mas de maneiras de reviver o passado, para que se possa resgatá-lo e reconstruí-lo, e onde, com o auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), é possível criar uma nova arena para o debate acerca das violações causadas por regimes autoritários, que deixam marcas até hoje. Assim, os direitos humanos alcançam ainda mais espaço para sua proteção, na medida em que as novas tecnologias podem servir como indutoras, prestando amparo a uma série de direitos, violados ao longo da história. Desta forma, primeiramente tratará de conceituar o direito à memória e à verdade, enquanto direitos fundamentais, dos quais são detentores, tanto as vítimas diretas de abusos a direitos, quanto à sociedade em seu conjunto. Posteriormente, abordará a questão dos direitos humanos, inseridos em uma nova arena de debates, ou seja, o espaço virtual e, por fim, tratará da preservação da verdade e memória históricas através da utilização das novas tecnologias, acarretando assim, o fortalecimento da proteção aos direitos humanos, por meio da implementação de políticas públicas de proteção e promoção desses direitos. A conclusão a que se chega é que, diante das atrocidades cometidas no passado recente de nossa história, em nome e pelo Estado, e diante da realidade atual, onde as informações circulam em espaços virtuais, com extrema velocidade, estes espaços tornam-se ferramentas importantes para que o passado de violações seja conhecido e para que não seja esquecido. Assim, é dever de Estados e governos a implementação de políticas públicas de acesso às TICs, de forma qualificada, tendo em vista a preservação da memória e verdade históricas também no espaço virtual e sua reprodução por diferentes meios tecnológicos.

Palavras-chave: Memória. Verdade. Direitos Humanos. Novas tecnologias. Políticas públicas.

¹ Mestre em Direito pela UNISC, com área de concentração em Demandas Sociais e Políticas Públicas. Linha de pesquisa: Políticas Públicas de Inclusão Social. Graduada em Direito pela UNISC. Integrante do Grupo de Pesquisa “Direito, Cidadania e Políticas Públicas”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Mestrado e Doutorado - UNISC. E-mail: jake@viavale.com.br

GÊNERO E SEXUALIDADE: DISCUSSÕES NO ESPAÇO ESCOLAR

Celso Kraemer¹
Clarice Klann Constantino
Cristiane Theiss Lopes

Apresentadora: Clarice Klann Constantino

Eixo Temático: I - Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade

Resumo: A sexualidade é permeada por inúmeros conceitos e significados estabelecidos socialmente. Ela está inserida em embates e conflitos que carregam consigo valores, estigmas e preconceitos perante uma sociedade que tem no referencial de gênero a naturalização do ser “homem” e “mulher”. A heteronormatividade acaba negando outras formas de viver e experimentar a sexualidade. Por muito tempo na História a mulher viu-se apenas no papel da procriação e cuidado dos filhos, submissa a uma cultura machista, na qual o homem era detentor exclusivo dos papéis públicos. Com as lutas pelos direitos da mulher e com apoio dos estudos de gênero, o movimento feminista constrói outros significados para o ser mulher, criando outras possibilidades para a sexualidade. Isso denota o caráter social e histórico da questão de gênero, diferente da visão biológica e teológica. Atualmente, os estudos sobre gênero e sexualidade admitem outras formas de sexualidade, além do masculino e do feminino. Tais formas também tiveram sua elaboração ao longo da História, também requereram seu espaço na luta pelo reconhecimento, nas políticas públicas e na sociedade. O conflito atualmente envolve, além do feminismo, outros modos de viver a sexualidade. A pauta da questão da homossexualidade atualmente implica outras categorias como gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros etc. Embora a discussão se amplie, permanece o binarismo entre homossexualidade/heterossexualidade. A discussão sobre a temática é importante e necessária para questionar fundamentalismos que geram violência e atentar para categorização que fixa identidades, localizando os sujeitos que nelas não se enquadram. Com base teórica em autores que discutem essa temática como Butler (2003), Swain (1994), Louro (2000), Prado (2012) entre outros e partindo de uma abordagem arqueológica/genealógica de Foucault e seus estudos sobre a sexualidade, o presente trabalho propõe discutir a construção das identidades de gêneros nos processos sócio-históricos, bem como os conflitos e a violência presente nesses processos que marcam de forma significativa a subjetividade das pessoas. A coleta do material empírico ocorre no espaço escolar, com alunos e professores, através de entrevistas. A escola, enquanto instituição social, também é política. Assim, em seu interior se fazem presentes relações de poder. É nessa trama de relações que se constitui e se desenvolve boa parte do que somos e vivemos em nossas experiências afetivas e culturais. Por ser presente na vida de praticamente todas as pessoas e por sua obrigatoriedade ser assegurada em lei, a escola acaba sendo uma instituição importante nas práticas sociais. As discussões propostas pela presente pesquisa podem contribuir para uma abordagem crítica no combate ao preconceito e à violência, nas questões de gênero. A sexualidade, enquanto processo histórico-cultural, faz-se presente na vida das pessoas, da infância à velhice, está sempre em devir. Não é possível dizer como a sexualidade se faz no indivíduo, pois ela é subjetiva e em constante processo. Porém, o modo como diferentes seguimentos moralistas a têm atacado, inspira preocupação, pela violência latente, expondo a sociedade ao preconceito e à injúria, sobretudo às pessoas com orientações homoafetivas e que resistem à hegemonia heteroafetiva.

Palavras-chave: Homoafetividade. Gênero. Sexualidade. Escola. Preconceito.

¹ Professor Doutor em Filosofia na Universidade Regional de Blumenau – FURB, no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação. Pesquisa financiada pelo CNPQ, e-mail: kraemer@furb.br.

DIREITOS HUMANOS, DEVERES FUNDAMENTAIS E RELAÇÕES PRIVADAS: UM ESTUDO SOBRE AS POSSÍVEIS INTERSECÇÕES JURÍDICAS

Aneline dos Santos Ziemann¹, Vinicius Cassio Swarowski

Orientador: Jorge Renato dos Reis², Apresentadora: Aneline dos Santos Ziemann

Eixo Temático: Direitos Humanos e Deveres Fundamentais

Resumo: Num primeiro momento, o estudo tem por objetivo analisar os diversos conceitos de direitos humanos e de deveres fundamentais, para que, assim, seja possível em um segundo momento, construir uma teoria direcionada à relação entre ambos. A concretização desta linha de pesquisa dependerá de um olhar mais profundo acerca das diversas interpretações dadas aos direitos humanos, com o escopo de ampliar e abranger a visão sobre este, possibilitando assim, uma melhor compreensão do tema. E, no que tange aos deveres fundamentais, será realizada a verificação a respeito de seu significado na sociedade atual, a fim de explorar de maneira mais eficaz sua definição e, ainda, sua relação e aplicação na esfera privada. Para tanto, pretende-se alcançar um entendimento conceitual de “direitos humanos” e de “deveres fundamentais” na fase inicial do presente estudo, para que seja possível a elaboração mais rica de fontes a respeito da existência ou não de conceitos definidos, ou seja, de conceitos padronizados sobre os temas em questão. Portanto, após a realização desta primeira análise, o estudo seguirá, no sentido de buscar entender qual a relação existente entre os direitos humanos e os deveres fundamentais, de maneira que, seja arquitetado um alicerce de conhecimento capaz de gerar, futuramente, uma série de debates a serem ainda mais enraizados do que o estudo ora proposto. O objetivo a ser alcançado nesta pesquisa, é a iniciação ao estudo dos direitos humanos e dos deveres fundamentais, dissertando sobre seus conceitos, fundamentações, relevância no ordenamento jurídico, relevância face à sociedade contemporânea, inter-relação com as relações jurídico-particulares, e, meios de efetivação destes direitos. Diversas são as razões que justificaram a escolha desse tema. Dentre elas, estão a atualidade do tema no que diz respeito aos direitos humanos, que busca cada vez mais espaço e ainda gera divergências conceituais, especialmente quando se busca uma visão objetiva, e, quanto aos deveres fundamentais, sua necessária atenção para a construção de uma sociedade que esteja em conformidade com o texto constitucional. A pesquisa encontra-se em sua fase inicial, na busca de reunir e captar todas as informações, leituras, fichamentos e estudos imprescindíveis para o desenvolvimento aprofundado desta pesquisa. Para tanto, faz-se necessário buscar bibliografias, artigos e em todo o acervo disponível, que esteja relacionado ao estudo proposto, focando-se no amplo desenvolvimento de leituras. Ainda, será utilizada na realização da pesquisa, fichamentos de obras relacionadas aos temas, uma vez que nestas estarão os conteúdos a serem agregados na formação do texto, e até mesmo para que facilite a elaboração do mesmo. Outra fonte de pesquisa a ser utilizada é a participação em grupos de estudos que envolvam a temática aqui desenvolvida, mais especificamente no que diz respeito às intersecções entre o direito público e o direito privado, em virtude de que os debates e leituras desenvolvidos nestes grupos são capazes de agregar profundidade e conhecimento ao trabalho a ser desenvolvido.

Palavras-chave: Direitos humanos. Deveres fundamentais. Direito privado.

¹ Mestranda em Direito da UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul - RS, com bolsa CAPES tipo II. Integrante dos Grupos de Estudos “Direito do Autor” e “Intersecções Jurídicas entre o Público e o Privado”, ambos coordenados pelo Prof. Pós-Doutor Jorge Renato dos Reis. Advogada, e-mail: aneziemann@yahoo.com.br

² Pós-doutor pela Università Degli Studi di Salerno-Itália. Doutor pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Especialista em Direito Privado pela UNISC. Graduado em Direito pelas Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul. Pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu-Mestrado em Direito da UNISC. Professor na graduação da UNISC. Professor de cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu em diversas universidades do país. É advogado atuante. E-mail: jreis@viavale.com.br.

AS NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS DE PRESERVAÇÃO DA VERDADE E MEMÓRIA HISTÓRICAS: UMA GARANTIA AOS DIREITOS HUMANOS

Jaqueline Machado Hammes¹
Simone Andrea Schwinn

Apresentadoras: Simone Andrea Schwinn e Jaqueline Machado Hammes

Eixo Temático: Direitos Humanos **Subeixo: Direitos Humanos e Cidadania**

Resumo: Na era das novas tecnologias, o debate sobre os direitos humanos tem motivado diferentes enfoques, uma vez que, enquanto fruto da modernidade, não há como delas abstrair-se. Como reflexo destes tempos modernos, as novas tecnologias devem ser instrumentos de promoção desses direitos, haja vista as inúmeras consequências que seu uso, ou formas de acesso, ou ainda, o não acesso causam aos indivíduos. O presente artigo propõe uma discussão acerca do papel das novas tecnologias - internet, mídia, ferramentas digitais, e-books - como mecanismo de preservação da verdade e memória históricas, garantindo assim, a proteção aos direitos humanos, uma vez que, ao não deixar cair no esquecimento períodos onde imperou o “terror de Estado”, objetiva-se a não repetição de atos ofensivos e lesivos aos direitos humanos e fundamentais, no presente e no futuro. Adverte-se aqui que, não se trata de uma verdade do vencedor, nem de uma memória para causar maior dor e sofrimento, ou como forma revanchismo, mas de maneiras de reviver o passado, para que se possa resgatá-lo e reconstruí-lo, e onde, com o auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), é possível criar uma nova arena para o debate acerca das violações causadas por regimes autoritários, que deixam marcas até hoje. Assim, os direitos humanos alcançam ainda mais espaço para sua proteção, na medida em que as novas tecnologias podem servir como indutoras, prestando amparo a uma série de direitos, violados ao longo da história. Desta forma, primeiramente tratará de conceituar o direito à memória e à verdade, enquanto direitos fundamentais, dos quais são detentores, tanto as vítimas diretas de abusos a direitos, quanto à sociedade em seu conjunto. Posteriormente, abordará a questão dos direitos humanos, inseridos em uma nova arena de debates, ou seja, o espaço virtual e, por fim, tratará da preservação da verdade e memória históricas através da utilização das novas tecnologias, acarretando assim, o fortalecimento da proteção aos direitos humanos, por meio da implementação de políticas públicas de proteção e promoção desses direitos. A conclusão a que se chega é que, diante das atrocidades cometidas no passado recente de nossa história, em nome e pelo Estado, e diante da realidade atual, onde as informações circulam em espaços virtuais, com extrema velocidade, estes espaços tornam-se ferramentas importantes para que o passado de violações seja conhecido e para que não seja esquecido. Assim, é dever de Estados e governos a implementação de políticas públicas de acesso às TICs, de forma qualificada, tendo em vista a preservação da memória e verdade históricas também no espaço virtual e sua reprodução por diferentes meios tecnológicos.

Palavras-chave: Memória. Verdade. Direitos Humanos. Novas tecnologias. Políticas públicas.

¹ Mestre em Direito pela UNISC, com área de concentração em Demandas Sociais e Políticas Públicas. Linha de pesquisa: Políticas Públicas de Inclusão Social. Graduada em Direito pela UNISC. Integrante do Grupo de Pesquisa “Direito, Cidadania e Políticas Públicas”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Mestrado e Doutorado - UNISC. E-mail: jake@viavale.com.br

UNIAPREN: PROMOVENDO A INCLUSÃO POR MEIO DA ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS

Ana Paula Scheeren
Lucas Henrique Palioza¹
Daiane Clesnei da Rosa
Márcia Jussara Hepp Rehfeldt
Maria Elisabete Bersch²
Maria Isabel Lopes

Apresentador(es): Lucas Henrique Palioza, Ana Paula Scheeren e Maria Isabel Lopes

Eixo Temático: Direitos Humanos

Resumo: Contribuir qualitativamente com os processos de ensino e de aprendizagem na Univates corresponde à ideia que originou a criação do Laboratório Univates de Aprendizagem – UNIAPREN –, vinculado ao Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP. Este espaço possui um ambiente interno dividido em três salas distintas: 1) **Sala de Apoio Didático Pedagógico**, na qual estudantes são auxiliados, por meio de monitorias, a minimizar suas dificuldades e/ou dúvidas de aprendizagem; 2) **Sala de formação tecnológica**, em que são apresentadas, aos professores, ferramentas tecnológicas que podem ser utilizadas para aprimorar as aulas; 3) **Sala de produção de materiais**, na qual são criados, obtidos, explorados e armazenados recursos a serem disponibilizados para comunidade acadêmica. Tomando como partida a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, o UNIAPREN cria o serviço de produção e adaptação de materiais, garantindo o acesso ao conhecimento, a partir de propostas que qualifiquem os processos de ensino e de aprendizagem. Thoma (2004, p. 47), ao se referir ao movimento que hoje denominamos inclusão, seja ele escolar ou social, diz que este é “[...] um movimento que preconiza a inversão de papéis, defendendo a ideia de que o meio deve adaptar-se para atender as necessidades de todos e de cada um, sejam eles portadores de deficiência ou não”. Buscando atender essas singularidades, o NAP informa ao professor que em sua turma está matriculado um estudante que se autodeclarou com deficiência e o convida a buscar orientação no UNIAPREN. Nesse apoio, busca-se concretizar as adaptações curriculares que possibilitam o acesso ao currículo. Segundo Carvalho (2008), nesse currículo o aluno está diretamente envolvido nos processos de ensino e de aprendizagem. Para o autor “suas diferenças individuais, traduzidas como diferenças características e necessidades pessoais, devem ser conhecidas e respeitadas para a organização do ensino, com vistas à qualidade de sua aprendizagem” (CARVALHO, 2008, p. 111). Desta forma, objetiva-se: a) obter maior participação de discentes com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem em todas as atividades desenvolvidas no projeto curricular; b) levar tais discentes a atingirem os objetivos de cada nível do fluxo educativo. No primeiro semestre de 2013 foram realizadas as adaptações a seguir: conversão de arquivos em texto para leitura por meio do *software DOSVOX*; impressões ampliadas em folha A3 e adaptações de arquivos em imagem para alunos com baixa visão; digitalizações e edições de texto. Ademais, ocorreu a construção de objetos de aprendizagem a partir de materiais disponibilizados pelo professor. As referidas atividades foram desenvolvidas por funcionários do UNIAPREN, sob a orientação do NAP e com apoio do Núcleo de Educação a Distância - NEAD. A expectativa é que esse serviço contribua para que o estudante com deficiência seja agente da própria aprendizagem, de tal forma que a motivação para estudar e a iniciativa de aprender tenham origem em si mesmo, não dependendo de outrem.

Palavras-chave: Uniapren. Aprendizagem. Adaptação de materiais.

¹ Univates, UNIAPREN, uniapren@univates.br.

² Orientadora. Mestre em Educação, Univates, bete@univates.br.

A FUNÇÃO SOCIAL DA LINGUAGEM PRESENTE NA JUSTIÇA RESTAURATIVA

Fernando Oliveira Piedade¹
Marli Marlene M. da Costa²

Eixo Temático: DIREITOS HUMANOS (Direitos Humanos e Cidadania)

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade refletir sobre a importância da linguagem para a justiça restaurativa. Pois, essa abordagem baseia-se essencialmente no uso da palavra para que vítima, ofensor e terceiros interessados através do diálogo possam de maneira flexível e consciente resolver suas diferenças a fim de que seja restabelecido o convívio social harmônico e a cultura da paz. Nesse contexto, pretende-se enfatizar a importância da linguagem para a Justiça Restaurativa, visto que é através dela seja na fala ou na escrita que os profissionais envolvidos buscam dirimir os conflitos sociais. Nessa linha de raciocínio, verifica-se que a abordagem restaurativa surge como um meio alternativo à resolução de conflitos baseando-se em um procedimento de consenso, onde os atores sociais envolvidos possam voluntariamente participar dos processos restaurativos levando em consideração a necessidade, a restituição e a reintegração do autor e da vítima ao seio social, por meio das práticas sociais da linguagem, ou seja, de uma comunicação não violenta, onde ações linguísticas expressar, escutar e respeitar são ferramentas fundamentais para a participação justa e igualitária nos ciclos restaurativos, sendo respeitados os direitos de cidadania. Sendo assim, vale mencionar que a justiça restaurativa é fundamentada nos princípios do empoderamento, participação, autonomia, respeito, busca de sentido e de pertencimento na responsabilização pelos danos causados, mas também na satisfação das necessidades evidenciadas a partir da situação de conflito, levando todos os sujeitos sociais a fazer uma reflexão a respeito de como devemos aprender a fazer, a conhecer, a ser e a viver juntos a fim de que haja um comprometimento entre justiça e inclusão social. Diante dessa realidade, observa-se que linguagem e sociedade são realidades que se inter-relacionam. É impossível concebermos a existência de uma sem outra. A finalidade de uma língua e a de servir como meio de comunicação e interação social e, por isso, ela é interpretada como produto e expressão da cultura humana.

Palavras-chave: Linguagem. Justiça Restaurativa. Atores Sociais.

¹ Mestrando em DIREITO pela UNISC com Bolsa da Capes tipo 1. Integrante do grupo de pesquisa Direito, Cidadania e Políticas Públicas na UNISC. Bacharel em DIREITO com Bolsa FIES na Estácio/Faculdade São Luís. Licenciado em Letras Português/Espanhol com Bolsa Integral PROUNI pela Faculdade Santa Fé. Possui Especialização em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade Evangélica do Meio Norte e Metodologia do Ensino da Língua Espanhola pela Faculdade Santa Fé. E-mail: nandooliver27@hotmail.com

² Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Burgos - Espanha, com bolsa CAPES Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Coordenadora e Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado da UNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos Direito, Cidadania e Políticas Públicas na mesma Universidade. Especialista em Direito Privado. Professora do Curso de Direito da FEMA. Psicóloga com Especialização em Terapia Familiar. Autora de livros e artigos em revistas especializadas. E-mail: marlicosta15@yahoo.com.br

LINGUAGEM JURÍDICA E ACESSO À JUSTIÇA

Fernando Oliveira Piedade¹
Marli Marlene M. da Costa²

Eixo Temático: DIREITOS HUMANOS (Direitos Humanos e os Deveres Fundamentais)

RESUMO: É frequente ver o cidadão deparar-se com expressões linguísticas usadas pelos operadores do direito que pouco esclarece seu conteúdo normativo. O fenômeno da linguagem tem como função de servir como ferramenta de ligação, permitindo assim o entendimento, a interpretação e a interação entre as pessoas. Nesse contexto, acredita-se que a linguagem não é apenas um veículo de comunicação para transmissão de informações. Seu papel deve proporcionar ao cidadão oportunidade, participação e inclusão social, promovendo o acesso à justiça de maneira crítica, reflexiva e consciente, sendo respeitados seus direitos de cidadania, pois de acordo com o art. 5º XIV - é assegurado a todos o acesso à informação. Sendo assim, o presente trabalho pretende enfatizar a importância da linguagem para a construção dos enunciados linguísticos e semânticos do discurso jurídico, visto que é por meio da linguagem que a ciência jurídica estabelece seus vínculos entre os profissionais do direito e a sociedade em geral. A sociedade tem a capacidade tanto de causar transformações na língua, quanto de apresentar dependência do seu uso, visto que acompanha as mudanças ocorridas se transformando, se alterando e se adequando a novas realidades vividas pelo meio sociais. Através da linguagem consegue-se organizar e exteriorizar o pensamento, isto é, um instrumento onde ao mesmo tempo influencia-se e é influenciado. Nessa linha de raciocínio, a história das verdades jurídicas apresenta um discurso estruturador de poder, pois a linguagem usada pelos profissionais do direito revela-se de maneira enigmática. Nessa ótica, a linguagem jurídica, espaço de poder, apresenta-se de maneira obscura, repleta de segredos e constitutiva de múltiplos efeitos mágicos, em que pese ser reveladora de forte marca ideológica, contribuindo incisivamente para a manipulação do cidadão. O conhecimento jurídico alicerçado no positivismo jurídico garante poder e gera uma estrutura baseada na hierarquia. Diante disso, o espaço social vê-se em meio a estruturas linguísticas totalmente fantasiosas.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Cidadania. Acesso à Justiça.

1 Mestrando em DIREITO pela UNISC com Bolsa da Capes tipo 1. Integrante do grupo de pesquisa Direito, Cidadania e Políticas Públicas na UNISC. Bacharel em DIREITO com Bolsa FIES na Estácio/Faculdade São Luís. Licenciado em Letras Português/Espanhol com Bolsa Integral PROUNI pela Faculdade Santa Fé. Possui Especialização em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade Evangélica do Meio Norte e Metodologia do Ensino da Língua Espanhola pela Faculdade Santa Fé. E-mail: nandooliver27@hotmail.com

2 Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Burgos – Espanha, com bolsa CAPES Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Coordenadora e Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado da UNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos Direito, Cidadania e Políticas Públicas na mesma Universidade. Especialista em Direito Privado. Professora do Curso de Direito da FEMA. Psicóloga com Especialização em Terapia Familiar. Autora de livros e artigos em revistas especializadas. E-mail: marlicosta15@yahoo.com.br

A JUDICIALIZAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE E O DEVER DE PRESTAÇÃO DO ESTADO

Janaina Cristina Battistelo Cignachi¹

Apresentadora: Janaina Cristina Battistelo Cignachi

Eixo Temático: Direitos Humanos

Subeixo: Direitos Humanos e os Deveres Fundamentais

Resumo: O presente trabalho visa a empreender um estudo sobre a problemática envolvendo o direito à saúde e a atuação do Estado. Nessa perspectiva, propõe-se verificar os efeitos advindos das políticas públicas de saúde face à crescente demanda judicial para concessão de terapias e medicamentos, levando-se em conta aspectos econômicos, legais e sociais. Desta forma, a Constituição Federal de 1988 tem papel importante para a concretização das políticas públicas, uma vez que garante a todos o direito à saúde, bem como a proteção à vida. Nessa feita, o Judiciário tende a atuar no sentido de promover a possibilidade de efetivação de uma justiça sanitária comprometida com a dignidade da pessoa humana. O estudo em debate permite considerar que as decisões judiciais devem se ater a limites e critérios para a concessão ou denegação de terapias e medicamentos que representam altos custos para Municípios, Estados e União. Por fim, conclui-se pelo estudo realizado que as políticas públicas de acesso à saúde devem ser revistas e intensificadas de modo a atender à saúde do cidadão, procurando um equilíbrio financeiro e promovendo a justiça sanitária no país.

Palavras- Chave: Direito à Saúde. Políticas públicas. Judicialização.

¹ Mestranda em Direito Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduada em Direito pela mesma Instituição. Bolsista CAPES. Advogada e Assessora Jurídica Municipal. *E-mail:* janaina.cignachi@hotmail.com

SUSTENTA- BILIDADE

COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA: PROBLEMATIZANDO AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS DA SOCIEDADE CIVIL

Autoras Jane Mazzarino¹
Luciana Turatti
Margarita Rosa Gavéria Mejia

Eixo Temático: Sustentabilidades Contemporâneas

Resumo: A produção científica na área da comunicação ambiental focada nos modos de interação nas redes sociais é incipiente. É relevante investigar as diversas manifestações sobre os temas socioambientais em espaços alternativos criados pela sociedade civil organizada, como os movimentos sociais, entre eles os ambientalistas, bem como em espaços da sociedade civil não organizada, do cidadão comum. Referimo-nos a *sites, facebook, twitter, blogs* etc. Esta contribuição científica trata de um projeto de pesquisa que aborda os temas ambientais em mídias comerciais e da sociedade civil. Problematisa-se como determinados grupos da sociedade civil organizada se posicionam diante dos problemas ambientais contemporâneos, que agendas são focadas por organizações da sociedade civil quando tratam da questão dos recursos hídricos, quais fontes são convidadas a ter voz e quais enquadramentos estão sendo priorizados? Diante destas ofertas, como os receptores interagem e repercutem estas notícias nas redes sociais? Que posicionamentos os internautas assumem ao se manifestar nas redes sociais da sociedade civil, quando agendadas por notícias e temas ambientais discutidos nos seus espaços midiáticos? Já tendo realizado estudos sobre a abordagem de temas ambientais nas mídias comerciais, questiona-se qual é o grau de aproximação entre estas mídias e as da sociedade civil? Em que se aproximam e se distanciam estas diferentes abordagens quanto à construção de processos de comunicação pública? O direito à informação sobre os temas públicos está sendo preservado nos processos de midiatização engendrado pelas organizações da sociedade civil? De que modo as práticas midiáticas das organizações da sociedade civil e dos internautas podem estar apontando para processos de cidadania e governança ambiental? Esta proposta está sendo realizada pelo Grupo de Pesquisa vinculado ao CNPq Práticas Ambientais, Comunicação, Educação e Cidadania, que desenvolve seu trabalho atrelado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates.

Palavras-chave: Comunicação ambiental. Cidadania. Sociedade civil.

¹ Bacharel em Jornalismo, mestre e doutora em Ciências da Comunicação (Unisinos), professora do PPG Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário Univates. E mail: janemazzarino@gmail.com.

FORMAÇÃO DOCENTE E PENSAMENTO NÔMADE: POSSIBILIDADES, CRIAÇÃO E EXPERIÊNCIAS NUM PROJETO DE EXTENSÃO

Angélica Vier Munhoz¹
Cláudia Inês Horn
Cristiano Bedin da Costa
Fabiane Olegário
Fernando Rodrigo Zanatta
Morgana Domênica Hattge
Tânia Micheline Miorando

Apresentadoras: Cláudia Inês Horn e Fabiane Olegário

Eixo Temático: Sustentabilidades contemporâneas: Processos culturais contemporâneos

Resumo: Tendo como referencial teórico o pensamento da diferença, desenvolvido por autores como Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Gilles Deleuze e Roland Barthes, o projeto de extensão Formação pedagógica e pensamento nômade, organizado por um grupo de professores do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVATES/RS/BRA, além de propor atividades de extensão por meio de uma pedagogia comprometida com a experimentação, com o exercício de novas maneiras de ser e agir, com uma postura ética de afirmação da vida naquilo que ela efetivamente é: errância, movimento e criação, têm por objetivo problematizar a Formação Pedagógica ancorada em pressupostos normativos, através dos quais o pensamento em educação permanece estratificado. Na esteira, portanto, de uma educação menor, queremos pensar esse projeto de extensão como uma proposta “de-formação”, cujas práticas nem sempre se identificam com as diretrizes ministeriais para a formação de professores, nas quais imperam, muitas vezes, os modelos, as fórmulas prontas, as rotas seguras, com pontos de partida e chegada pré-definidos. Nosso desejo é trilhar outros caminhos, explorar labirintos buscando nos deter mais na fruição das possibilidades que o caminho nos apresenta do que na busca apressada pela saída. Tais práticas menores convidam ao exercício da *desterritorialização de uma linguagem pedagógica* que se traduz no mesmo, outra e mais uma vez. Importa, nas diversas atividades oferecidas pelo projeto, buscar outras formas de nomear, instituir outros processos de construção de sentidos. Incitam ainda a produção de *outras ramificações políticas*, como atos de resistência ao que parece óbvio e necessário. Em síntese, tal projeto, além de atender às demandas de atividades de extensão, advindas das redes educacionais da região, também propõe a criação de espaços de formação pedagógica através de palestras, oficinas, grupos de estudos, cursos e exposições enfrentando o desafio de romper com o óbvio instituído e propor outros movimentos. Assim, a cada semestre é realizada uma agenda de atividades oferecida aos alunos e professores da Univates, mas também ao público externo, como professores das redes públicas e privadas, ex-alunos e demais interessados. A agenda A/2013 contou com a oficina “Uma conversa sobre contação de histórias, a Roda de Conversa “Ilustração editorial e Literatura Infanto-juvenil”, os grupos de estudos “Arte Pesquisa e Educação” e “O que pode a educação?”, dois cursos de formação pedagógica “Pesquisa e prática docente: o exercício da dúvida e a construção de outras possibilidades” e “Infância e ludicidade: para pensar algumas possibilidades de articulação e criação”, o ciclo de debates “Imposturas literárias”, e a exposição “Memória Ilustrada: uma coisa que se leva.” Tal projeto não tem pretensão de resultados quantificáveis. No entanto, de forma ainda bastante singular, podemos perceber, como resultados parciais, que os participantes das atividades do projeto têm mostrado uma vontade viva de conhecer e de experimentar outras possibilidades, ao mesmo tempo em que trazem angústias referentes à sua formação e a suas experiências pedagógicas cotidianas.

Palavras-chave: Formação Docente. Pensamento Nômade. Experiências Pedagógicas.

¹ Docente do Curso de Pedagogia no Centro Universitário UNIVATES. E-mail:angelicavmunhoz@gmail.com

EDUCAÇÃO AMBIENTAL JUNTO AOS PESCADORES DE JAGUARÃO, RS

Lúcio Jorge Hammes¹
Bento Selau²

Apresentador: Lúcio Jorge Hammes

Eixo Temático: Sustentabilidades contemporâneas
Subeixo: Sustentabilidade às diversas áreas de saber

Resumo: O artigo “Educação ambiental junto aos pescadores de Jaguarão, RS”, traz para o debate o trabalho popular junto às comunidades periféricas com o objetivo de descobrir os aprendizados desenvolvidos em ambientes não formais de educação e possíveis consequências para as pessoas envolvidas. Para o desenvolvimento deste estudo foram feitas visitas às comunidades e entrevistas em profundidade que também possibilitam conhecer os processos educativos desenvolvidos nestes espaços e o estoque de capital social da comunidade, útil para o desenvolvimento sustentável da região. Os dados revelam a forma como os pescadores de Jaguarão organizaram seu trabalho e como a Educação Popular pode contribuir com a sustentabilidade junto a grupos que encontram o sustento na pesca artesanal. Constata-se um vínculo entre Educação Popular e o trabalho realizado pelos pescadores, destacando-se o diálogo e a comunicação entre os grupos sociais, oportunizando a troca de conhecimentos e o empoderamento. Pessoas e grupos desenvolvem novos métodos de convivência junto a natureza, tendo uma preocupação especial com o amanhã, pois “o peixe capturado atualmente já não se apresenta de forma abundante como há quinze anos” (afirmação de uma pescadora). Além disso, já se percebe que muitas espécies de peixe estão desaparecendo das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão. Por isso, a esperança de que novas formas de educação contribuam com a formação de pessoas e o incremento de alternativas para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Educação ambiental. Sustentabilidade. Empoderamento.

¹ Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal do Pampa. E-mail: luciojh@gmail.com. O estudo faz parte do projeto “Capital social e o desenvolvimento sustentável: estado atual e novas perspectivas em Jaguarão, RS” aprovado pelo CNPq, conforme critérios estabelecidos pelo Edital MCT/CNPq Nº 03/2009.

² Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal do Pampa. E-mail: bentoselau@unipampa.edu.br

TERRA E TERRITÓRIO KAINGANG NA CONSTRUÇÃO DO SEU MODO DE SER

Emeli Lappe ¹

Luís Fernando da Silva Laroque ²

Eixo Temático: Sustentabilidades Contemporâneas (II - Processos culturais contemporâneos)

Resumo: Os Kaingang organizam-se em aldeias distribuídas em um amplo espaço que cobre várias áreas do Planalto Meridional, de territórios ao sul do rio Tietê, estendendo-se até as terras banhadas por rios bacias dos rios Jacuí, Taquari, Caí e dos Sinos, na região em que o Planalto Meridional limita com a Depressão Central, no atual Estado do Rio Grande do Sul. Estudos mais recentes têm apontado que indígenas produziram seus territórios de acordo com uma concepção própria de tempo e espaço. Tratando-se dos Kaingang uma das especificidades está relacionada à terra. Na lógica Kaingang a terra é muito mais do que um simples meio de subsistência, ela representa o suporte da vida social, as raízes do indivíduo e não serve apenas para a subsistência do grupo, está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento indígenas. Para a sociedade Kaingang, a terra tem muita importância, pois é nela que são desenvolvidas todas as práticas socioculturais e cosmológicas. A terra é entendida pelos Kaingang como mãe de todos os elementos da natureza e deles mesmo enquanto espécie, que também é parte constitutiva do universo. Na concepção do tradicional território os Kaingang consideram a araucária como sendo um indicador do seu espaço. O território Kaingang é considerado sagrado, pois é dele que depende vida ou a morte do grupo, portanto é por ele que observamos o maior campo de lutas e resistências. Atualmente as lutas das sociedades indígenas Kaingang estão pautadas na recuperação de suas terras/territórios. Ao retornarem ao ambiente já habitado pelo grupo no passado e palco de seu desenvolvimento histórico, revitalizam seu pertencimento e existência, definida por seus valores culturais e étnicos. Ressalta-se que o território Kaingang comporta vários grupos locais onde se distribuem parentes humanos ou não humanos. Nesse espaço físico, grupos familiares e pessoas se movem constantemente, formando uma rede de sociabilidade cujos indivíduos compartilham uma experiência histórica e se consideram partícipes da mesma cultura. Os Kaingang se (re)territorializaram nos seus antigos territórios, hoje invadidos pela cidades e propriedades rurais e, mesmo com a expropriação, mantiveram seus tradicionais costumes, os quais foram reatualizados. Ao recriar seu território, os Kaingang reafirmam a luta iniciada há mais de um século por seus ancestrais, luta essa permanente no cotidiano da maior parte dos povos indígenas. O território indígena Kaingang é visto pelo grupo na perspectiva de um domínio, na tentativa de garantir a sua sobrevivência e continuidade da cultura, mas também representa a dimensão simbólica e identitária onde vivem, de acordo com a mitologia e as regras de reciprocidade e alianças.

Palavras-chave: Kaingang. Terra. Território. Espaço.

¹ Professora da rede estadual de ensino, Graduada em História pela Univates. E-mail emilappe@hotmail.com

² Doutor em História, Univates. E-mail lflaroque@terra.com.br

A RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA NA CONTEMPORANEIDADE: A NECESSIDADE DE UM NOVO SUJEITO!

Derli Juliano Neuenfeldt¹
Jane Márcia Mazzarino²

Eixo Temático: Sustentabilidades Contemporâneas

Resumo: Este trabalho nasceu a partir de leituras e reflexões ocorridas na disciplina de Sociedade e Natureza pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates/RS/BRA. Ele tem por objetivo discutir e problematizar a necessidade da construção de um novo sujeito na contemporaneidade que seja capaz de se perceber como parte constituinte da natureza. Enquanto metodologia trata-se de uma pesquisa bibliográfica. A Idade Moderna construiu um sujeito que se colocou no centro do Universo. A partir dessa concepção antropocêntrica, para poder dominar a natureza, o homem se colocou fora dela, passando a explorá-la como fonte inesgotável de recursos em prol de um almejado progresso econômico que está muito longe de poder ser considerado universal. Contudo, esta visão de homem e de mundo faz com que estejamos vivenciando um momento de crise no qual se questiona os rumos da humanidade e do próprio planeta. Há necessidade de se reconhecer que se está em um período de transição paradigmática, também podendo ser chamada de crise. Este conceito é apontado por Platiau *et al.* (2005, p. 25) ao analisar estudiosos (Souza Santos, Capra, Morin e Kern, Leff) que destacam alguns eixos dessa crise: “globalização da economia e desequilíbrio/desregulação da economia mundial, explosão demográfica, falência dos modelos hegemônicos de desenvolvimento, degradação ambiental etc”. Percebe-se que o distanciamento do sujeito da modernidade em relação à natureza teve conseqüências diretas na crise ambiental a qual vivemos. Frente a este quadro, que se apresenta a nível global, quais os caminhos possíveis? O início pode ser a construção de um novo sujeito que estabeleça uma relação diferente com a natureza e que parta do princípio que ele é parte constituinte dela. Para isso, aponta-se a necessidade de que novas formas de saber sejam reconhecidas, entre elas, as vinculadas a experiências dos sentidos, possibilitando espaço para a subjetividade. Além disso, há necessidade que este novo sujeito tenha acesso a informações e que a partir delas possa tomar suas decisões de forma consciente, responsabilizando-se pelas escolhas que fizer. Este novo sujeito deve pensar não apenas no imediato, tal como hoje em que o aspecto econômico se sobrepõe ao bem-estar coletivo. Isto passa pela construção de uma nova ética ambiental (GRÜN, 2011). Será possível a construção desse novo sujeito? Se o sistema que vivemos está interligado, se uma ação afeta a todos e não estamos isolados, se foi possível uma influência do capitalismo e da industrialização, por que não ser possível uma reação inversa? Os pressupostos teóricos apontam para a necessidade da formação de um sujeito que reconheça a experiência como forma de saber, que seja consciente e responsável pelas suas escolhas e que tenha uma preocupação para além dos interesses individuais, utilitários e econômicos. Neste sentido, há necessidade de reconstrução da ponte entre animal e ser humano (SOFFIATI, 2008), entre emoção e razão, e, enquanto caminho, a hermenêutica (GADAMER, 2008) apresenta-se como possibilidade, pois não coloca o homem como um sujeito senhor de si, mas interdependente do meio em que vive.

Palavras-chave: Sujeito. Ambiente. Contemporaneidade. Experiência. Ética.

¹ Univates/RS/BRA. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento. derlijul@univates.br

² Orientadora. Doutora em Ciências da Comunicação. Profª na Univates. janemazzarino@gmail.com

POR QUE OS PRODUTOS ORGÂNICOS NÃO SÃO OS MAIS CONSUMIDOS? UM OLHAR INTEGRADO NO MERCADO DE ALIMENTOS

Marlon Dalmoro¹
Sandro Nero Faleiro²

Apresentador: Marlon Dalmoro

Eixo Temático: 1. Sustentabilidades contemporâneas: sustentabilidade às diversas áreas de saber

Resumo: Os alimentos orgânicos se destacam pela produção livre de fertilizantes sintéticos e pesticidas e a utilização de conhecimento técnico na busca de alimentos mais social, econômico e ambientalmente sustentáveis (INSTITUTE OF FOOD SCIENCE AND TECHNOLOGY, 2013). De forma geral, os benefícios dos produtos orgânicos têm incentivado a sua produção e consumo, com destaque para benefícios à saúde e possibilidade de ganhos financeiros, sociais e ambientais (KEATING, 1993). Contudo, quando analisado o mercado de alimentos de modo integral, os orgânicos possuem uma participação reduzida, representando cerca de 2% do mercado mundial de alimentos. A análise dos por quês desta participação reduzida pode ser buscada utilizando as lentes teóricas da cultura do mercado. O mercado tem sido apontado por diversos estudos como uma unidade de análise que congrega projetos socioculturais e um conjunto de agentes que por meio das suas ideias, técnicas e práticas, desenvolvem e moldam ativamente os mercados (ARAUJO *et al.*, 2010). Isso sugere que um mercado é caracterizado pela multiplicidade de agentes e que o resultado das ações de cada um é frágil, parcial e temporário (KJELLBERG e HELGESSON, 2006). Assim, ao invés da tradicional visão individual (foco no consumo ou na produção), olhar o mercado de orgânicos exige a compreensão da rede de significados que envolve o mercado de alimentos. Diante deste contexto, a presente comunicação deriva de um projeto de pesquisa em andamento e tem como objetivo analisar aspectos culturais associados ao mercado de alimentos. Compreensões teóricas iniciais demonstram que a construção do mercado de alimentos passa pela interligação de três temas: (1) práticas, envolvendo especificamente práticas de normatização – que servem para estabelecer objetivos normativos (regras e normas); práticas representacionais – que servem para mostrar o mercado e como ele trabalha; e as práticas de troca – que servem para realizar trocas econômicas individuais; (2) cultura, envolvendo construções sociais, históricas e culturais; e, (3) agentes, reconhecendo quem são e a as suas agências. Neste último tema, dinâmicas de poder e agência assumem uma posição central para afirmação dos discursos e capacidade de reverter as estruturas de mercado. Na análise do mercado de alimentos, envolvendo orgânicos e convencionais, deve-se reconhecer que alterações nos padrões de produção e consumo devem ultrapassar a suas molduras institucionais e gerar externalidades em todo o ambiente que estava estabilizado (CALLON, 1998). Enquanto o mercado de alimentos convencionais carrega aspectos institucionais e práticas de mercado associados a estruturas consolidadas, os produtos orgânicos têm se destacado apenas por seus atributos particulares, mas ainda carecem de estruturas estabelecidas. Além disso, compreender o mercado de alimentos orgânicos deve-se considerar como os agentes atuam em prol da construção de significados em torno do mercado de orgânicos. O aumento do consumo de orgânicos passa pela assimilação do discurso sustentável pelos agentes de mercado e do empoderamento destes dentro dos discursos dominantes que formam o mercado de alimentos. Em termos práticos, entende-se que o estímulo ao mercado de orgânicos envolve a necessidade moldar redes capazes de realizar uma substancial reforma nos padrões institucionalizados de produção e consumo de alimentos.

Palavras-chave: Mercado de alimentos. Alimentos Orgânicos. Produção e Consumo. Cultura de Mercado.

¹ Univates, Centro de Gestão Organizacional, marlon.dalmoro@univates.br

² Univates, Centro de Gestão Organizacional, snf@univates.br

GOVERNAMENTALIDADE E A FORMAÇÃO DOS DOCENTES DO PRIMEIRO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Fabiane Olegário¹

Apresentadora: *Fabiane Olegário*

Eixo Temático: Sustentabilidades contemporâneas. II Processos culturais contemporâneos

Resumo: Trata-se de problematizar as estratégias de governo ao apostar no protagonismo do educador gaúcho. Toma como foco a formação continuada dos professores do primeiro ciclo de alfabetização do ensino fundamental das escolas públicas estaduais, localizadas no Vale do Taquari na gestão 2011-2014. Em consonância com o Ministério da Educação (MEC) a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, adere ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que se compromete em alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e matemática até, no máximo, os oito anos de idade, ou seja, no término do primeiro ciclo (3^a ano do ensino fundamental). O PNAIC prevê a formação continuada para os docentes que atuam nos três primeiros anos do ensino fundamental (professores alfabetizadores) abrangendo as escolas públicas estaduais, nas quais são acompanhadas pelas Coordenadorias Regionais de Educação. O Pacto apresenta o curso presencial de 120 (cento e vinte) horas por ano - que representa dois anos - para os professores alfabetizadores, cuja metodologia propõe estudos e atividades práticas. O curso tem o objetivo de permitir a melhoria da prática docente, não perdendo de vista o foco nos resultados das avaliações externas, pois apenas terá êxito na medida em que os índices aumentam. A necessidade de formação ao longo da vida vem se constituindo como prática discursiva emergente desta época. Inegável o reconhecimento da ação docente e dos méritos da formação permanente, em que poder refletir a prática pedagógica através dos momentos de formação, poderá ser entendido como um investimento em si mesmo. Nesta direção, importa pensar as práticas de governamentalidade acionadas pelo Estado e seus efeitos na produção da identidade docente, bem como as implicações nas práticas pedagógicas quando apresenta como eixo principal da política educacional a formação permanente de todos os professores públicos estaduais. A identidade docente, não por acaso, é construída historicamente e posta em circulação através de práticas discursivas que dizem como os professores devem agir e pensar para que possam aprimorar a ação pedagógica. De distintas maneiras, podem-se perceber os veículos destes discursos, entre eles, a mídia, os jornais e os periódicos educacionais. Todos eles passam a legitimar a formação continuada e constituem a política de representação, formando um conjunto de enunciados relacionados ao educador e à escola. Interessa-me perguntar pelos efeitos da formação continuada na prática pedagógica dos professores alfabetizadores.

Palavras-chave: Governamentalidade. Formação. Docente.

¹ Docente no curso de Pedagogia do Centro Universitário Univates. Mestre em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

ENSINO NA EDUCAÇÃO TÉCNICA: ATIVIDADES PRÁTICAS, CONSUMO DE INSUMOS E PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

João Francisco Fernandes Pouey¹
Luís Fernando da Silva Laroque²

Apresentador: João Francisco Fernandes Pouey

Eixo Temático: Sustentabilidades contemporâneas

Resumo: Um dos diferenciais entre a educação técnica e a acadêmica está nas atividades práticas realizadas no ensino técnico, que é uma eficiente possibilidade de aprendizado dos ensinamentos teóricos. No entanto, essas atividades são consumidoras de matérias-primas extraídas da natureza, que depois de servirem para o ensino, geralmente voltam ao ambiente em forma de resíduos. Considerando que as atividades da construção civil são geradoras de resíduos e ameaçam o meio ambiente levantamos o seguinte problema: Quais as representações sociais dos professores e alunos do Curso Técnico em Edificações do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul) *campus* Pelotas/RS? O objetivo do trabalho consiste em estudar essas representações e que forma os atores possuem para interagir com o ambiente de forma sustentável, bem como identificar sugestões para possíveis soluções da questão. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada na análise documental, questionários para identificação das características dos sujeitos, entrevistas semiestruturadas e observações semidirigidas, que nos possibilitaram a identificação das causas do fenômeno e a visualização de formas para racionalizar o consumo de insumos e possíveis sugestões para reduzir os resíduos das aulas práticas. Portanto, através da investigação, a pesquisa possibilitou: identificar a percepção dos professores e alunos com suas experiências, vivências e práticas sociais; a compreensão das causas do fenômeno (contradições) nas atividades durante aulas práticas; sugestões na redução do volume de resíduos, com seu reaproveitamento ou destinação no sentido de contribuir para a sustentabilidade e preservação de vida no Planeta. Salientamos que os resultados práticos constituíram na execução de trabalhos, dentro do próprio curso, que possibilitaram melhorias tais como: a reciclagem dos resíduos, com sua moagem e reutilização como agregados para novas aulas práticas; a execução de peças pré-moldadas que possam ser doadas e reaproveitadas e a possibilidade de levar as aulas práticas para fora dos muros da instituição, em atividades que possam beneficiar a sociedade. Por fim, constatamos serem possíveis reflexões e ações para a sociedade interagir e agir de forma sustentável com o Planeta.

Palavras-Chaves: Educação técnica. Aulas práticas. Resíduos. Ambiente. Construção civil.

¹ Univates/Lajeado. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento. Bolsista Taxa PROSUP/CAPES. Eng^o Civil, Mestre em Educação Ambiental (PPGEA/FURG), Professor do IFSul-Rio-Grandense, *campus* Pelotas. E-mail: jfpouey@gmail.com

² Orientador. Doutorado em História (UNISINOS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates, Lajeado/RS. E-mail: lflaroque@terra.com.br

CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: UM OLHAR CONSCIENTE SOBRE O RIO PARNAÍBA EM SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO

Fernando Oliveira Piedade¹

Marli Marlene M. da Costa²

Eixo Temático: Sustentabilidades contemporâneas

RESUMO: O presente estudo tem por finalidade conscientizar a sociedade em geral, mais precisamente a cidade de Santa Quitéria do Maranhão para o uso racional e consciente do Rio Parnaíba, enquanto elemento natural e essencial ao desenvolvimento local, apresentando-se como indispensável para promoção da vida, além de ser a matéria-prima elementar que viabiliza o processo de desenvolvimento socioeconômico. Para que tivéssemos uma base de sustentação teórica e prática mais consistente, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo baseada na entrevista com os moradores locais e ribeirinhos, com agentes de saúde e funcionários da Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (CAEMA), além de registros fotográficos. Nessa linha de raciocínio, faz-se importante ressaltar que a Organização das Nações Unidas (ONU), já reconheceu que hoje o acesso à água potável é um direito humano fundamental, sendo indispensável para o exercício desse direito. Outro ponto relevante a se mencionar é que há um projeto de emenda constitucional para que se tutele a água como direito fundamental ao exercício de cidadania que passará a fazer parte do rol dos direitos sociais expressos no art. 6 da C.F/88. Na esteira desse pensamento é imprescindível reconhecer e positivizar a água como direito fundamental no texto constitucional, para que o poder público promova e cumpra políticas públicas que assegurem a água potável como direito de toda sociedade global garantindo assim o direito fundamental à saúde e, sobretudo à vida. Dessa maneira, torna-se importante analisar a relevância e a influência que o Rio Parnaíba exerce para a manutenção do equilíbrio ecológico no espaço local, importante para o transporte, atividade pesqueira, consumo próprio, alimentação e abastecimento local, visto que sua poluição trará consequências irreversíveis e prejudiciais à saúde humana. Acredita-se que uma boa forma de conscientizar a comunidade local é a participação dos atores sociais, entre eles a escola, o poder público e a sociedade civil mobilizada a fim de que se promovam campanhas de conscientização, bem como a implementação de políticas públicas sobre a gestão do Rio Parnaíba para a manutenção da economia e do desenvolvimento local, além da garantia da saúde e bem-estar da população quiteriense.

Palavras-chave: Elemento Natural. Direito Fundamental. Racional. Vida.

¹ Mestrando em DIREITO pela UNISC com Bolsa da Capes tipo 1. Integrante do grupo de pesquisa Direito, Cidadania e Políticas Públicas na UNISC. Bacharel em DIREITO com Bolsa FIES na Estácio/Faculdade São Luís. Licenciado em Letras Português/Espanhol com Bolsa Integral PROUNI pela Faculdade Santa Fé. Possui Especialização em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade Evangélica do Meio Norte e Metodologia do Ensino da Língua Espanhola pela Faculdade Santa Fé. E-mail: nandooliver27@hotmail.com

² Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Burgos - Espanha, com bolsa CAPES Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Coordenadora e Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado da UNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos Direito, Cidadania e Políticas Públicas na mesma Universidade. Especialista em Direito Privado. Professora do Curso de Direito da FEMA. Psicóloga com Especialização em Terapia Familiar. Autora de livros e artigos em revistas especializadas. E-mail: marlicosta15@yahoo.com.br

OCUPAÇÕES E HISTORICIDADES KAINGANG NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO TAQUARI-ANTAS E DO CAÍ

Luís Fernando da Silva Laroque¹
Neli Teresinha Galarce Machado
Moisés Ilair Blum Vedoy
Tuani de Cristo

Apresentadores: Luís Fernando da Silva Laroque
Moisés Ilair Blum Vedoy
Tuani de Cristo

Eixo Temático: Sustentabilidades Contemporâneas (II - Processos culturais contemporâneos)

Resumo: Os Kaingang, também chamados de Ibiraiáras, Guananases, Coroados e Caaguás, são populações indígenas pertencentes ao Grupo Linguístico Jê. Tradicionalmente no Brasil estenderam-se por zonas territoriais dos atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e na Argentina pela Província de Misiones. No Rio Grande do Sul, precisamente em territórios das Bacias Hidrográficas do Taquari-Antas e do Caí, os contatos com europeus e seus descendentes iniciaram a partir de meados do século XIX, mas continuaram até o momento atual. O trabalho tem o objetivo de identificar ocupações e apresentar historicidades Kaingang em territórios das Bacias do Taquari-Antas e Caí. Os aportes teóricos utilizados constituem-se de estudo culturais e na abordagem etno-histórica. Os procedimentos metodológicos consistem em revisão da literatura, pesquisa documental, bem como visitas e diálogos de campo com os Kaingang atuais. O fio condutor para análise ao longo dos séculos XIX, XX e XXI será a atuação das lideranças Kaingang, considerando que nas sociedades ameríndias o poder não está separado do corpo social, conforme ocorre em sociedades com a presença do estado, portanto as lideranças Kaingang somente mantem-se na função quando atendem aos interesses das famílias Kaingang e parcialidades que representam. No século XIX ilustra a questão em territórios da Bacia Taquari-Antas e do Caí o protagonismo Kaingang de Caciques como Braga, Doble e Nicué que juntamente com as parcialidades que lideravam recorreram a estratégias de alianças ou guerra para com europeus e descendentes destes. Aponta-se como guerra Kaingang os ataques em 1836, 1845 e 1868, os dois primeiros no Taquari-Antas, respectivamente em territórios da Fazenda Estrela e o último na região arroio Forromeco, em territórios da Bacia do Caí. Tratando-se de aliança, entre 1857 a 1859, temos a troca de peles e ervas medicinais com moradores da Colônia Santa Maria da Soledade também na Bacia do Caí. Relativo ao século XX e XXI, principalmente a contar de meados da década de 1960 temos a presença da liderança Manoel Soares e sua parcialidade que se estabelece na margem esquerda do Taquari-Antas, nas proximidades da BR 386, na Linha Glória. Com a morte de Manuel Soares o grupo passa a ser liderado por suas filhas, respectivamente as caciques Maria Antônia Soares, Maria Sandra Soares e Maria Conceição Soares na localidade que passou a ser denominada de Terra Indígena Jamã Tÿ Tõnh (Coqueiro grande). Na margem direita da Bacia Taquari-Antas, as migrações de retorno para a região acentuam-se no final do século XX quando o Cacique Dilor Vaz *Gatén* e a parcialidade que liderava estabelecem-se próximos ao entroncamento rodoviária no município de Lajeado. Posteriormente, o grupo se estabelece na Terra Indígena Foxá (Cedro) onde atualmente se encontra estabelecido e liderado, respectivamente pelo cacique e vice-cacique Francisco *Rockã* dos Santos e Virgilino *Rêu* Nascimento. Consta-se por fim que as ocupações e as historicidades Kaingang em territórios das Bacias Hidrográficas do Taquari-Antas e do Caí, sobretudo identificadas com o protagonismo de suas lideranças no fio do tempo trata-se de um fenômeno de longa duração.

Palavras-Chaves: Kaingang. Protagonismo. Historicidades. Bacia Taquari Antas e Caí.

¹ Univates. Curso de Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em Ambiente e desenvolvimento. Fomento: Univates, FAPERGS e CNPq. E-mail: lflaroque@terra.com.br

DA PRODUÇÃO AO CONSUMO: UM OLHAR INTEGRADO SOBRE O MERCADO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS - SUCOS DE UVA

Marlon Dalmoro, Tatielle Haussen Reis¹, Elizete de Azevedo Kreutz²

Apresentadores: Elizete de Azevedo Kreutz; Marlon Dalmoro; Tatielle Haussen Reis.

Eixo Temático: Sustentabilidades Contemporâneas

Resumo: Atualmente, a comunicação estratégica é considerada um fator chave para a integração e consolidação das empresas e suas respectivas marcas e produtos no mercado de consumo. Considerada um diferencial competitivo de grande impacto nesse mercado, a comunicação estratégica torna-se indispensável para o alcance dos objetivos organizacionais de modo eficaz e eficiente. Apesar das empresas terem demonstrado preocupação com essa área, na prática, ainda existe um déficit relevante quanto ao seu desenvolvimento e implementação (PINTO, 2009). Essa deficiência é percebida nitidamente no setor de produtos orgânicos, o qual não apresenta um investimento significativo na área de comunicação, principalmente, tratando-se da relação empresa e consumidor. Tal produto é consumido, portanto, apenas como uma commodity, ou seja, seu consumo não está associado à marca e, sim, ao seu preço. Para alterar as percepções, até o momento, equívocas do consumidor, as empresas de orgânicos devem demonstrar um maior interesse com a situação do mercado em que atuam, este que tem apresentado um crescimento acentuado nos últimos tempos, cerca de 20% ao ano (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012). Nesse contexto, conforme apontado, as empresas devem investir nas estratégias comunicacionais, as quais interferem nas condições de design, embalagem, apresentação e imagem da marca, dentre outras características associadas ao reconhecimento da organização no mercado (LOMBARDI et al., 2004). Considerando tais aspectos, como também, a preocupação que a população vem demonstrando tanto com sua saúde quanto com o meio ambiente, destacando fatores relacionados com a sustentabilidade, em 2012 deu-se início a pesquisa “Da produção ao consumo: um olhar integrado sobre o mercado de alimentos orgânicos”. O objetivo principal desta pesquisa é realizar uma análise do mercado de orgânicos, especialmente referente ao suco de uva, com base em estudos que envolvem a referida cadeia produtiva desde sua produção até o consumo em diversas áreas do conhecimento. A pesquisa tem como empresa focal a Cooperativa Vinícola Garibaldi que vem se destacando no setor de produção tanto de suco quanto de vinho orgânico. Para apresentar melhorias ao setor de comunicação específico, tem-se como propósito a realização de análises das tendências comunicacionais estratégicas e da gestão da marca, assim como, da produção de sentido que se constrói no seu contexto sócio-histórico, relevando os fatores preponderantes ao seu consumo, como a saúde e a sustentabilidade contemporânea. As análises estão sendo realizadas, principalmente, com base no estudo de caso (YIN, 2001; ELO, 2005) e na coleta de dados, por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados, direcionada tanto à empresa focal quanto aos consumidores (BRITO, 1999; GASKELL, 2002). Por fim, para fundamentar a problemática de interpretação e análise dos dados obtidos será utilizada a Hermenêutica de Profundidade de Thompson (1995) com a aplicação da Tríplice Análise. Como resultados, pretende-se apresentar estratégias de comunicação e branding adequados à cadeia produtiva do produto estudado, proporcionando avanços ao desenvolvimento do setor. Reflexões iniciais apontam que as estratégias comunicacionais apresentam um papel contributivo na afirmação da cadeia produtiva e no consumo de produtos orgânicos.

Palavras-chave: Suco de Uva. Produtos Orgânicos. Estratégias comunicacionais. Marca.

- 1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação com ênfase em Design e Tecnologia (UFRGS), membro voluntário da pesquisa “Da produção ao consumo: um olhar integrado sobre o mercado de alimentos orgânicos” - Univates, tatimsv@hotmail.com
- 2 Doutora em Comunicação Social (PUC/RS), coordenadora do curso de moda - Univates, membro da pesquisa “Da produção ao consumo: um olhar integrado sobre o mercado de alimentos orgânicos” – Univates, ekreutz@univates.br

MANIFESTAÇÕES DOS PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO EMERGENTE NA PRÁTICA DE PROFESSORES DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Autores: Jacqueline Silva da Silva¹, Andreia Aparecida Guimarães Strohschoen, Derli Juliano Neuenfeldt, Itacir José Santim, Mateus Lorenzon, Miriam Inês Marchi, Tania Micheline Miorando, Raquel Ferreira de Oliveira, Rogério José Schuck, Silvana Neumann Martins

Apresentadores: Derli Juliano Neuenfeldt, Jacqueline Silva da Silva, Mateus Lorenzon, Tania Micheline Miorando, Rogério José Schuck

Eixo Temático: Processos Culturais Contemporâneos

Resumo: O presente estudo é resultante da pesquisa intitulada “Planejamento Emergente no primeiro Ano do Ensino Fundamental: Concepções e práticas de professores”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul e desenvolvida junto ao Centro Universitário UNIVATES. Essa pesquisa visa a identificar referenciais teóricos e objetivos pedagógicos que norteiam a prática de seis professores que atuam em turmas do Primeiro Ano do Ensino Fundamental de Nove Anos em escolas das redes pública e privada no município de Lajeado/RS. Da mesma forma, objetiva-se conhecer como os princípios do Planejamento no Enfoque Emergente manifestam-se no planejamento desenvolvido por esses professores. O Planejamento no Enfoque Emergente é entendido como uma forma de trabalho no qual o professor traça objetivos gerais para as atividades que almeja realizar *com* e *para* as crianças, sem definir objetivos específicos, em vez disso, formula hipóteses do que pode ocorrer com base em situações vivenciadas junto à turma na qual trabalha. Devido ao seu caráter subjetivo, a pesquisa pauta-se na abordagem qualitativa, caracterizada pela retenção de dados descritivos, coletados pelo pesquisador que está em contato com a situação em estudo, tornando-se o principal gerador de dados. A coleta de dados se deu mediante a utilização de entrevistas realizadas com os seis professores das três redes de ensino do município de Lajeado/RS, quatro observações realizadas nas salas de aula dos mesmos, bem como análise dos documentos produzidos por eles em decorrência de suas práticas pedagógicas. Os dados que emergiram da investigação foram interpretados através da técnica de “Análise de Conteúdo” proposta por Bardin (1977). Destaca-se que os professores investigados buscam envolver no seu planejamento diário alguns dos princípios do Enfoque Emergente, sendo os mais evidentes: o protagonismo infantil – no qual a criança é reconhecida como dotada de capacidades extraordinárias de aprendizagem e de mudanças, de múltiplos recursos afetivos, relacionais, sensoriais, intelectuais, que se explicitam numa troca incessante com o contexto cultural e social -, bem como, a concepção de aprendizagem como um processo de construção subjetivo e grupal. Também foram evidenciadas nas práticas observadas, os princípios da investigação por parte dos alunos – princípio essencial na vida das crianças e dos adultos. Visto como uma prática cotidiana, uma atitude existencial e ética, necessária à interpretação da complexidade do mundo, dos fenômenos, dos sistemas de convivência. E a documentação pedagógica onde o professor registra através de vídeos, fotos e escritas, o cotidiano da turma, demarcando a memória tanto coletiva, como individual, das experiências das crianças. Dessa forma, conclui-se que em diferentes momentos, os princípios do Planejamento no Enfoque Emergente, tornam-se evidentes no trabalho e no planejamento dos professores, rompendo com as práticas pedagógicas prescritivas, substituindo-as por momentos que sejam significativos para os docentes e seus alunos.

Palavras-chave: Planejamento Emergente. Primeiro Ano do Ensino Fundamental. Práticas de Professores.

¹ Doutora em Educação. Professora da Univates. jacqueh@univates.br

A INTERDISCIPLINARIDADE COMO PROPOSTA METODOLÓGICA TOTALIZADORA: ALGUMAS REFLEXÕES

André Quandt Klug¹

Adriana Dal Molin

Jéssica Moara Da Cunha Tessmann

Liz Cristiane Dias²

Apresentador: André Quandt Klug

Eixo Temático: I A sustentabilidade das Diferentes Áreas do Saber

Resumo: Este trabalho propõe algumas reflexões acerca da interdisciplinaridade como proposta metodológica de leitura e compreensão da realidade, para além da mera assimilação de informações descontextualizadas de suas relações. De acordo com Morin (2003), é necessário compreender que o mundo em sua tessitura complexa nos propõe um desafio igualmente complexo na interpretação e compreensão dessa realidade, visto que seus elementos constituintes estão intrinsecamente atrelados. Desta forma, não se sustenta um modelo de ensino fragmentado e compartimentado no qual os saberes são interpretados de forma desconexa a partir de uma investigação disciplinar que desconstrói e simplifica o seu objeto de estudo destituindo-o de seu contexto de relações. Sendo assim, a proposta de uma iniciativa de cunho interdisciplinar que visa reconstruir a unidade como um princípio de unificação do objeto e não como uma unidade acabada (FAZENDA. 1992) se mostra necessária na medida em que a compreensão dos diferentes objetos em seu contexto é o que de fato podemos chamar conhecimento. Neste sentido de restituição de uma unidade complexa podemos observar algumas iniciativas no ensino brasileiro nos últimos anos, onde algumas propostas convergiram na intenção de resgatar a dimensão totalizadora, complexa e interdisciplinar da realidade e dos saberes que construímos e reconstruímos em nossas escolas. Esta perspectiva está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (1997) que apresentam, através dos Temas Transversais, uma proposta didática mais dinâmica de abordagem de temas complexos e que por isso não podem ser trabalhados de forma disciplinar. É uma postura arraigada na interdisciplinaridade do conhecimento ao estabelecer uma relação de mútua retroalimentação entre interdisciplinaridade e transversalidade. Em termos de Rio Grande do Sul, cabe reflexão acerca da Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional (2011), que traz a interdisciplinaridade como estratégia para o diálogo entre as disciplinas no processo de desvelamento da realidade. No entanto é necessário ressaltar que esta prática interdisciplinar não se efetiva a partir de um modelo pronto e simplesmente aplicado às escolas, mas que exige acima de tudo uma postura de quem a pratica, de acordo com Thiesen (2008), é um trabalho que exige a habilidade para partilhar o domínio do saber e abandonar o conforto da linguagem estritamente técnica e aventurar-se num domínio compartilhado, ou seja, onde ninguém é proprietário exclusivo. Entende-se que a interdisciplinaridade não assume o poder de anular as especificidades dos saberes, mas de acreditar na possibilidade de compartilhar e ampliar as possibilidades de compreensão do mundo real e complexo. Desta forma esta discussão não se encerra no escopo deste trabalho, porém cabe, mesmo que inicialmente a reflexão acerca da importância desta temática no que tange o (re) pensar a educação que temos, e a educação que queremos para nossos alunos.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Ensino. Disciplinaridade. Complexidade.

¹ Universidade Federal de Pelotas-UFPel, andreqlug@gmail.com

² Liz Cristiane Dias. Professora Doutora da Universidade Federal de Pelotas- UFPel, liz.dias@yahoo.com.br

ÉTICA, MORAL E NARRATIVAS INFANTIS: OS LABIRINTOS DE UM ATELIÊ DE CONTAR HISTÓRIAS

Tatiane Medianeira Baccin Ambrós¹
Luis Henrique Ramalho Pereira²

Apresentadora: Tatiane Medianeira Baccin Ambrós

Eixo Temático: Sustentabilidades contemporâneas: II Processos culturais contemporâneos

Resumo: A idéia de uma formação que poderia compreender a identidade no plano do conhecimento e do pleno domínio de si (autoconsciência e autodeterminação) está reservada a uma concepção meramente burocrática e institucionalizada, não compreendendo a dimensão do “si mesmo” como atributo potencializador no processo formativo, ou seja, não se dá na forma estável de posse objetiva, e sim produzida entre fissuras e hiatos de e sobre si mesmo. A abordagem das fábulas na literatura infantil, como instrumento de formação moral, a sua inserção e a apresentação delas para as crianças, parece-nos que não tem auxiliado no desenvolvimento de uma percepção das questões sociais, colaborando na formação do seu caráter e trazendo implicações éticas.

As histórias infantis sempre fizeram parte da infância das crianças, os contadores de histórias geralmente pais e professores tem a intenção moralizante que devem ser interpretadas mais como um elemento necessário a ser seguido e obedecido, e menos como um aspecto instigante, problematizador da existência, impossibilitando tanto o rompimento da barreira do conformismo e da submissão quanto à geração de um novo olhar sobre si mesmo e o mundo. De acordo com as leituras realizadas para fundamentar este trabalho, constatamos que quando falamos de ética, moral estamos falando de um espaço complexo repleto de labirintos.

Portanto, a descoberta de um sujeito está estritamente ligada a um lugar a ser conquistado, não explorado, mas um desbravamento constante em busca de um prólogo que afirme a ascensão de um sujeito. Um processo de formação que não esteja somente ligado a normas institucionais, regras. Então, recai sobre si a essência do domínio dos desejos, combate esse inegável que nos orienta e nos constitui. Uma conduta moral conduz o indivíduo a ações sempre conforme os seus valores e regras, mas também orientado por um certo modo de ser, característico do sujeito moral, ou seja, uma ação para ser dita moral não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos orientados por uma regra, uma lei ou um valor. A ética corresponde a uma determinação inscrita em uma substância ética, isto é, a maneira pela qual um sujeito faz de si mesmo o substrato de sua conduta, implicando necessariamente que o indivíduo se relacione com uma regra ou com um sistema de regras. Para a realização do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica. O trabalho se justifica na medida em que a descoberta de um sujeito está estritamente ligada a um lugar a ser conquistado, não explorado, mas um desbravamento constante em busca de um prólogo que afirme a ascensão de um sujeito. Um processo de formação ou um trajeto formativo não pode estar vinculado à mera normatização e aos desígnios institucionais, porém, o que tomamos como percorível se dá com a derrocada de uma interpretação *a priori*, sendo essa capaz de sufocar qualquer outra que venha a fomentar uma independização do sujeito criador. Portanto, podemos construir uma formação através de uma possibilidade de “desaprendizagem”, acreditando na possibilidade de abertura e de polifonia.

Palavras-chave: Ética. Narrativas infantis. Labirintos. Histórias.

¹ ULBRA, Psicologia, tatianeambros@yahoo.com.br.

² Luis Henrique Ramalho Pereira. Psicólogo, Mestre em Educação, Professor – ULBRA, Santa Maria – RS, luishp7@yahoo.com.br.

INTERPRETAÇÃO DAS TENDÊNCIAS DE MODA E COMPORTAMENTO

Kátia Eckert¹

Beatriz Kintschner Rossi²

Apresentadora: Kátia Eckert

Eixo Temático: Sustentabilidades Contemporâneas - Processos Culturais Contemporâneos

Resumo: O presente trabalho foi realizado na disciplina de Pesquisa e Interpretação de Tendências do Curso de Design de Moda da Univates. O mesmo consiste na pesquisa, interpretação e cruzamento de dados das diferentes fontes consultadas, sobre as tendências de moda e comportamento, apontadas para a estação primavera/verão de 2013/14. Conhecer e dominar as técnicas e métodos para a realização da pesquisa de moda e confirmação das principais tendências; entender o mecanismo da moda, suas engrenagens e metodologia; desenvolver a capacidade de identificar e interpretar as tendências de moda a cada nova temporada; compreender a influência das tendências de comportamento no mercado de moda; analisar as diferentes tendências que norteiam o consumo e os diferentes públicos e mercados; entender a influência dos diferentes movimentos sociais dentro do sistema de moda; desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico; perceber a importância da pesquisa de moda para o desenvolvimento de projetos empresariais do setor. Pesquisa, análise, interpretação e cruzamento de informações, a partir das fontes de referência indicadas pelo professor, bem como, pesquisa livre em fontes diversas, que foram selecionadas conforme grau de confiabilidade discutido em sala de aula, uma vez que, as fontes de informação de moda são as mais diversas e estão à disposição de todos, é preciso saber selecionar. Que o presente trabalho de pesquisa, construído com base em dados confiáveis, torne-se uma fonte de pesquisa para o desenvolvimento de projetos e coleções de moda, tanto para o meio acadêmico, bem como pra empresas do setor. Que o aluno perceba a importância de desenvolver uma pesquisa de moda, que observe os métodos, as fontes, e principalmente, os prazos de entrega, pois as engrenagens de desenvolvimento e produção de moda possuem calendários muito justos, que precisam ser respeitados.

Palavras-chave: Pesquisa. Interpretação. Tendência e moda.

1 Univates, Design de Moda, katia.eckert@gmail.com

2 Orientador Especialista, Univates, beatriz.rossi@yahoo.com.br

DESIGN, LUGAR E IDENTIDADE: O AMBIENTE URBANO SIGNIFICADO PELOS CIRCULANTES

Rodrigo Brod¹
Jane Márcia Mazzarino²

Apresentador: Rodrigo Brod

Eixo Temático: Sustentabilidades Contemporâneas / Processos Culturais Contemporâneos

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal discutir a relação entre o design e a construção de identidade, tomando em análise o espaço urbano através das práticas sociais que formam o que aqui serão chamados de “lugares identitários”, a saber: objetos, vias e narrativas. Como objetivos específicos, pretendemos compreender a cidade significada pelos circulantes a partir da caracterização destes lugares e dos processos de identificação a eles atribuídos, bem como contribuir para alternativas sustentáveis aplicadas aos estudos de design territorial, a partir da consideração sobre os lugares em relação ao território, levando em conta a multiplicidade identitária do contexto urbano contemporâneo. A proposta de pesquisa, por sua vez, parte de duas abordagens metodológicas complementares: a pesquisa documental/bibliográfica e a pesquisa de campo com abordagem qualitativa, de forma a buscar mais informações e caracterizações sobre o tema, além de trazer um contexto aplicado para os questionamentos apresentados. Como recorte, serão consideradas as cidades de Porto Alegre e Brasília, devido aos distintos contextos urbanísticos sobre os quais seus ambientes urbanos foram construídos.

Palavras-chave: Ambiente Urbano. *Design*. Lugar. Identidade.

1 Univates, Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento (mestrado), rbrod@univates.br

2 Orientadora. Doutora, Univates, janemazzarino@univates.br

CRIATIVIDADE E ATIVISMO: AS INFLUÊNCIAS DA PROPAGANDA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS - UM ESTUDO DE CASO DA ORGANIZAÇÃO SHOOT THE SHIT

Pedro Augusto R. de W. Carlessi¹
Rodrigo Brod²

Apresentador: Pedro Augusto R. de W. Carlessi

Eixo Temático: Sustentabilidades Contemporâneas / Processos Culturais Contemporâneos

Resumo: A insatisfação com o mercado publicitário fez com que dois profissionais abandonassem suas agências e se engajassem em causas sociais. Através da criatividade e da colaboração das pessoas, o grupo Shoot The Shit tem atraído cada vez mais olhares para o cenário social de Porto Alegre. A partir deste objeto de estudo, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender de que forma os modelos e técnicas do campo da publicidade contribuem no formato de ativismo praticado pelo grupo, bem como compreender a influência da propaganda no cenário social, identificar as estratégias que unificam os projetos da Shoot The Shit e discutir sobre como a propaganda e os movimentos sociais podem contribuir a novos estudos no campo da publicidade. A metodologia aplicada neste estudo qualitativo envolveu uma entrevista em profundidade com os criadores do grupo e uma análise documental de suas ações, assim como uma contextualização teórica sobre a propaganda e os movimentos sociais através de um processo evolutivo.

Palavras-chave: Ambiente Urbano. *Design*. Lugar. Identidade.

1 Univates, Curso de Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda, pcarlessi@gmail.com

2 rientador. Especialista, Univates, rbrod@univates.br

CULTURA E IDENTIDADE NAS FESTAS TÍPICAS DO VALE DO TAQUARI

Cristiano Nicolini¹

Ângela Cristina Trevisan Felippi²

Apresentador: Cristiano Nicolini

Eixo Temático: 1. Sustentabilidades Contemporâneas: II - Processos culturais contemporâneos

Resumo: Os estudos culturais vêm contribuindo para a reflexão acerca dos diversos processos culturais que ocorrem na contemporaneidade. A partir desta perspectiva teórica, propôs-se uma análise das festas típicas que ocorrem na região do Vale do Taquari, destacando-se os conceitos de cultura e identidade no contexto em que estas manifestações são desencadeadas no território. Para isso, empregou-se a metodologia da etnografia durante a realização de uma das principais festividades regionais, o *Festival do Chucrute* de Estrela. A pesquisa de campo foi desenvolvida de março a maio de 2012, período em que o evento é organizado e realizado pela Comunidade Evangélica do município. Neste artigo, apresentam-se alguns resultados deste trabalho, especificamente aqueles que estabelecem relações entre cultura e identidade na contemporaneidade.

Palavras-chave: Cultura. Identidade. Contemporaneidade.

¹ Professor de História no Colégio Evangélico Alberto Torres (Lajeado) e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Leopoldo Klepker (Teutônia); Mestre em Desenvolvimento Regional – UNISC – (Bolsa Capes Modalidade II); email: cristiano782006@hotmail.com.

² Doutora em Comunicação pela PUCRS; Professora do PPG em Desenvolvimento Regional UNISC; email: angelafe@unisc.br.

POR QUE OS PRODUTOS ORGÂNICOS NÃO SÃO OS MAIS CONSUMIDOS? UM OLHAR INTEGRADO NO MERCADO DE ALIMENTOS

Marlon Dalmoro¹
Sandro Nero Faleiro²

Apresentador: Marlon Dalmoro

Eixo Temático: 1. Sustentabilidades contemporâneas: sustentabilidade às diversas áreas de saber

Resumo: Os alimentos orgânicos se destacam pela produção livre de fertilizantes sintéticos e pesticidas e a utilização de conhecimento técnico na busca de alimentos mais social, econômico e ambientalmente sustentáveis (INSTITUTE OF FOOD SCIENCE AND TECHNOLOGY, 2013). De forma geral, os benefícios dos produtos orgânicos têm incentivado a sua produção e consumo, com destaque para benefícios à saúde e possibilidade de ganhos financeiros, sociais e ambientais (KEATING, 1993). Contudo, quando analisado o mercado de alimentos de modo integral, os orgânicos possuem uma participação reduzida, representando cerca de 2% do mercado mundial de alimentos. A análise dos por quês desta participação reduzida pode ser buscada utilizando as lentes teóricas da cultura do mercado. O mercado tem sido apontado por diversos estudos como uma unidade de análise que congrega projetos socioculturais e um conjunto de agentes que por meio das suas ideias, técnicas e práticas, desenvolvem e moldam ativamente os mercados (ARAUJO *et al.*, 2010). Isso sugere que um mercado é caracterizado pela multiplicidade de agentes e que o resultado das ações de cada um é frágil, parcial e temporário (KJELLBERG e HELGESSON, 2006). Assim, ao invés da tradicional visão individual (foco no consumo ou na produção), olhar o mercado de orgânicos exige a compreensão da rede de significados que envolve o mercado de alimentos. Diante deste contexto, a presente comunicação deriva de um projeto de pesquisa em andamento e tem como objetivo analisar aspectos culturais associados ao mercado de alimentos. Compreensões teóricas iniciais demonstram que a construção do mercado de alimentos passa pela interligação de três temas: (1) práticas, envolvendo especificamente práticas de normatização – que servem para estabelecer objetivos normativos (regras e normas); práticas representacionais – que servem para mostrar o mercado e como ele trabalha; e as práticas de troca – que servem para realizar trocas econômicas individuais; (2) cultura, envolvendo construções sociais, históricas e culturais; e, (3) agentes, reconhecendo quem são e a as suas agências. Neste último tema, dinâmicas de poder e agência assumem uma posição central para afirmação dos discursos e capacidade de reverter as estruturas de mercado. Na análise do mercado de alimentos, envolvendo orgânicos e convencionais, deve-se reconhecer que alterações nos padrões de produção e consumo devem ultrapassar a suas molduras institucionais e gerar externalidades em todo o ambiente que estava estabilizado (CALLON, 1998). Enquanto o mercado de alimentos convencionais carrega aspectos institucionais e práticas de mercado associados a estruturas consolidadas, os produtos orgânicos têm se destacado apenas por seus atributos particulares, mas ainda carecem de estruturas estabelecidas. Além disso, compreender o mercado de alimentos orgânicos deve-se considerar como os agentes atuam em prol da construção de significados em torno do mercado de orgânicos. O aumento do consumo de orgânicos passa pela assimilação do discurso sustentável pelos agentes de mercado e do empoderamento destes dentro dos discursos dominantes que formam o mercado de alimentos. Em termos práticos, entende-se que o estímulo ao mercado de orgânicos envolve a necessidade moldar redes capazes de realizar uma substancial reforma nos padrões institucionalizados de produção e consumo de alimentos.

Palavras-chave: Mercado de alimentos. Alimentos Orgânicos. Produção e Consumo. Cultura de Mercado.

¹ Univates, Centro de Gestão Organizacional, marlon.dalmoro@univates.br

² Univates, Centro de Gestão Organizacional, snf@univates.br

TECNOLOGIAS

MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM A WEB 2.0 NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Patricia Thoma Eltz¹

Patricia Brandalise Scherer Bassani²

Apresentadora: Patricia Thoma Eltz

Eixo Temático: Tecnologia, Educação e Comunicação

Resumo: Pensar a sociedade contemporânea implica pensar, obrigatoriamente, a intensa relação entre sujeitos e tecnologia. Com o potencial da Web 2.0, presencia-se uma sociedade em rede, capaz de conectar pessoas de diferentes lugares do mundo. Entende-se que as aplicações da web 2.0, como blogs, wikis, sites de redes sociais ou de compartilhamento de arquivos, podem ser utilizadas no contexto educativo, pois apresentam possibilidades de interação, comunicação, descoberta e troca de informações.

Entretanto, percebe-se que as escolas brasileiras ainda não exploram o potencial das tecnologias da informação e comunicação (TIC), especialmente no que tange ao uso das diferentes ferramentas de interação e comunicação da web 2.0, principalmente em função de dificuldades de infraestrutura e de formação de professores. A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, busca apresentar um panorama das práticas pedagógicas com o uso da *web* 2.0, desenvolvidas na educação básica. A abordagem privilegiada neste artigo é exploratória. A coleta de dados envolveu uma pesquisa bibliográfica com base nos trabalhos publicados nos anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE 2012, 2011 e 2010), do Workshop em Informática na Educação (WIE 2012 e 2011) e dos artigos publicados na Revista Novas Tecnologias na Educação (RENTE 2012, 2011 e 2010). A seleção da amostra levou em conta a relevância dos eventos e da revista no âmbito da Informática na Educação no Brasil. Foram analisados 607 artigos, sendo 205 publicados nos anais do SBIE, 74 nos anais do WIE e 328 artigos publicados na revista RENTE. Há inúmeras ferramentas na Web 2.0 e entende-se que o professor precisa conhecer e saber manusear as ferramentas da Web 2.0 para tornar a tecnologia uma presença significativa na aprendizagem dos alunos. Os resultados apontam que apenas 6,2% dos artigos publicados nos últimos três anos nos eventos investigados focam na apresentação/discussão de práticas pedagógicas envolvendo o uso da web 2.0 na educação básica.

Palavras-chave: Web 2.0. Educação básica. Formação de professores.

¹ Doutoranda em Diversidade e Inclusão, Feevale, patricia_eltz@yahoo.com.br

² Orientadora. Dr^a em Informática na Educação, Feevale, patriciab@feevale.br

JOGOS ON-LINE NA ALFABETIZAÇÃO

Subprojeto de Pedagogia – PIBID Faculdade Cenecista de Osório

Adriana Aparecida Ribas Morais¹

Amanda Cássia de Alencar Oliveira

Larissa Negreiros dos Santos

Ms. Anilda Machado de Souza²

Dra. Lígia Beatriz Goulart

Apresentadores: Adriana Aparecida Ribas Morais

Amanda Cássia de Alencar Oliveira

Larissa Negreiros dos Santos

Eixo temático: Uso das tecnologias de comunicação no ambiente escolar

O presente estudo visa a compreender como as tecnologias digitais influenciam no processo de alfabetização de crianças de primeiro e segundo ano do ensino fundamental de escolas da rede pública municipal de ensino. O viver dos sujeitos na contemporaneidade é influenciado por mudanças em diferentes aspectos, especialmente aquelas motivadas pelo avanço tecnológico. Considerando este cenário, torna-se necessário que o educador desenvolva estratégias de aprendizagem que contemplem essas mudanças, tornando o aluno capaz de utilizar tais recursos em diferentes contextos. Assim, a escola tem o desafio de proporcionar aos alunos uma formação que articule os conhecimentos e tecnologias, buscando desenvolver uma postura autônoma, crítica e criativa. Fundamentado nas ideias de Ribeiro (2012), Pretto (1996) e Kenski (2006), o estudo busca lançar um olhar sobre a utilização das mídias para produzir conhecimentos. Através de oficina realizada semanalmente no laboratório de informática, buscou-se inserir no cotidiano das turmas, jogos online que contribuem para aquisição da escrita e da leitura. Estes jogos possibilitam o reconhecimento de letras, sílabas e palavras, a associação de imagem à palavra e identificação de sons das letras, provocando as crianças para aprender. As atividades de produção escrita são registradas em blog/ portfólio, o qual dá visibilidade ao processo de escrita dos alunos e, também permite análise de suas aprendizagens. O projeto está em andamento, de modo que os resultados são parciais e indicam que há apropriação da escrita e leitura em níveis crescentes. Cabe referir, ainda, o desenvolvimento da autonomia, do raciocínio lógico, e da concentração em relação às atividades propostas.

Palavras-chave: Alfabetização. Tecnologias. Mídias. Jogos.

¹ Faculdade Cenecista de Osório, Pedagogia, CAPES, ribas.lindner@uol.com.br

² Mestre, Faculdade Cenecista de Osório, souzah@hotmail.com
Doutora, Faculdade Cenecista de Osório, ligiabg@terra.com.br

NOVAS TECNOLOGIAS E ACESSO À EDUCAÇÃO: O “FAIR USE” COMO ALTERNATIVA POSSÍVEL PARA OS CONFLITOS ENTRE O DIREITO À EDUCAÇÃO E OS DIREITOS AUTORAIS

Aneline dos Santos Ziemann¹; Ricardo Kipper

Orientador: Jorge Renato dos Reis²

Apresentadora: Aneline dos Santos Ziemann

Eixo Temático: Tecnologia, Educação e Comunicação. III - Uso das tecnologias de comunicação no ambiente escolar

Resumo: O presente estudo visa realizar uma análise acerca do “*fair use*” como alternativa para possíveis conflitos entre os bens protegidos pela lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998) e os direitos fundamentais à educação e à cultura, previstos na Constituição Federal de 1988. Em seguida, o segundo objetivo será analisar a possibilidade de aplicação ao direito autoral, do instituto da função social, previsto no inciso XXIII do art. 5º da Constituição Federal. Para tanto, será analisado o “*fair use*”, e estudadas as possibilidades e alternativas derivadas deste instituto tendo como base outros ordenamentos jurídicos onde ele se encontra presente. No que tange à utilização de novas mídias e tecnologias em ambientes escolares, será analisada em que medidas se pode fazer a utilização desses meios, de modo que a lei de direito autoral não seja transgredida e o ensino não seja prejudicado pelo rigor da lei. Nesse contexto, também será pesquisado acerca do problema sofrido pelo sistema educacional na utilização de obras protegidas e as dificuldades que são encontradas pelas instituições de ensino, no que se refere às limitações impostas pela proteção autoral, a que põem diversas situações na ilegalidade. Para tal abordagem, verificar-se-á o artigo 6º da Constituição Federal, o qual prevê o direito à educação e o art. 215, também da Constituição Federal, que prevê o direito de acesso à cultura. A partir da problemática acima aventada, a utilização do “*fair use*” pode ser analisada como uma possibilidade de compatibilização entre os direitos protegidos pela lei de direitos autorais e o direito à educação e à cultura. O presente tema foi escolhido pela razão da sua complexidade, atualidade e também por ser um tema de grande importância nos dias atuais, pois as tecnologias se encontram em constante desenvolvimento, igualmente à constante necessidade de educação, de forma que o debate e a pesquisa em torno do tema merece destaque. A atual pesquisa encontra-se em fase inicial, ou seja, buscando-se e coletando-se materiais em livros, artigos e demais leituras concernentes ao tema. Dentre as fontes de pesquisa, cabe ressaltar o Grupo de estudos de direito de autor, da Universidade de Santa Cruz do Sul, do qual fazem parte os autores do presente resumo, e onde são debatidos e pesquisados os principais problemas e soluções relativos à proteção autoral.

Palavras-chave: Direito à Educação. Direito do Autor. *Fair Use*.

¹ Mestranda em Direito da UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul - RS, com bolsa CAPES tipo II. Integrante dos Grupos de Estudos “Direito do Autor” e “Intersecções Jurídicas entre o Público e o Privado”, ambos coordenados pelo Prof. Pós-Doutor Jorge Renato dos Reis. Advogada, e-mail: aneziemann@yahoo.com.br.

² Pós-doutor pela Università Degli Studi di Salerno-Itália. Doutor pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Especialista em Direito Privado pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Graduado em Direito pelas Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul. Pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu-Mestrado em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Professor na graduação da UNISC. Professor de cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu em diversas universidades do país. Autor de diversos artigos científicos sobre o tema. É advogado atuante. E-mail: jreis@viavale.com.br.

UM ESTUDO SOBRE O *DESIGN* DE INTERAÇÃO E A CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA EM WEBJORNAL LABORATÓRIO

Douglas Moraes Machado¹

Antonia Nilda de Souza

Clara Dornelles²

Apresentador: Douglas Moraes Machado

Eixo Temático: Tecnologia. Educação. Comunicação.

Resumo: O advento da web amplificou os processos de convergência entre as diferentes mídias, potencializando ainda seus usos e, conseqüentemente, ampliando os processos comunicacionais e de aprendizagem. A comunicação transmidiática (Jenkins, 2008) apresenta-se como um dos principais exemplos dessa realidade, com potencialidades de mudança do paradigma de recepção e utilização de conteúdos para uma conjuntura de criação e colaboração na construção coletiva de conteúdo (Lévy, 1998). No presente trabalho, analisamos as características do design no contexto do webjornalismo, tendo como principais referências os aspectos relacionados à convergência midiática, à hipermídia e à transmídia. Para isso, investigamos a experiência concreta do projeto Jornal Universitário do Pampa (JUNIPAMPA), um jornal do laboratório digital produzido com o intuito de socializar conhecimento, experimentar e analisar o processo de escrita na/para a web. Um usuário ao estar em contato com o webjornalismo estabelece relação com a máquina, com a própria publicação, através do hipertexto e com outras pessoas - autores ou outros leitores - através da máquina (Lemos, 1997; Mielniczuk, 1998). É no *design* de interface ou estética tecnológica (Santaella, 2007) que se materializam as misturas de tecnologias e de linguagens e é por meio dele que os efeitos de sentidos se apresentam aos usuários. Os resultados preliminares demonstram que, no primeiro ano de existência do webjornal, houve uma ampliação no uso de múltiplas linguagens, tanto no *design* da interface como nas produções de gêneros específicos, sendo que, nestes, observou-se uma relação de complementaridade entre narrativas. As notícias, por exemplo, passaram de uma orientação de ordem hipermidiática, caracterizada pela variedade de mídias, para uma articulação transmidiática, em que há preocupação com a continuidade do foco narrativo por meio de mídias variadas. Já em relação à interface, percebe-se maior possibilidade de navegação e uma arquitetura multimodal mais fluida.

Palavras-chave: Convergência. *Webdesign*. Webjornal.

¹ Unipampa, Curso de Letras, FAPERGS, douglass.moraess@gmail.com.

² Orientador. Doutor, Unipampa, claradornelles@gmail.com

A COLISÃO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL DE AUTOR E O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO NA “SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO”: UMA ANÁLISE DAS INOVAÇÕES PROPOSTAS PELO PROJETO DE REFORMA DA LEI DE DIREITOS AUTORAIS

Aneline dos Santos Ziemann ¹

Vinícius Cassio Swarowski

Orientador: Jorge Renato dos Reis ²

Apresentadora: Aneline dos Santos Ziemann

Eixo Temático: Tecnologia, Educação e Comunicação, IV - Impacto das novas tecnologias de comunicação nas práticas educativas.

O objetivo da pesquisa que se desenvolve é verificar a colisão que possa existir entre os direitos fundamentais de autor e da educação e sua necessária ponderação, no caso concreto, haja vista a inexistência de ponderação em abstrato. A Constituição Federal protege como direito fundamental individual, no seu artigo 5º, incisos XXVII e XXVIII, de um lado, e de outro, como direito social, o direito de acesso à educação, em seu artigo 6º. Neste sentido, pretende-se verificar, primeiramente, a inadaptação da atual Lei de Direitos Autorais, Lei 9.610/98, para a perfeita regulação desta matéria, haja vista o atual estágio da tecnologia da informação que exige uma regulação legal perfeitamente adaptada à atual Sociedade de Informação, enquanto a Lei Autoral brasileira, ainda se fundamenta numa matriz de proteção individualista do autor e dos empresários que exploram as obras intelectuais dele derivadas. Em um segundo momento, a pesquisa buscará verificar se a proposta de uma nova lei de direitos autorais inova neste sentido.

Para tanto, buscar-se-á realizar pesquisa bibliográfica tomando por base reconhecida doutrina sobre o tema. A escolha do tema justifica-se, entre outras razões, em virtude das características da denominada “sociedade da informação”, que possui na área tecnológica sua maior caracterização e própria “razão de ser” (ADOLFO, 2008)

Assim, nesta ambiência onde se vislumbra o crescente uso de tecnologias, e onde o direito social à educação é condição básica de exercício de cidadania e de própria qualidade de vida do homem, a existência de uma proteção de direitos individualistas, mostra-se fora de seu tempo, haja vista a busca em todos os institutos do direito privado atual, de sua funcionalidade, a fim de atender os interesses sociais da comunidade envolvida. (REIS, 2008). Portanto, a pesquisa que se desenvolve, deverá primeiramente verificar de que forma a atual lei de Direitos Autorais (9.610/98) pode solucionar o conflito aqui abordado, para então, em seguida, analisar se o projeto de lei nº. 3133/2012, que poderá alterar a norma atualmente em vigor, efetivamente inova neste sentido.

1 Mestranda em Direito da UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul - RS, com bolsa CAPES tipo II. Integrante dos Grupos de Estudos “Direito do Autor” e “Intersecções Jurídicas entre o Público e o Privado”, ambos coordenados pelo Prof. Pós-Doutor Jorge Renato dos Reis. Advogada, e-mail: aneziemann@yahoo.com.br

2 Pós-doutor pela Università Degli Studi di Salerno-Itália. Doutor pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Especialista em Direito Privado pela UNISC. Graduado em Direito pelas Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul - FISC. Pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu-Mestrado em Direito da Universidade da UNISC. Professor na graduação da UNISC. Professor de cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu em diversas universidades do país. Autor de diversos artigos científicos sobre o tema. É advogado atuante. E-mail: jreis@viavale.com.br.

A fim de justificar esta necessidade de atualização da Lei de Direitos Autorais, trabalhar-se-á o relevante papel social que deve ser desenvolvido pelo direito de autor, conforme explica Jorge Renato dos Reis (2008, p. 159), ao mencionar que *“o Direito de Autor, assim como o direito de propriedade, nasce, atualmente, ligado umbilicalmente à sua função social, não mais atribuindo, ao seu titular, direito absoluto”*.

A pesquisa encontra-se em seu desenvolvimento inicial, concentrando-se, os esforços, na coleta e leitura de bibliografia (livros, artigos, revistas etc.) em torno do assunto, bem como na leitura do texto de lei e do projeto acima mencionados, no fichamento das leituras, e na participação de grupos de estudos vinculados à temática. Após esta primeira etapa, a pesquisa será concluída com a confecção de um artigo, demonstrando toda a trajetória da pesquisa e as conclusões dela advindas.

Palavras-chave: Direito à Educação. Direito de Autor. Projeto de Lei nº. 3133/2012.

UTILIZAÇÃO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM PARA A QUALIFICAÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA

Juliana Thiesen Fuchs¹
Maria Elisabete Bersch
Marlene Isabela Bruxel Spohr²

Apresentadora: Juliana Thiesen Fuchs

Eixo Temático: Tecnologia, Educação e Comunicação

Resumo: Este trabalho discorre sobre o projeto Qualificação do desempenho na leitura e na escrita dos acadêmicos da Univates: produção de objetos de aprendizagem, apresentando o processo de desenvolvimento destes recursos e as primeiras reflexões decorrentes da utilização dos mesmos em turmas da disciplina Leitura e Produção de Texto I, modalidade a distância. O projeto teve como objetivo implementar um conjunto de objetos de aprendizagem com vistas a qualificar o desempenho da leitura e da escrita, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de habilidades relacionadas à interpretação e produção textual. A produção dos objetos envolveu as seguintes etapas: a) seleção dos temas e conteúdos; b) roteirização; c) implementação dos objetos; d) testagem e avaliação técnica. Levando em consideração as principais dificuldades em relação à leitura observadas em acadêmicos da Univates, os objetos envolveram temas como: elementos que auxiliam a interpretação de textos; distinção entre ideias principais e secundárias; coesão e coerência; uso adequado de conectores; sumarização e paráfrase; elaboração de parágrafos. Nestes materiais, “em vez de abordar os conteúdos da língua tendo como limite a frase, busca-se abordá-los no texto entendido como unidade de língua em uso, uma unidade semântica, não de forma, mas de significado, de sentido a ser construído pelos interlocutores na interação comunicativa” (Spohr, 2012). Esta abordagem requer uma arquitetura pedagógica que favoreça a aprendizagem significativa, o que, conforme Ausubel (2003, p. 3), pressupõe a organização de estratégias que favoreçam “uma interação seletiva entre o novo material de aprendizagem e as ideias preexistentes na estrutura cognitiva” dos sujeitos, ou seja, estratégias que desafiem os estudantes a mobilizar seus conhecimentos prévios, favorecendo a construção de novos significados. Em cada objeto, o estudante é convidado a expressar suas hipóteses sobre o tema em estudo, confrontando-as com as informações apresentadas ao longo do mesmo. Estes objetos foram utilizados, durante o semestre 2013A, por 58 alunos de duas turmas da disciplina Leitura e Produção de Texto I. Incorporaram o material didático disponibilizado no ambiente virtual destas turmas, associados a atividades como exercícios, fóruns e tarefas. Durante o semestre, observou-se que os alunos tiveram algumas dificuldades técnicas na utilização dos objetos: os problemas mais frequentes relatados foram a demora para carregar os objetos e a dificuldade de manusear algumas teclas devido à sua localização na tela. Porém, apesar desses problemas técnicos, a experiência relatada pelos alunos foi satisfatória, com destaque para a explicação em áudio e para a aplicação de exercícios durante a explicação, aspectos destacados como positivos pelos alunos. Os objetos já criados serão incrementados, considerando-se as sugestões dos alunos. Além disto, novos objetos deverão ser criados, abrangendo outros temas. De forma geral, considera-se positiva a experiência de utilização desses objetos nas disciplinas mencionadas.

Palavras-chave: Ensino de língua portuguesa. Objetos de aprendizagem. Leitura. Escrita.

¹ Univates, jtfuchs@univates.br.

² Orientadora. Mestrado, Univates, mspohr@univates.br.

PROCESSO DE INICIAÇÃO À PESQUISA E ENSINO E O USO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Rogério José Schuck¹
Andreia Aparecida Guimarães Strohschoen
Derli Juliano Neuenfeldt
Itacir Santim
Jacqueline Silva da Silva
Mateus Lorenzon
Miriam Ines Marchi
Raquel Oliveira
Silvana Faleiro
Silvana Neumann Martins
Tânia Micheline Miorando

Apresentador: Rogério José Schuck

Eixo Temático: Tecnologia, Educação e Comunicação

IV - Impacto das novas tecnologias de comunicação nas práticas educativas

Resumo: Com a chegada de novas ferramentas tecnológicas de comunicação e informação, os processos de ensino e de aprendizagem sofreram rápida e profunda mudança na virada do século XX para o XXI. Nesse cenário, ganhou destaque o uso da *internet*, em especial o aumento da velocidade com que se dá, em geral, o acesso aos referenciais teóricos e à variada gama de aspectos informativos, assim como os impactos desta questão na postura diante da iniciação à pesquisa. Durante o primeiro semestre de 2013 o grupo de pesquisa INICIAÇÃO À PESQUISA E ENSINO: DO SULA O NORTE E NORDESTE DO BRASIL, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Univates – PPGEnsino, coletou dados junto a estudantes que estudam em regime modular em um Mestrado em Ensino de Ciências Exatas. O foco da pesquisa se voltou para a presença das ferramentas tecnológicas e o uso destas no auxílio ao trabalho nas aulas, assim como a postura e resultados do trabalho dos mestrandos junto aos seus alunos. Os mestrandos, sujeitos desta pesquisa, desenvolvem seu trabalho no município de Boa Vista, Roraima/BRA e Petrolina, PE/BRA. Nesse sentido, ao buscar verificar o processo de iniciação à pesquisa e ensino junto a docentes e discentes do Ensino Superior e da Educação Básica, a pesquisa também visou identificar quais os instrumentos que os alunos dispõem para desenvolver suas investigações e trabalhos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizando-se como sendo um estudo descritivo e de campo. Os dados foram coletados mediante entrevista de dois mestrandos. Os resultados aqui apresentados são parciais, sendo que apontam para o crescente uso do computador nas estratégias de ensinar e de aprender, tanto por parte do mestrando em seu processo de ensino e aprendizagem, como por parte dos alunos deste, porém sem abandonar o livro impresso e o Laboratório de Ensino. Em contraposição, os professores percebem que as denominadas “disciplinas tradicionais” resistem à mudança e ainda permanecem presas a um modelo de ensinar limitado a estratégias de transmissão de conteúdos em salas de aula.

Palavras-chave: Iniciação à Pesquisa. Ensino. Novas Tecnologias.

¹ Univates, Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGEnsino e Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas – PPGECE. E-mai: rogerios@univates.br.

REPENSANDO O ENSINO E SUA METODOLOGIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Grace Kellen de Freitas Pellegrini¹

Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra

Apresentadora: Grace Kellen de Freitas Pellegrini

Eixo Temático: Tecnologia, Educação e Comunicação Impacto das novas tecnologias de comunicação nas práticas educativas

Resumo: A partir da premissa de que a *internet* e demais Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nada criam, sendo modo de difusão das criações de cunho intelectual, isto é, ferramentas, que difundem a criação do intelecto, tornando-se meios hábeis para facilitar o acesso de obras intelectuais, sendo fontes de ensino e aprendizagem, devem ser inseridas no processo de aprendizagem e parte da metodologia do ensino. A importância e os reflexos da Rede no ensino passam pelos impactos que as TICs têm sobre o direito autoral, o que certamente constitui tema complexo e que comporta discussões variadas, aqui não demarcadas, mas que inquietam juristas, pois existe o receio de que as novas tecnologias gerariam a “morte do direito autoral”. Ocorre que o fenômeno é inverso, já que a tecnologia tem sido importante fator do processo de expansão do direito autoral, o que possibilita sua inclusão na aprendizagem. ^A evolução tecnológica permitiu o surgimento de uma nova sociedade, qual seja, a “sociedade da informação”, estabelecida entre em dois mundos, o “real” e o “virtual”, criando o *cyberespaço*. Assim, vive-se na revolução do computador, da *internet* e dos meios de comunicação. Os livros, as músicas, os vídeos e todas as formas de expressão têm novo espaço, o virtual. Este novo espaço é possibilitado não só pelo baixo custo, mas também pela possibilidade de transferência de dados, de modo célere, descortinando um horizonte de informações. O uso das TICs por, no mínimo, 58% (cinquenta e oito por cento) dos brasileiros reflete o *quantum* está presente na sociedade. Contudo, não basta o acesso ou uso, mas que esse seja qualificado, sendo imperioso que as Instituições de Ensino tenham papel nesse processo, modificando métodos para se adequar a esse novo modelo, permitindo que estas tecnologias realmente se solidifiquem e apresentem os resultados esperados. As TICs estão gerando um novo processo educacional. Para tanto, necessita-se que a pedagogia e a metodologia institucional sejam reformuladas, para não só adequar as aulas a esses novos mecanismos, mas para que o Ensino à distância, tanto via satélite quanto via *internet*, possam também aproveitar essas modificações. A cibercultura está presente na vida dos discentes. Dessa maneira, o Ensino terá que se adequar a essas nomenclaturas presentes na atual sociedade e nas futuras, eis que a tendência é que o fluxo dessas tecnologias aumente com o passar dos anos. O que se tem é a imperiosidade de uma nova adequação dos métodos pedagógicos aliado ao alcance geral dos processos tecnológicos.

Palavras-chave: Tecnologias. Sociedade. Ensino.

¹ Professora Substituta de Direito do Instituto Federal Farroupilha, *Câmpus* Santo Augusto. Professora de Direito da UNISC). Mestre em Direito. Advogada, *e-mail*: gracekellenp@gmail.com.

REFLEXOS DO GIF NA ESTÉTICA DO COTIDIANO ORGÂNICO E VIRTUAL

Mariana Leite de Almeida¹
Lúcia Bergamaschi Costa Weymar²

Apresentadora: Mariana Leite de Almeida

Eixo Temático: 2. Tecnologia, Educação e Comunicação

Resumo: A sociedade pós-moderna trouxe diferentes formas de se relacionar com o mundo e com as pessoas que dele fazem parte. As novas maneiras de se comunicar – geradas, principalmente, pela internet – acabam por se refletir na nossa vivência cotidiana, assim como nossas experiências influenciam, também, na forma com que nos relacionamos e nos comunicamos no meio digital. Nesta associação entre físico e virtual, na qual ambos são igualmente importantes – e reais –, o socializar ganha um papel de destaque. A coletividade é cada vez mais importante até mesmo para a afirmação da nossa própria identidade, ao mesmo tempo individual e social.

Quanto mais virtuais nos tornamos, mais próximos do orgânico estamos. “A raça humana está se tornando um superorganismo a construir sua unidade através do ciberespaço” (LÉVY, 2004, p. 157). Com a rede, e as trocas de experiências por ela proporcionadas, vivenciamos um tempo onde todos os setores da vida andam em sintonia – sem se distinguir a fronteira entre eles – e passam a constituir um sistema único que tem vida própria graças à *web*. E, assim como em qualquer organismo vivo, para a sociedade pós-moderna o conhecimento sensível, no momento que tangencia todos os outros conhecimentos, acaba por potencializar o vivido. Tal condição se reflete na rede e caracteriza a estética do nosso cotidiano.

No sistema vivo no qual estamos inseridos, nosso olhar se volta para a estética do dia-a-dia, que vai muito além da arte, para afirmar a vida como obra de arte – assunto abordado por Nietzsche (1872) e, mais tarde, por Maffesoli (1996). A estética da contemporaneidade tem forte relação com a sociabilidade – e com as ações e acontecimentos por esta gerados – e, justamente por isso, se representa e se reflete em objetos comuns e, muitas vezes, visuais, próprios do cotidiano. É nesse contexto que se situa o GIF, um dos objetos representativos da estética do virtual que vivemos, onde “nossas sociedades são animadas, de modo orgânico, pelo jogo das imagens, e que podemos caracterizá-las, de várias maneiras, por um estilo que acentua ao mesmo tempo a estética, o cotidiano e o comunicacional” (MAFFESOLI, 1998, p. 81).

O Graphics Interchange Format (GIF) sofreu diversas mudanças de significação desde seu nascimento, em 1987, quando trouxe cor ao meio digital que até então só utilizava formatos em preto e branco. A partir dos anos 1990, com a popularização da internet, o GIF transpôs o meio técnico e passou a fazer parte da representatividade social no meio virtual, o que se vê ainda mais forte, atualmente, com as redes sociais. No artigo, apresento o contexto orgânico e imagético da sociedade pós-moderna para falar sobre GIF, que – através, principalmente, de *blogs* e redes, como o Tumblr – transpõe para a *web* o que pensamos e sentimos, e assim, por diversas vezes, acabam por afirmar nossa identidade e nos representar enquanto coletividade.

Palavras-chave: estética do cotidiano. *Web*. GIF.

¹ UFPel, Bacharel em Design Digital, Mestranda em Artes Visuais, marianaleitealmeida@gmail.com

² Orientador. Doutor, UFPel, luciaweymar@gmail.com

VIDEOAULA: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO NO ESPAÇO VIRTUAL

Cassius André Prietto Souza¹

Nadia da Cruz Senna²

Apresentador: Cassius André Prietto Souza

Eixo Temático: Tecnologia. Educação e Comunicação

Resumo: As tecnologias de informação e comunicação multiplicam as possibilidades de ensino e aprendizagem, seja no ambiente escolar tradicional, seja no ambiente virtual. Ferramentas como *YouTube* e *Vimeo* permitem que o professor disponibilize videoaulas que possam ser acessadas por todos aqueles interessados, diversificando e expandindo o conhecimento. Esse relato contempla uma experiência de ensino junto à Universidade Federal de Pelotas, em uma oficina de modelagem digital voltada aos alunos do Centro de Artes. Para maior compreensão dos efeitos e recursos do *software* selecionado para o curso, realizei videoaulas, que foram disponibilizadas na rede, testando uma prática e seu potencial educativo. O curso tem como objetivo a construção de personagens, cenários e indumentárias, modelados em 3D, o programa utilizado foi o *z-brush (pixilologic)*. O *software* foi selecionado pela sua interface, que lembra um ateliê, também o processo se assemelha à modelagem com argila. A construção parte de um modelo inicial, em forma de esfera, contudo, estruturar e detalhar a personagem exige conhecimento das ferramentas e da sequência operacional, trazendo complexidade ao usuário. Conforme as aulas se desenvolviam, percebi que vários alunos não conseguiam acompanhar o processo de manipulação, com todas as etapas para a constituição da figura, isso implicava em repetir o processo várias vezes. Diante desta dificuldade, tentei estratégias diferenciadas, como apostilas, que não foram eficazes, assim busquei as aulas (*classrooms*) que as próprias empresas disponibilizam com soluções para os problemas encontrados pelos usuários. Aliás, foram essas aulas que me instrumentalizaram com o programa, cuja versão Beta aceitei testar. Para a turma, produzi uma videoaula, onde a tela do monitor cumpre o papel da lousa, atentando para uma narrativa coloquial, clara e didática, a fim de propiciar a parceria e o compartilhamento de experiências. Dinâmicas e metodologias para o uso das TICs em âmbito educacional vem sendo investigadas por pesquisadores de diferentes áreas (Lévy, Parente, Lemos, Machado, Hernández, entre outros) comprovando a afinidade dos alunos com as mídias e sua potência para a construção do conhecimento coletivo. Mesmo assim, surpreendi-me com a eficácia do material instrucional junto aos alunos e o elevado número de acessos, em tão pouco tempo; pessoas de diferentes lugares enviaram mensagens, com questões sobre o programa. Acabei organizando mais duas vídeo-aulas, focando temas específicos de utilização, que ultrapassaram as expectativas, sendo postadas em outros sites (*VFX e 3D1*) alcançando um grupo de usuários norte-americanos, que assistiram a aulas e resolveram as suas dúvidas, superando as dificuldades impostas pelo idioma. O intercâmbio de ideias e práticas, instaurado pelos vídeos, expandiu o conhecimento do grupo em torno das possibilidades técnicas e artísticas, não apenas em relação a este programa específico, as discussões contemplam outras questões pertinentes à educação, tecnologia e cultura na contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação. Videoaula. Internet.

¹ Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Mestrado em Artes, FAPERGS, cassius_andre@hotmail.com

² Nadia da Cruz Senna. Doutora, Centro de Artes/ UFPel, alecrins@hotmail.com

REPRESENTAÇÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E LETRAMENTO

Angélica Vier Munhoz¹

Maria Isabel Lopes

Samara Santana

Tamara de Souza Kirch

Angélica Vier Munhoz²

Apresentadora: Maria Isabel Lopes

Eixo Temático: Letramento digital

Resumo: Iniciada em março de 2012, a pesquisa “As representações de uma comunidade escolar sobre Alfabetização Científica e Letramento”, tem como objetivo compreender as representações referentes à Alfabetização Científica e Letramento em uma comunidade escolar que apresenta um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, relativamente baixo em comparação ao IDEB municipal. No início das atividades foi realizado um questionário com catorze professores da escola investigada, a fim de conhecer as representações iniciais das professoras sobre as temáticas em estudo. Após, foi solicitado à direção da escola que selecionasse um grupo de quatro professores da Educação Infantil e Anos Iniciais para participar de um grupo focal sobre a temática da pesquisa. Assim, a análise do material de pesquisa, apurado até o momento, nos permitiu perceber que para tais professoras a alfabetização científica está relacionada à alfabetização do código escrito e em muitos momentos, confunde-se com o conceito de alfabetização e letramento. Percebeu-se também que os mesmos discursos que circulam a respeito das dificuldades enfrentadas no letrar e no alfabetizar, também são produzidos em relação a alfabetizar cientificamente. Podemos compreender em Foucault (2001), que o discurso é produzido em meio a intrincadas relações de saber e poder e não é possível localizar sua produção nos sujeitos que vivenciam suas práticas discursivas e não discursivas. Portanto, não se trata de localizar nas professoras a autoria das representações sobre alfabetização científica que analisaremos neste estudo. Pretendemos apenas dar visibilidade a essas representações que circulam no interior de determinado campo discursivo, nesse caso a escola, e buscar analisar as práticas que se instituem a partir desses discursos. Nos estudos e leituras sobre o tema da pesquisa, realizadas em vários momentos com as professoras da escola participante, pudemos compreender que a alfabetização científica é um termo abrangente, que não se reduz aos conhecimentos da natureza, à química e matemática unicamente, nem mesmo à questão de apropriação do código escrito e/ou ao letramento. Segundo Chassot (2003, p.91), “a *alfabetização científica* pode ser considerada como uma das dimensões para potencializar alternativas que privilegiam uma educação mais comprometida”. Os resultados e os objetivos da pesquisa ainda são parciais, mas pode-se perceber que a mesma tem possibilitado às professoras participantes repensar sua prática pedagógica junto às crianças, a partir de um pensamento mais reflexivo que problematiza o discurso das certezas. Em decorrência disso, vão qualificando as ações diárias que realizam em suas práticas docentes, refletindo sobre temas que cercam a Educação. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, seguimos enfrentando o desafio de investigar e compreender melhor como essas práticas instituem-se e que efeitos produzem no cotidiano da escola. Finalizando, destaca-se que a relevância desse estudo está em contribuir para a formação dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, qualificando assim a escola básica.

Palavras-chave: Alfabetização Científica. Letramento. Prática pedagógica.

¹ Univates, Pedagogia. angelicavmunhoz@gmail.com

² Angélica Vier Munhoz. Doutora em Educação, Univates, angelicavmunhoz@gmail.com

RECURSOS DIGITAIS COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Lívia Benedetti Pereira¹
Maria Elisabete Bersch²

Apresentadora: Lívia Benedetti Pereira

Eixo Temático: Tecnologia, Educação. Comunicação.

Resumo: Vivemos em um contexto em que as tecnologias digitais da informação e da comunicação - TIC estão presentes em todos os lugares e a todo o momento inclusive nas escolas. Esta apropriação social das tecnologias, inserida num paradigma de globalização, propõe mudanças no que se refere à gestão de conhecimentos e competências profissionais desejadas pelo mercado de trabalho, que busca pessoas cada vez mais qualificadas para o desempenho de novas profissões. O presente trabalho consiste em um projeto de pesquisa elaborado na disciplina de Trabalho de Curso I no curso de Pedagogia da Univates. O projeto tem como tema o uso de recursos digitais da informação e da comunicação na Educação Profissional, como por exemplo: planilhas, blogs, softwares e redes sociais nas salas de aula, já que a realidade tem desafiado os professores a elaborarem propostas em que a utilização destes recursos possa contribuir com a construção de conhecimentos. Neste sentido, é possível observar, na educação básica, a crescente apropriação destes recursos junto ao processo de aprendizagem. Na Educação Profissional, contudo, ainda se tem percebido em alguns momentos a resistência na utilização de recursos tecnológicos digitais em sala de aula. Esta constatação também pode ser observada no contexto do Senac Lajeado, onde a pesquisa será aplicada com alunos e professores do curso Técnico em Administração. Com o objetivo de Conhecer de que forma os recursos digitais são utilizados junto aos processos de ensino e de aprendizagem no curso Técnico de Administração do Senac Lajeado, e qual a percepção de professores e alunos em relação à utilização destes recursos no que se refere ao desenvolvimento das competências previstas no plano do curso, esta pesquisa seguirá a seguinte metodologia: levantamento bibliográfico, entrevistas com dois professores, aplicação de questionário com 24 alunos, análise de dados e elaboração de uma proposta de utilização de recursos digitais.

Palavras-chave: Recursos digitais. Tecnologia. *Softwares*.

¹ Univates, Aluna do Curso de Pedagogia, liviabenedetti@hotmail.com

² Orientadora, Mestre em Educação, Univates, bete@univates.br

A EXPERIÊNCIA VIRTUAL DO JOGO *FLOWER*

Paula Pereira Pinto¹
Paulo Vítor Silveira dos Santos
Ursula Rosa da Silva²

Apresentador(es): Paula Pereira Pinto, Paulo Vítor Silveira dos Santos

Eixo Temático: Tecnologia, Educação e Comunicação - Impacto das novas tecnologias de comunicação nas práticas educativas

Resumo: Este estudo teve sua origem na intersecção de duas pesquisas. Uma delas, de Paula Pereira Pinto, no Mestrado em Artes Visuais da Universidade Federal de Pelotas, sobre o jogo e o brincar dentro da arte, como viés de apreciação estética do mundo; e a outra, de Paulo Vítor Silveira dos Santos, sobre os jogos eletrônicos como uma possibilidade de arte, dentro do Curso de Especialização em Artes Visuais da mesma instituição. O jogo *Flower*, posto em questão neste estudo, é uma produção da atualidade que merece atenção, pois vai além de um mero jogo de entretenimento, é mais que isso, propicia um entrar em relação com a virtualidade, mas de uma forma que possibilita ao jogador o ato de emocionar-se (Maturana, Verden-Zöllner, 2004). Proporciona uma experiência que toca a emoção e a sensibilidade, Maffesoli (1998, 2005). Nessa situação de apreciação e envolvimento estético, encontra-se o aspecto educativo do jogo, contra um anestesiamiento dos sentidos, Duarte Júnior (2010). A empresa *ThatGameCompany*, que produz jogos eletrônicos, possui como missão a produção de jogos que sejam atemporais e que provoquem uma mudança no jogador. O jogo *Flower*, produzido por esta empresa, é para os videogames Playstation 3 e Playstation Vital. Debate, em sua temática, a agitação de uma cidade grande em contraposição à calma e serenidade da vida no campo. Nele, o jogador controla uma rajada de vento que coleta pétalas de flores por onde passa e, assim, o ambiente do jogo vai mudando, como também o jogador que entra em um estado de contemplação pelo envolvimento na experiência virtual. Para analisar as possibilidades que o jogo proporciona ao seu jogador, são utilizados alguns conceitos como o de experiência tecnoestésica, de Edmond Couchot (2003), sobre um modo particular de vivência e percepção do mundo. Também o conceito de virtualidade de Pierre Lévy (1999), que trata que realidade virtual é uma simulação interativa, na qual se tem sensação física através da experiência proporcionada por um banco de dados; além de que o virtual é qualquer coisa que não esteja no plano material.

Palavras-chave: Jogo *Flower*. Experiência. Arte.

¹ Universidade Federal de Pelotas UFPel, Mestrado em Artes Visuais, FAPERGS, paula.artesvisuais@gmail.com

² Orientadora. Profª Drª da Universidade Federal de Pelotas, ursularsilva@gmail.com

O DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA EM OBRAS DE WEB ARTE

Adriana Silva da Silva¹

Lúcia Bergamaschi Costa Weymar²

Apresentadora: Adriana Silva da Silva

Eixo Temático: Tecnologia, Educação e Comunicação.

Resumo: Toda tecnologia desenvolvida pelo homem é integrada à cultura e à sociedade a partir do momento em que é aceita pelo grande grupo. A rapidez com que objetos eletrônicos foram assimilados implica na ampliação das práticas artísticas na medida em que os artistas incorporam, em suas produções, objetos do cotidiano. A arte se transforma a partir das mudanças contextuais; essas mudanças compõem o repertório do artista que, por meio da sua produção, transforma a arte. O computador propicia a digitalização que permite transformar qualquer coisa em dados modulares através dos códigos binários. Com a internet esses dados digitais podem ser acessados e manipulados de qualquer lugar do mundo. A produção artística produzida no final do século XX é permeada pela revolução tecnológica. Com estes adventos, a arte orienta sua atenção para questões anteriormente pensadas por técnicos e engenheiros. A arte produzida e visualizada por meio do computador e da internet depende do espectador para sua realização. Ele é responsável por completar, iniciar e introduzir conteúdo à obra. Diante da realidade tecnológica, bem como o desenvolvimento de obras que envolvem o computador e a internet faz-se necessário discutir acerca do desenvolvimento da experiência estética nas salas de aula. Observamos que as aulas de arte devem estar orientadas de acordo com os conteúdos a serem trabalhados, sem esquecer que a contemporaneidade requer uma nova visão do espaço da sala de aula, além de uma nova abordagem de conteúdo e da revisão das metodologias de ensino buscando uma experiência estética significativa. É notório que na sociedade contemporânea muitos modos de relacionamento estão sendo gerados pela internet e pela exploração da computação gráfica, por este motivo acreditamos que a *web* arte pode ser um dos meios de exploração do sensível e da experiência estética em obras que envolvem as tecnologias digitais. Essas obras aproximam a realidade dos estudantes de produções contemporâneas constituídas pela linguagem que, hoje, também organiza a sociedade, a linguagem do hipertexto. Por ser uma produção artística com origem no ciberespaço, a *web* arte se constitui em um ambiente familiar aos estudantes. A *web* arte possibilita novos modos de experimentar e perceber o ciberespaço. São obras instigantes cuja experimentação baseia-se nas experiências que os estudantes trazem de suas práticas cotidianas. Sua aplicação torna possível a criação de currículos e de estratégias de ensino mais significativos no campo das artes. Este artigo tem a intenção de discutir o desenvolvimento da experiência estética em obras de *web* arte e tal assunto compõe o tema da pesquisa no programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFPel, na linha de pesquisa de Ensino da Arte e Educação Estética. A pesquisa é orientada pela metodologia qualitativa, por tratar de dados descritivos e subjetivos que são relacionados ao contexto e aos pressupostos culturais. Como embasamento teórico utilizamos os autores Pierre Lévy, Michael Rush, Lúcia Santaella, entre outros para abordar as questões de arte e tecnologia. Quanto ao ensino da arte e à experiência estética, autores como Vincent Lanier, Robert Ott, Ana Mae Barbosa, entre outros, servem como referência.

Palavras-chave: Experiência estética. *Web* arte. Ensino da arte.

¹ Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Pós-graduação em Artes Visuais, drikassilva@hotmail.com.

² Lúcia Bergamaschi Costa Weymar. Doutora, Universidade Federal de Pelotas, luciaweymar@gmail.com.

PIERRE LÉVY E A ECOLOGIA COGNITIVA: POSSIBILIDADES E LIMITES DA EDUCAÇÃO NA ERA DA CIBERCULTURA

Flávio Roberto Meurer¹

Apresentador: Flávio Roberto Meurer

Eixo Temático: Tecnologia, Educação e Comunicação

Resumo: Objetivo deste trabalho é, inicialmente, traçar um breve panorama das ideias de Pierre Lévy a respeito das potencialidades educativas da cibercultura (ou cultura informática), e, em seguida, apontar os limites de tais possibilidades a partir de uma postura crítica de extração frankfurtiana. A análise se restringe a obras do autor francês produzidas na década de 1990, sobretudo *Tecnologias da Inteligência* (1990) e *Cibercultura* (1997), período em que a Internet dava os primeiros passos como tecnologia de produção e de circulação mais amplas do conhecimento. Assim, serão revisitados os conceitos como *ecologia cognitiva* e *árvores do conhecimento*, a partir dos quais o autor em foco sustenta uma nova concepção do saber, considerado não mais como produto de um indivíduo isolado, mas como rede de conexões entre homens e coisas (aparatos técnicos). Posto isso, parte-se, finalmente, para uma discussão do sentido que essas ideias adquirem no cenário intelectual contemporâneo, podendo-se tomá-las como parte de uma “tecnoutopia liberal humanista”, conforme definição de Francisco Rüdiger (2007).

Palavras-chave: Pierre Lévy. Educação. Cibercultura.

¹ Univates, Comunicação Social, frmeurer@gmail.com.

RELAÇÕES ENTRE CONSUMO, TECNOLOGIAS E SABER NA INFÂNCIA

Mariane Inês Ohlweiler¹

Apresentadora: Mariane Inês Ohlweiler

Eixo Temático: 2. Tecnologia, Educação e Comunicação

Resumo: O consumo é uma das temáticas mais atuais no que diz respeito aos aspectos que constituem a sociedade contemporânea. Para além do consumo como uma área de estudo mais ampla, tem sido abordado com ampla repercussão na mídia, tanto em meios impressos como televisivos o tema do consumo de meios tecnológicos pelas crianças e sua facilidade em lidar com eles. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a analisar a relação entre consumo, tecnologia e saber na infância. Para tal, trago a discussão a partir da definição de consumo, como sendo o elemento chave a partir do qual se desenrolam os demais temas. Dialogo com autores que analisam a prática do consumo e seus efeitos na sociedade contemporânea, e que estudam a relação que tem se estabelecido entre os “novos saberes” infantis e o consumo de artefatos tecnológicos; procuro dialogar portanto, com obras e pesquisas de Canclini, Bauman, Buckingham, Barbosa e Campbell, Fischer e Hobsbawm. O consumo representa um campo de investigação amplo e complexo e para tal é importante desviar-se das críticas unicamente negativas e analisar os efeitos do mesmo, em se tratando de temáticas que envolvam a infância, é premente compreender estes efeitos para pensar e questionar sobre os modos com que lidamos com esta categoria social e os sujeitos nela “classificados”. Especificamente o consumo infantil e o marketing voltado para as crianças cresceram de forma surpreendente nos últimos anos. As crianças passaram a ser um dos principais focos de investimento das propagandas. Para além do seu consumo próprio – convocado principalmente através de personagens de filmes e desenhos animados –, sua influência sobre as compras dos pais tem movimentado centenas de bilhões de dólares no mercado anualmente. Mas para além deste “poder de escolha”, a geração infantil demonstra o domínio e facilidades explícitos com os artefatos tecnológicos. São crianças que desde cedo se familiarizam com as teclas do computador, do celular ou do vídeo-game, e que vêem o embaraço dos adultos diante de algumas máquinas. Parece que o saber das crianças passa a ser “obtido” e buscado num novo jogo eletrônico, ou então reforçado por meio da televisão. Imagens de crianças – como já estando mais informadas sobre determinado produto do que os seus pais –, “infantilizam” (no sentido do não saber) os adultos e estimulam a compra como forma de situar-se novamente em seu mundo “amadurecido”. Ainda em relação ao domínio das tecnologias, este é um campo de consumo contínuo, que impulsiona o mercado pelo fato de se constituir, mais do que em outras áreas; de forma muito efêmera. Nessa medida, o presente trabalho propõe a interlocução entre os conceitos de: consumo (enquanto algo que caracteriza a nossa sociedade e forma de organização), tecnologia (como elemento impulsionador, inclusive na área do saber), saber (no sentido de suas reconfigurações em uma sociedade que é nomeada como sociedade do conhecimento) e infância (para pensar as linhas que perpassam a conceituação do sujeito criança).

Palavras-chave: Consumo. Tecnologia. Saber. Infância.

¹ UFRGS/Univates, Doutoranda em Educação no PPGEduc/UFRGS e Professora nos cursos Pedagogia e Licenciaturas da Univates, CAPES, mariane_ohl@yahoo.com.br.

CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA E A PONTENCIALIDADE PARA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Paula Cecília de Miranda Marques¹

Apresentadora: Paula Cecília de Miranda Marques

Eixo Temático: Tecnologia, Educação e Comunicação – Representação midiática das práticas educativas

Resumo: A divulgação científica, aqui entendida como a “[...] utilização de recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo” (BUENO, 2009, p.162), é uma importante ferramenta de popularização do conhecimento produzido nas universidades. Mais que reproduzir conteúdo, é preciso desenvolver no público a familiaridade com o material educativo de divulgação científica, para aproximá-lo do fazer científico. Os meios de comunicação, como a televisão, têm papel fundamental nesse processo de disseminação do conhecimento, entretanto, Bueno destaca que a cobertura da CT&I pelos meios de comunicação reforça a idealização de que a ciência avança aos saltos e graças a descobertas de grandes gênios que carregariam a inovação de forma individualizada, já que a abordagem dos meios “contempla o avanço da C&T em momentos singulares, anunciando, muitas vezes com sensacionalismo, resultados de pesquisa e descobertas de grande impacto” (BUENO, 2010). Esse estereótipo deve ser combatido, pois, para a efetiva democratização dos saberes, o público deve entender a ciência como parte de seu cotidiano e um processo coletivo. Além disso, a divulgação científica também é importante contribuição para formação social. Segundo a pesquisadora Isa Maria Guará, o acesso ao conhecimento não deve ser restrito, pois além de uma meta social e política, a popularização da ciência, é também uma meta cultural, uma vez que “permitirá a incorporação de diferentes contribuições e a democratização dos saberes e descobertas da humanidade sem o domínio hegemônico de alguns grupos” (GUARÁ, 2002, p. 85). A televisão brasileira tradicional, no entanto, pouco espaço oferece para o conteúdo educativo da divulgação científica, com a finalidade de difundir a ciência e fornecer ferramentas de transformação das esferas sociais e, quando o faz, muitas vezes erra na abordagem, conforme alertou Bueno. Nesse contexto, o presente trabalho sugere que a televisão, aliada à possibilidade de uma interação mais próxima com o público por meio da internet, se mostra como alternativa eficiente para a popularização do conhecimento. A convergência de mídias envolve o espectador, convidando-o a entender, discutir e aplicar a ciência em seu cotidiano. De acordo com Jost, com as mídias digitais e as redes sociais “[...] é possível propor conteúdos que dependem parcialmente da ação do usuário e que fazem convergir duas mídias, a televisão e a internet, a caminhos até agora paralelos” (JOST, 2011, p.99). Assim, este estudo aborda a interação entre os meios, televisão e a internet, como potencializadora da divulgação de conteúdos científicos, capaz de fazer a mediação entre ciência e comunidade ser mais que a simplificação da linguagem acadêmica, conforme defendem Kreinz e Pavan (2003).

Palavras-chave: Televisão. Internet. Divulgação científica.

¹ Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação/ Unesp. Mestrado em Comunicação Midiática. E-mail: paulacmmarques@hotmail.com

A NOVA SOCIEDADE TECNOLÓGICA E O *CYBERBULLYING* NO CONTEXTO ESCOLAR

Jaqueline Machado Hammes¹
Simone Andrea Schwinn

Apresentador(es): Simone Andrea Schwinn e Jaqueline Machado Hammes

Eixo Temático - 2. Tecnologia, Educação e Comunicação: Uso das tecnologias de comunicação no ambiente escolar.

Resumo: A sociedade encontra-se em permanente progresso nos seus mais variados campos, como na economia, no mercado, na ciência, na área da saúde, na genética e também nas redes sociais. Esses acontecimentos que vem crescendo em velocidade surreal podem trazer de um lado benefícios para seus cidadãos, mas também exclusões e perigos decorrentes de sua má utilização. É o uso que dela se faz que determinará a natureza e a extensão de seus benefícios. Salienta-se também, que esses benefícios não serão simétricos para todos os cidadãos, já que nem todos terão acesso e nem meios para utilizar-se das ferramentas tecnológicas. Enquanto determinados cidadãos ou grupos podem perceber grandes benefícios, outros podem ser seriamente prejudicados, sendo esse o ponto central e objetivo primordial do tema que se pretende abordar no presente estudo: o *cyberbullying* ou *bullying* virtual, uma espécie de crime que está se dissipando entre os internautas, preocupando pais, educadores e demais membros da sociedade civil. Ademais, além de causar dor e constrangimento entre vítimas e ofensores, é de difícil reparação, pois há grandes dificuldades em detectar e punir aqueles que se utilizam de imagens ou mensagens depreciativas. Pesquisadores da área referem que “a principal ferramenta do *cyberbullying* são as comunidades formadas por alunos em sites da internet, como o Orkut e facebook”. Seja qual for o meio utilizado, todos têm como objetivo difamar ou atacar professores e colegas. O que mais preocupa, é que, além de ter um efeito propagador e devastador, ainda não se tem uma conclusão efetiva sobre as formas de prevenção dessas comunidades virtuais. A partir do momento em que o *cyberbullying* começa a ser praticado - independentemente de quem sejam seus protagonistas - ele gera situações de violência que podem se estender por toda a sociedade. É necessário que todos os envolvidos no processo educacional estejam atentos a essa conduta delitiva que permeia a educação do século XXI, elaborando planos de ação que busquem resgatar valores como o respeito ao próximo, amor, companheirismo e cidadania através de constantes abordagens. Pois a tecnologia e informação também rompem fronteiras e encurtam distâncias em benefício da sociedade.

Palavras-chave: Tecnologia. *Cyberbullying*. Violência. Educação. Escola.

¹ Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, com área de concentração em Demandas Sociais e Políticas Públicas. Linha de pesquisa: Políticas Públicas de Inclusão Social. Graduada em Direito pela mesma Universidade. Integrante do Grupo de Pesquisa “Direito, Cidadania e Políticas Públicas”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Mestrado e Doutorado - UNISC. E-mail: jake@viavale.com.br

MAPEAR SABERES: DESAFIOS DE UM ENSINO PARA ALÉM DA LINEARIDADE NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Autora: Fabiane B. Vitória da Silva¹
Orientadora: Regina Urnersbach

Apresentadora: Fabiane B. Vitória da Silva

Eixo Temático: Impacto das novas tecnologias de comunicação nas práticas educativas.

Resumo: A sociedade da informação na qual vivemos altera as principais dimensões da vida humana, espaço e tempo, sendo estes organizados em torno de redes informatizadas de comunicação. A análise filosófica que Lévy faz para compreensão da contemporaneidade menciona o tripé indissociável tecnologia, sociedade e transformação. No complemento desta ideia, lembra-se Morin em sua obra com a afirmação que vivemos em um mundo complexo e interligado, onde novas informações nos fazem, a toda hora, mudar de planos. Neste cenário contemporâneo se encontra a escola com suas antigas organizações de tempo e espaço, sobretudo, a forma como está organizado o conhecimento, fragmentado, isolado e institucionalizado. O autor toca no ponto chave da angústia educacional do nosso tempo: a urgência de uma reforma do pensamento que se sintonize com a nova ótica mundial, através da qual, vem sendo redescoberta pelas ciências e transformada pelas tecnologias. Na esteira disto, o conhecimento deve assumir certezas provisórias em face da avalanche de informações que nos chegam por todos os lados, deve ser descoberto, ressignificado e atualizado. Este trabalho, parte da premissa acima exposta para justificar a aplicabilidade de mapas conceituais no contexto escolar, como uma possibilidade de transgredir a linearidade de projetos de ensino. Os mapas conceituais são representações gráficas que apresentam uma linguagem visual, quando aplicados como recurso didático, pode se definir como estratégia potencialmente facilitadora de aprendizagens significativas, compreendendo o conhecimento como uma rede de saberes, não-linear, diverso e hipertextual. O trabalho a ser relatado situa-se nos anos finais do ensino fundamental, exatamente por ser este uma etapa marcada pela fragmentação curricular. Defende-se o ensino pela pesquisa como movimento essencial de projetos de ensino, empenhando como ponto chave a utilização pedagógica da técnica de mapas conceituais, demonstrando a comunicação dos saberes organizados em rede. Os mapas conceituais podem ser definidos como uma ferramenta metacognitiva, que por sua natureza gráfica e seu impacto visual, podem tornar as informações mais significativas, o que por certo os credencia como uma importante ferramenta para comunicação do conhecimento, sendo um inexorável recurso para superação da linearidade num mundo interligado.

Palavras-chave: Mapas Conceituais. Sociedade do Conhecimento. Saber em Rede. Ensino pela Pesquisa.

¹ Mestre, UNISINOS, reginau@unisinios.br - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Gestão da Escola, atendimento@unisinios.br

APRENDIZAGEM E VIDEOGAMES NA ESCOLA

Carlos Baum¹

Póti Quartiero Gavillon

Cleci Maraschin²

Apresentador: Póti Quartiero Gavillon

Eixo Temático: 2. Tecnologia, Educação e Comunicação

III - Uso das tecnologias de comunicação no ambiente escolar

Resumo: Este trabalho propõe uma discussão sobre concepções de aprendizagem relacionadas ao uso de tecnologias digitais, em especial os videogames, na escola. Argumentamos que diferentes formas de entender a aprendizagem levam a diferentes potencialidades no uso das tecnologias, as quais, por sua vez, questionam estas mesmas formas. Nas escolas que possuem computadores, perceberemos que eles são utilizados, muitas vezes, simplesmente para reforçar abordagens tradicionais acerca do ensino. Softwares pedagógicos para o ensino de matemática e física parecem atrair muito menos crianças e jovens que, de outro modo, são capazes de passar horas com jogando videogames. Os jogos digitais, porém, permanecem imersos em controvérsias, os debates políticos e sociais do valor deste tipo novo de entretenimento muitas vezes degenerou em estereótipos que incluem inclinação à violência. É bastante comum concebermos o funcionamento da escola baseado na memorização e na reprodução de conteúdos. Neste contexto, êxito ou eficácia surgem quando o aluno é capaz de solucionar problemas. O trabalho de diversos educadores e psicólogos, entretanto, nos ensina que aprender não significa transmissão de informação. Maturana, por exemplo, nos força a lembrar que o sistema cognitivo é um sistema estruturalmente fechado. Sendo assim, não admite interações instrutivas, apenas interações que possam desencadear mudanças internas de acordo com as possibilidades da própria estrutura. Se o aprendizado é pensado como capacidade de reprodução, ferramentas como a Wikipédia um problema, pois o aluno pode facilmente copiar o texto sem ler. Mas, e se ao invés de ensinarmos nossos alunos a procurar na wikipedia, os ensinássemos a colaborar com a wikipedia? Ao invés de tratarmos o computador tal como a televisão ou os livros, de onde podemos adquirir uma informação que precisamos, podemos usá-lo como uma caixa de ferramentas, com a qual podemos construir uma infinidade de coisas, como músicas, vídeos, simulações científicas e imagens; multiplicando não só o que os alunos podem criar, mas o que pode ser aprendido durante o processo de criação. A aprendizagem pode ser descrita como um processo de contínua transformação de si através da exploração e experimentação, nesta perspectiva a aprendizagem surge como invenção de novos problemas, segundo Kastrup. A questão aqui é como construir o que Resnick chama de fluência digital, que se refere à capacidade de participar de um conjunto de práticas sociais que agregue modos de pensar, fazer e avaliar algo, além de interagir com um determinado grupo de pessoas. O uso de jogos computacionais por crianças incentiva uma abordagem lúdica do uso de computadores e uma expectativa de que “tentativa e erro funcionam”. Gee destaca que, apesar de longe de ser a única, jogar videogame é uma alfabetização digital por excelência. Além de arregimentar símbolos, sons, gestos e gráficos para comunicar distintos significados, a prática do videogame condensa as ações de reconhecer e produzir significados. O computador de um modo geral e os jogos digitais, especificamente, relegam o aprendizado de um conteúdo específico a um segundo plano, mas apresentam-se como instrumentos eficazes para ensinar ao jogador novos procedimentos e estratégias em relação ao próprio aprendizado.

Palavras-chave: Tecnologias. Videogames. Escola. Aprendizagem.

¹ Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, Doutorado em Psicologia Social e Institucional, baum.psico@gmail.com.

² Orientador. Doutora, Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, cleci.maraschin@gmail.com

A CONSTRUÇÃO DE JOGOS DIGITAIS EM ETOYS NA MODALIDADE 1:1

Bruno Fagundes Sperb¹

Cleci Maraschin²

Apresentador: Bruno Fagundes Sperb

Eixo Temático: Tecnologia, Educação e Comunicação
Uso das novas tecnologias de comunicação no ambiente escolar

Resumo: As transformações possibilitadas pelo desenvolvimento tecnológico, sobretudo nas últimas décadas, têm operado mudanças nos mais diversos setores e instituições da sociedade. Em nosso cotidiano, operamos ações outrora complexas ou mesmo impensáveis simplesmente apertando um botão. Se pensarmos, como Levy (1999), que a relação com as tecnologias mudam nossas formas de ser, aprender e de viver, torna-se bastante complexo estabelecer limites de para onde essas transformações estão nos levando. Ao mesmo tempo, podemos levantar o problema de que, na medida em que máquinas e artefatos cada vez mais complexos nos trazem facilidades e possibilidades há pouco tempo impensadas, o conhecimento que temos sobre o próprio funcionamento dessas máquinas pode se tornar cada vez mais parco. Trazendo esse cenário de múltiplas mudanças e transformações culturais para o campo da psicologia e da educação, há autores que apontam mesmo para o possível surgimento de uma nova inteligência, a inteligência digital (BATTRO, 2007; VEEN e VRAKKING, 2009). A escola, em oposição a diversos setores da sociedade, enfrenta ainda sérias dificuldades em se incluir nessas transformações culturais. Ainda hoje, o uso das novas tecnologias na escola muitas vezes se limita a reproduzir métodos transmissivos e massificadores de ensino (FAGUNDES, MAÇADA e SATO, 1999; ALMEIDA e PRADO, 2011). Criado em 2006, o Programa UCA (um computador por aluno) nasce como uma iniciativa de investigar a possibilidade de adoção da modalidade 1:1 como forma de melhoria dos processos de aprendizagem na escola. Desde sua experiência pré-piloto (entre 2007 e 2009), o LEC (Laboratório de Estudos Cognitivos/IP/UFRGS) vem acompanhando e investigando o que foi, na época, a primeira imersão de uma Escola brasileira na modalidade 1:1. No ano de 2011, uma doação de 500 laptops foi feita a outra escola estadual de Porto Alegre, e o LEC vem coordenando até o presente momento a execução do projeto, com a formação de professores, e investigações sobre a apropriação da linguagem do computador. Uma das linhas de investigação é a atividade de programação, tendo como suporte o trabalho em um ambiente de autoria multimídia chamado Squeak Etoys. Desenvolvido por um grupo de pesquisadores liderados por Alan Kay (2011), sobre grande influência das ideias de Papert (1985; 1994), o Etoys é um software livre, construído em linguagem de programação orientada a objetos, que permite ao usuário criar projetos multimídia de sua autoria. A proposta das Oficinas é a de oportunizar aos sujeitos experiências de atividade sobre novas formas de se comunicar e interagir com o computador. Procuramos investigar como se dá a apropriação de alunos de uma nova linguagem computacional e como as interações com o computador podem permitir a observação de processos sócio-cognitivos-afetivos envolvidos. Propomos, no presente trabalho, uma investigação psicogenética da noção de objeto digital e de relações entre esses objetos em espaço digital (micromundos), próprios da linguagem do Etoys, por meio da construção de jogos. A pesquisa e intervenção são sustentadas em oficinas de produção dos jogos e intervenções guiadas pelo Método Clínico Piagetiano (Piaget, 1975).

Palavras-chave: Etoys. Modalidade 1:1. Linguagem de programação.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestrado em Psicologia Social e Institucional, PPGPSI/UFRGS, bruno@lec.ufrgs.br

² Profa Dr^a Cleci Maraschin, PPGPSI/UFRGS, cleci@ufrgs.br

A CONTRIBUIÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA REALIZAÇÃO DE PRODUTOS MIDIÁTICOS EDUCATIVOS

Rene Rodriguez Lopez¹
Paula Cecília de Miranda Marques

Apresentador: Rene Rodriguez Lopez

Eixo Temático: IV - Impacto das novas tecnologias de comunicação nas práticas educativas

Resumo: O crescente apelo por produtos audiovisuais com a digitalização dos meios de comunicativos e o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação estreitaram ainda mais as interfaces entre Educação e Comunicação. A Educação procura na Comunicação métodos para aplicação em Educação a Distância e espaços virtuais de ensino que proporcionem mais interatividade. A comunicação, por sua vez, mais preocupada com processos de recepção, transforma sua linguagem informativa para proporcionar a experiência da individualidade no processo de decodificação da mensagem. Os produtos informativos com base no desenvolvimento social também ganham espaço nas mídias, massivas ou não, que agora, com possibilidades mais interativas, permitem a verificação do impacto das mensagens transmitidas. A partir disso, a união dessas *expertises* teria como resultado um modelo de abordagem de conteúdos mais eficaz e condizente com o atual cenário *cibercultural*, agregando valor para os dois campos do conhecimento. Entretanto, as diferenças teórico-práticas entre essas duas áreas até então distanciadas e a falta de estudos sobre a interação educação-comunicação minimizam este potencial sobre a aplicação audiovisual. É neste âmbito que esta pesquisa busca reunir referenciais teóricos com o objetivo de levantar diretrizes que contribuam para um melhor entrosamento entre comunicadores e educadores, mapeando seus processos produtivos e suas possibilidades de interação. A junção convencional desses dois campos tende a se apresentar como uma simplificação do uso do audiovisual através de videoaulas, ou produtos que não conseguem trabalhar o conteúdo educativo por meio da linguagem midiática, o que pouco se relaciona com a potencialidade descrita. Estas aplicações, usadas na maioria das produções em vídeo com propósitos didáticos ou educativos, tendem a se tornar cansativas e que pouco contribui para seu espectador. Deve-se levar em consideração que os meios de comunicação, principalmente a televisão, desenvolvem formas sofisticadas e multidimensionais de comunicação sensorial, emocional e racional, superpondo linguagens e mensagens, que facilitam a interação com o público. (ARROIO; GIORDAN, p. 9, 2006) Assim, esses meios se mostram particularmente eficazes no auxílio à construção do pensamento. Com isso, a inserção de tecnologias audiovisuais em escolas, com seus alunos e professores, além da formatação de produtos midiáticos efetivamente educacionais, constituem desafios permanentes com a cultura digital. Neste sentido, entendendo a relação do enunciado com o próprio falante (o meio televisivo e sua linguagem voltada ao entretenimento), mas também levando em consideração que “a escolha dos meios linguísticos e dos gêneros de discurso é determinada, antes de tudo, pelas tarefas (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido” (BAKTHIN, p. 289, 2003), esse trabalho sugere uma real interdisciplinaridade entre as áreas, com vistas à produção de conteúdo que seja aplicado no ensino, de forma a auxiliar a Educação e complementar também a produção comunicacional educativa.

Palavras-chave: Educação. Informação e Tecnologia. Comunicação.

¹ Unesp/ Bauru. Mestre em Televisão Digital: Inovação e Conhecimento. E-mail: rene@tvu.unesp.br

O USO DE *SOFTWARES* DE AUTORIA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Autor: Franklin Peña Mujica¹

Orientadora: Ana Claudia Pereira de Almeida²

Tecnologia, Educação e Comunicação Uso das tecnologias de comunicação no ambiente escolar

Resumo: Este trabalho analisa o uso de *softwares* de autoria como ferramenta pedagógica no ensino de Sociologia no Ensino Médio, a partir das transformações provocadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na sociedade contemporânea e, conseqüentemente, na educação. Nesse sentido, aborda as práticas educacionais do passado e do presente, analisando as dificuldades emergentes desse processo, tanto na adaptação como na introdução de metodologias pedagógicas na sala de aula, consoantes a nova realidade social e educativa imposta pelas tecnologias, envolvendo nesse sentido, professores, alunos e a escola, e sua inserção no mundo das tecnologias educacionais. As TIC são apresentadas como novas alternativas de modelos pedagógicos, observando sempre, os benefícios que as tecnologias educacionais podem levar para o aluno no processo da aprendizagem, estimulando e promovendo suas habilidades cognitivas. Por isso, este trabalho tende a provocar reflexões sobre a possibilidade de usar essas tecnologias como ferramenta pedagógica no ensino de Sociologia, uma vez que, transforma e promove a interatividade no processo ensino-aprendizagem. Trata de visualizar ainda, a realidade do ensino escolar e ponderar as impressões dos alunos em relação as suas atividades pedagógicas na escola, cujas manifestações certamente reforçam a ideia da necessidade de novas práticas pedagógicas, e por isso mesmo merecem atenção por parte dos envolvidos com a educação. Por fim, analisa a realidade e as vivências produzidas no âmbito escolar, assim como o uso de *softwares* e de tecnologias informacionais pelos professores e alunos do ensino médio que, de alguma forma, abre espaço de discussão sobre o uso das novas tecnologias no ensino de Sociologia.

Palavras-chaves: Educação. Ensino de Sociologia. Tecnologias da Informação e Comunicação. Softwares de autoria.

1 Universidade de Caxias do Sul, Mídias na Educação, fpmujica@ucs.br

2 Doutora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, ana@vetorial.net

CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA E A PONTENCIALIDADE PARA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Paula Cecília de Miranda Marques¹

Apresentadora: Paula Cecília de Miranda Marques

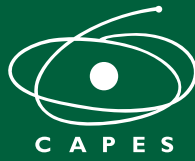
Eixo Temático: Tecnologia, Educação e Comunicação – Representação midiática das práticas educativas

Resumo: A divulgação científica, aqui entendida como a “[...] utilização de recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo” (BUENO, 2009, p. 162), é uma importante ferramenta de popularização do conhecimento produzido nas universidades. Mais que reproduzir conteúdo, é preciso desenvolver no público a familiaridade com o material educativo de divulgação científica, para aproximá-lo do fazer científico. Os meios de comunicação, como a televisão, têm papel fundamental nesse processo de disseminação do conhecimento, entretanto, Bueno destaca que a cobertura da CT&I pelos meios de comunicação reforça a idealização de que a ciência avança aos saltos e graças a descobertas de grandes gênios que carregariam a inovação de forma individualizada, já que a abordagem dos meios “contempla o avanço da C&T em momentos singulares, anunciando, muitas vezes com sensacionalismo, resultados de pesquisa e descobertas de grande impacto” (BUENO, 2010). Esse esteriótipo deve ser combatido, pois, para a efetiva democratização dos saberes, o público deve entender a ciência como parte de seu cotidiano e um processo coletivo. Além disso, a divulgação científica também é importante contribuição para formação social. Segundo a pesquisadora Isa Maria Guará, o acesso ao conhecimento não deve ser restrito, pois além de uma meta social e política, a popularização da ciência, é também uma meta cultural, uma vez que “permitirá a incorporação de diferentes contribuições e a democratização dos saberes e descobertas da humanidade sem o domínio hegemônico de alguns grupos” (GUARÁ, 2002, p. 85). A televisão brasileira tradicional, no entanto, pouco espaço oferece para o conteúdo educativo da divulgação científica, com a finalidade de difundir a ciência e fornecer ferramentas de transformação das esferas sociais e, quando o faz, muitas vezes erra na abordagem, conforme alertou Bueno. Nesse contexto, o presente trabalho sugere que a televisão, aliada à possibilidade de uma interação mais próxima com o público por meio da internet, se mostra como alternativa eficiente para a popularização do conhecimento. A convergência de mídias envolve o espectador, convidando-o a entender, discutir e aplicar a ciência em seu cotidiano. De acordo com Jost, com as mídias digitais e as redes sociais “[...] é possível propor conteúdos que dependem parcialmente da ação do usuário e que fazem convergir duas mídias, a televisão e a internet, a caminhos até agora paralelos” (JOST, 2011, p.99). Assim, este estudo aborda a interação entre os meios, televisão e a internet, como potencializadora da divulgação de conteúdos científicos, capaz de fazer a mediação entre ciência e comunidade ser mais que a simplificação da linguagem acadêmica, conforme defendem Kreinz e Pavan (2003).

Palavras-chave: Televisão. Internet. Divulgação científica.

¹ Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação/ Unesp. Mestrado em Comunicação Midiática. E-mail: paulacmmarques@hotmail.com

Apoio:



UNIVATES

R. Avelino Tallini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95900.000 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09